

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

DANIELA MARIA DA SILVA AMORIM

**RELAÇÃO SAÚDE-TRABALHO NA ATIVIDADE DE PESCA INDUSTRIAL
NA COMUNIDADE DE PROVETÁ, BAÍA DA ILHA GRANDE, RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro

2014

Daniela Maria da Silva Amorim

**RELAÇÃO SAÚDE-TRABALHO NA ATIVIDADE DE PESCA INDUSTRIAL NA
COMUNIDADE DE PROVETÁ, BAÍA DA ILHA GRANDE, RIO DE JANEIRO.**

Dissertação submetida à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, como requisito para obtenção do grau de mestre do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Élide Azevedo
Hennington

RIO DE JANEIRO

2014

DANIELA MARIA DA SILVA AMORIM

**RELAÇÃO SAÚDE-TRABALHO NA ATIVIDADE DE PESCA INDUSTRIAL NA
COMUNIDADE DE PROVETÁ, BAÍA DA ILHA GRANDE, RIO DE JANEIRO.**

Dissertação de mestrado avaliada e aprovada
pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr^a. Denise Alvarez

Prof.^a Dr.^a Kátia Reis

Prof.^a Dr.^a Élide Hennington – Orientadora
principal

RIO DE JANEIRO

2014

DEDICATÓRIA

Em todo o mundo, mais de quinze milhões de pessoas trabalham a bordo de barcos de pesca (OIT – convenção n.º 188, 2007, p.1).

Esta pesquisa é dedicada a todos os milhões de pescadores espalhados por este mundo afora, que trabalham em barcos de pesca industrial e, em especial, aos pescadores da comunidade de Provetá.

AGRADECIMENTOS

À Deus porque sem Ele nada disso seria possível na minha vida,

À minha orientadora Dr^a. Élide Hennington, pessoa humana, sabe dar o espaço necessário ao enigmático sujeito que está por trás de cada aluno, perfeita para trabalhar comigo durante esses dois anos, não tenho dúvidas da Mão de Deus nesta escolha;

À Prof. Dr^a Kátia Reis, por quem tenho grande admiração, que me acompanhou desde o curso de especialização e que, carinhosamente, conduziu a construção deste estudo diante de todas as minhas dificuldades;

Ao CEREST-BIG, e todos os colegas de trabalho, pelo novo campo de saber apresentado, que me levou ao CESTHE/FIOCRUZ, me proporcionando assim, grandes encontros e experiências;

Aos profissionais da pesca industrial entrevistados, pela confiança e receptividade;

A todos os profissionais de saúde da ESF Provetá pelo apoio e receptividade; em especial a Enfermeira *Raika* e Agente comunitária *Rose*; que me ajudaram muito no trabalho de campo;

Aos Secretários de Saúde e chefias imediatas da Fundação de Saúde de Angra dos Reis que deram apoio à realização deste estudo, em especial ao Dr. *Amilcar Jordão Caldellas* que liberou a autora para diversas atividades curriculares;

À minha família agradeço pelo amor e carinho e pelo apoio nos momentos mais críticos dessa trajetória, amo vocês.

LISTA DE SIGLAS

BIG – Baía da Ilha Grande

CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

LOS - Lei Orgânica da Saúde

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

MT – Medicina do Trabalho

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PMAR – Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

PROPESCAR – Cooperativa de Produtores de Pesca de Angra dos Reis

RENAST – Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador

SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica

SINPPEBIG – Sindicato dos Produtores de Pesca da Baía da Ilha Grande

SO – Saúde Ocupacional

SPA – Secretaria de Pesca e Aquicultura

ST – Saúde do Trabalhador

SUS – Sistema Único de Saúde

RESUMO

Este estudo buscou a compreensão sobre a relação saúde/trabalho na pesca industrial a partir da visão dos trabalhadores, considerando as transformações microssociais ocorridas e o contexto socio-histórico de comunidades pesqueiras tradicionais, frente ao desenvolvimento econômico. O produto deste trabalho revelou aspectos inerentes ao meio de vida e trabalho do pescador industrial, tema ainda pouco abordado pela literatura científica quando comparado à pesca artesanal, o que possibilitou trazer um outro olhar em relação à atividade de pesca na atualidade. Nosso lócus de pesquisa foi uma comunidade pesqueira da Baía da Ilha Grande, localizada na cidade de Angra dos Reis, Rio de Janeiro e os sujeitos da pesquisa foram pescadores industriais de diferentes funções na pesca da localidade. Trabalhamos com a abordagem qualitativa, utilizando a entrevista semi-estruturada aliada a outras técnicas de investigação da etnografia como a observação participante para a produção de dados, a fim de fornecer uma visão mais ampliada do cenário de estudo e de seus sujeitos. A análise dos dados foi realizada através do método de análise de conteúdo, na vertente análise temática que, ao final, nos possibilitou aprofundar quatro unidades de análise: “pesca artesanal versus pesca industrial”, “atividade de pesca industrial”, “condições de trabalho – cargas e desgaste” e “normas antecedentes e renormatizações”. Buscou-se identificar as normas antecedentes na atividade, assim como revelar as cargas, os conflitos e tensões presentes no cotidiano de trabalho dos pescadores, mas também afirmando a vida em suas diferentes dimensões e para tal utilizamos a perspectiva teórico-metodológica da Ergologia. Os resultados encontrados permitiram revelar que para estes trabalhadores a saúde não aparece como um problema, porque acreditam que as “cargas de trabalho” são inerentes à profissão. Entretanto, as diversas “infidelidades” que surgem no “meio”, relativas à ação da natureza como o vento, a tempestade e variabilidades do ponto de vista técnico e humano, intensificam o ritmo e repercutem na jornada de trabalho, aumentando o desgaste e a tensão destes trabalhadores no mar. Neste sentido, a figura do “patrão” do barco, o Mestre/Proeiro-tem um papel fundamental no processo de trabalho, pois ele, como líder do grupo, é convocado a gerir esse meio sempre infiel, fazendo uso de si por si e para os outros, renormatizando em toda situação onde o trabalho prescrito não é suficiente para dar conta da atividade. Contudo, conclui-se que situações de trabalho intensas e/ou adversas geram consequências tanto na saúde quanto no desempenho profissional, pois neste caso, o trabalho se intensifica extrapolando os limites, tanto físico, quanto psíquico. Além disso, o trabalho dos pescadores industriais é marcado pelo excesso de normas de diferentes instituições, pela flexibilização dos contratos de trabalho, que, aliados à omissão do Estado na garantia de direitos trabalhistas e constitucionais, prolonga a situação de vulnerabilidade social dos pescadores. Diante deste cenário, os pescadores mais jovens estão deixando a pesca e a própria comunidade, comprometendo a transmissão do saber-fazer do ofício de pescador e colaborando para o declínio ainda maior da atividade de pesca na localidade.

Palavras-chave: Pescador. Indústria pesqueira. Condições de trabalho. Ergologia. Saúde do trabalhador.

ABSTRACT

This study was based on the understanding of health/work industrial fishermen relationship, considering the micro-social and global changes occurring in the socio-historical context of economic development, from the perspective of a fishing community. The product of this study sought to reveal aspects inherent to the way of life and work of industrial fisherman issue is rarely addressed in research, when compared to artisanal fishing. From there we sought to identify a different look compared to fishing activity, through a very privileged locus of research in terms of industrial fishing, the fishing community Provetá - located on the Bay of Ilha Grande, in Angra dos Reis, Rio de Janeiro. And the subjects were industrial fishermen of different functions in work process from that fishing community. It is a qualitative inquiry that used research techniques of ethnography like semi-structured interview and participant observation. The analysis was performed using the method of content analysis from the perspective of thematic analysis, that in the end, allowed us to deepen four categories of analysis: "industrial versus artisanal fishing", "industrial fishing activity," "work conditions- loads and wear "and "norms antecedents e renormatizations". We sought to identify the standards established in the activity as well as reveal the conflicts and tensions present in the daily work of fishermen, claiming life in its various dimensions and incorporating the perspective of the theoretical and methodological framework of Ergology. Results revealed that for these workers, lack of health are not a problem and that "workloads" are inherent in the profession. Problems for these workers are the weather, storms and winds, but we also observed the presence of variability from a technical and human standpoint, triggered by physical and mental fatigue. This variability reverberates in the implementation of the prescribed work - finding and catching the fish - intensifying workload and increasing the tension of these workers at sea. However, it is concluded that intense situations and/or adverse work conditions have consequences in health and in professional performance, in which case, the work intensifies extrapolating the boundaries, both physical and psychic. Moreover, the work in industrial fishing is marked by excessive regulations from different institutions, the flexibility of labor and wage contracts and the advent of neoliberalism, which further intensified the condition of vulnerability of these workers across the failure of the State in ensuring their labor and constitutional rights. Given the current scenario, younger fishermen are leaving the fishing community and compromising the transmission of know-how of the fishing trade and contributing to the further decline of the fishing activity in the locality.

Keywords: Fisherman. Fishing industry. Working conditions. Ergology. Occupational Health.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	15
3. REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1 A ATIVIDADE DE PESCA NO BRASIL	16
3.2 A SAÚDE DO TRABALHADOR DA PESCA	20
3.3 REVISITANDO O CONCEITO DE ATIVIDADE E SAÚDE	24
4. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO	27
4.1 A PERSPECTIVA ERGOLÓGICA	27
5. PERCURSO METODOLÓGICO	33
5.1 TIPO DE ESTUDO	33
5.2 LÓCUS DE ESTUDO	36
5.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS	38
5.4 O PASSO A PASSO DA PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	38
6. O TRABALHO DE CAMPO	42
6.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO CAMPO DE PESQUISA	42
6.1.1 Dificuldades da atividade de campo	46
7 ASPECTOS ÉTICOS	51
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
8.1 A ATIVIDADE DE PESCA INDUSTRIAL	53
8.1.1 Normas antecedentes e renormatizações	63
8.2 PESCADOR INDUSTRIAL: "O VERDADEIRO PESCADOR"	70
8.2.1 Pescador Industrial versus pescador artesanal	70
8.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO	76
8.3.1 A Jornada de trabalho	76
8.4 PROCESSO SAÚDE-DOENÇA-TRABALHO	88
8.4.1 A potência da atividade como afirmação da vida	97
8.5 O CONTROLE SOCIAL	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
APÊNDICES	112-113
ANEXOS	114-115

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, o interesse em estudar a relação saúde/trabalho se deu no decorrer do curso de Especialização em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana e do período que trabalhei como Enfermeira na equipe multiprofissional do Programa de Saúde do Trabalhador/CEREST do município de Angra dos Reis. A partir desta experiência, tive meus primeiros contatos com o mundo do trabalho, passando a observar mais de perto as problemáticas vividas pelos trabalhadores em diferentes contextos, com um olhar diferenciado para o processo de trabalho e sua relação com a saúde.

O interesse em pesquisar a atividade de pesca industrial surge inicialmente ao perceber que a cidade de Angra dos Reis, como uma cidade litorânea, possuía um grande número de trabalhadores inseridos nesta atividade e que estes trabalhadores eram pouco mencionados em estudos e pesquisas na região. Além disso, percebemos que em Angra dos Reis havia muitas embarcações do tipo traineiras, facilmente visualizadas no cais principal da cidade e muitos trabalhadores envolvidos na pesca da sardinha, diferentemente dos demais municípios da região da Baía da Ilha Grande, que não possuíam essa mesma característica, onde observamos um maior número de pescadores artesanais e de pequenas embarcações de pesca. A partir daí surge um enorme desejo de compreender melhor o universo de vida e trabalho destes profissionais, e o que resultou nesta dissertação.

Sabemos que a cidade de Angra dos Reis tem uma participação importante na produção de pescado do Estado do Rio de Janeiro, um dos principais produtores de pescado do país. De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o Estado do Rio de Janeiro ocupa o quarto lugar, no *ranking* nacional de produtores de scado e possui 11.012 pescadores profissionais registrados na atividade (BRASIL, 2012). Entretanto, cabe ressaltar que está de fora desta estatística todos os pescadores que trabalham na informalidade, o que pode contribuir para um número ainda maior de trabalhadores neste segmento. Dados divulgados pelo mesmo relatório do MPA de 2010 sobre a produção do setor pesqueiro - último estudo

divulgado - informa que a pesca empregou cerca de 853 mil pescadores e pescadoras profissionais no país e que o Estado de Santa Catarina continua sendo o maior polo produtor de pescado do Brasil.

Em relação à produção mundial de pescado, a China é o maior produtor com aproximadamente 60,5 milhões de toneladas, seguida da Indonésia, Índia e Peru, respectivamente. “O Brasil contribuiu com 1.240.813 t, ocupando o 18º lugar no ranking geral dos maiores produtores de pescado do mundo” (BRASIL, 2012, p. 72).

Diante deste contexto, não podemos deixar de considerar que o crescimento e desenvolvimento da atividade de pesca industrial é fruto de influências externas, de uma economia globalizada, que veio oferecer mais oportunidade de emprego e maior ganho salarial a pescadores de diferentes comunidades pesqueiras. A partir daí, surge outra classe de trabalhadores na pesca diferente dos artesanais, que pretendemos conhecer melhor ao longo deste estudo.

Neste novo contexto, observa-se em muitas comunidades pesqueiras uma migração do pescador local, nascido e criado dentro da cultura da pesca artesanal e que a prática, desde cedo, no seio familiar e comunitário, para a pesca industrial. Parece existir uma mudança na trajetória deste trabalhador, tornando este, força de trabalho para o modelo de produção industrial em curso, seja pela dificuldade de acesso aos recursos naturais no modo artesanal, de acesso aos bens de consumo e de subsistência familiar, seja pela aderência à lógica mercantil de produção, pelo anúncio de melhores oportunidades de emprego e de renda.

Para Acselrad (2008) os agentes econômicos - as grandes frotas de embarcações de pesca - dotados de maior mobilidade e capacidade de pesca, ganham poder sobre os menos móveis e de menor capacidade produtiva. Os resultados desta correlação de forças são nefastos para os pescadores artesanais, configurando e fortalecendo um novo cenário na pesca com o domínio da pesca industrial propiciado pelas reformas políticas e econômicas efetuadas a partir do advento do neoliberalismo. Para o autor, os propósitos do grande capital internacionalizado é usar a oferta de emprego para fazer com que a sociedade aceite empregos de baixa qualidade social e ambiental - a “chantagem do emprego”- que pode acontecer nas localidades que vivem sob pressão de grandes corporações.

Situação semelhante pode-se perceber nas comunidades de pesca, onde o homem local - pescador artesanal – diante da oferta de emprego com ganho

promissor deixa de desenvolver um trabalho autônomo e comunitário e sai do seu meio social e cultural para se tornar “objeto de acumulação capitalista”, vendendo sua força de trabalho para os “patrões da pesca”, produzindo riquezas para outros e não para si próprio.

Os pescadores, ao se inserirem neste mercado de trabalho, distanciam-se do vínculo comunitário deixando de ser um “trabalhador local” para ser um “trabalhador global”. Porém, este modelo produtivo favorece apenas os detentores do capital – armadores de pesca – e que acaba tornando o trabalho do pescador artesanal cada dia mais difícil, visto que este não dispõe dos mesmos recursos financeiros e tecnológicos de que dispõem aqueles inseridos na pesca industrial.

Diante desse cenário, é preocupante o número de pescadores que estão cancelando o Registro de Pesca, pois só no ano de 2010 foi em torno de 78.440 cancelamentos relacionados ao recebimento de benefícios continuados e à presença de vínculo empregatício em atividades não relacionadas à pesca, o que caracteriza o abandono da atividade profissional. O estudo não chega a mencionar se os benefícios recebidos são referentes a doenças relacionadas ao trabalho e/ou acidentes de trabalho e não aprofunda sobre os motivos pelos quais os pescadores estão abandonando a profissão (BRASIL, 2012).

A relevância de se abordar a relação saúde-trabalho para os trabalhadores do ramo pesqueiro da cidade de Angra dos Reis está relacionada em primeiro lugar a forte inclinação à cultura da pesca na região, e também por se tratar de uma cidade litorânea de riquezas naturais, onde tem se observado a preponderância dos moldes industriais no exercício da atividade de pesca e o aumento da produção de pescado, representado notadamente pela carga e descarga diária das várias toneladas de produto nos principais portos da cidade. O que demonstra uma política que incentiva o crescimento e desenvolvimento deste ramo produtivo, em oposição a práticas de sustentabilidade dos recursos naturais, e que estejam também voltadas para o beneficiamento e a manutenção da cultura pesqueira de comunidades locais.

Segundo a Secretaria de Pesca e Aquicultura de Angra dos Reis, o Município ocupa a 1ª colocação em produção de sardinha verdadeira do Estado e a 2ª colocação em produção total do pescado. Além do crescente destaque da cidade no ramo pesqueiro, a mesma emprega cerca de 2.400 trabalhadores só no processo de captura do pescado, o que somados aos demais setores da cadeia produtiva, tais como carga, descarga, transporte, congelamento e venda, chegam a gerar 10.000

postos de trabalhos (SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA DE ANGRA DOS REIS, 2011).

Esses dados refletem a intensa movimentação da economia da cidade em torno deste ramo de atividade, que aliado à quantidade significativa de trabalhadores deste segmento, demonstra a necessidade de se intensificarem as pesquisas e em programar ações específicas de vigilância em saúde e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa categoria de trabalhadores.

A pesca realizada na Baía da Ilha Grande não está limitada ao Cais dos Pescadores da cidade de Angra dos Reis, onde podemos observar um grande número de embarcações e uma intensa movimentação. Existem também comunidades de pescadores localizadas nas ilhas, principalmente em algumas praias da Ilha Grande. Atualmente, observam-se significativas transformações socioeconômicas e culturais que afetam as comunidades pesqueiras locais, influenciando mudanças nos valores e costumes, assim como na atividade de trabalho. Diante deste cenário torna-se importante estudar os reflexos dessas mudanças e sua relação com o processo saúde-doença, bem como nas repercussões na vida e no cotidiano dos trabalhadores desta região.

Dentre os estudos resultantes da revisão de literatura sobre o tema, ressaltamos uma pesquisa que discute o trabalho informal e a atividade de pesca artesanal na África, aliada à introdução de novas tecnologias no processo de trabalho, utilizando o enfoque da ergologia. O autor aborda a discussão de trabalho informal, dentre eles, a atividade de pesca artesanal, e destaca o conflito que a introdução de um novo recurso tecnológico no modo de pescar, neste caso, a utilização de um dispositivo de concentração de peixes – DPC – pode causar entre os pescadores, e o debate de normas suscitado pela valorização do “pescador trilhador” em relação àquele que apenas recolhe o peixe identificado pelo dispositivo.

Para Brito (2011) em uma situação concreta de trabalho como esta, por exemplo, há concorrência entre várias normas (muitas vezes contraditórias) princípios, regras, modelos, formação tecnocientífica e cultural de certa sociedade e os valores nela presentes. Nesta perspectiva, a questão envolve valores não somente para o indivíduo, mas também para os coletivos de trabalho e, mais amplamente, para a sociedade, que é o que pretendemos discutir neste estudo.

Assim, importa saber como se dá a relação saúde-trabalho na atividade de pesca industrial na comunidade de Provetá, Baía da Ilha Grande, e seus reflexos

nas condições de vida e trabalho dos pescadores. O que faz um pescador artesanal migrar para a pesca industrial? Quais os reflexos do atual predomínio da pesca industrial em comunidades pesqueiras tradicionais? Quais as repercussões dessas mudanças na vida e na saúde dos pescadores?

Diante dos poucos estudos existentes e frente às diversas transformações resultantes da globalização da economia na atividade pesqueira, tais como, o declínio da atividade artesanal, a predominância das grandes corporações no setor e da inserção de novas tecnologias, se faz necessário o desenvolvimento de maior número de pesquisas que busquem desvelar o cotidiano de trabalho dos pescadores, assim como sua relação com o processo saúde-doença.

Para a Saúde Coletiva, o social tem forte influência na determinação da morbimortalidade de grupos populacionais, ou seja, diferentes modos de vida e de organização social podem levar o indivíduo e populações ao sofrimento, adoecimento e morte. Espera-se com os resultados desta pesquisa contribuir para a compreensão das relações entre saúde e trabalho nesta atividade, através de uma comunidade pesqueira em particular, revelando a trajetória do pescador industrial e as condições de trabalho a que estão submetidos, com o intuito de contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas para o ramo pesqueiro que possibilite a implementação de ações de prevenção de agravos e doenças e promoção da saúde dos pescadores.

2 OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Estudar a relação saúde e trabalho na atividade de pesca industrial na comunidade de Provetá, Baía da Ilha Grande.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Conhecer a trajetória e inserção dos trabalhadores na atividade de pesca industrial da comunidade de Provetá;
- b) Identificar as características da atividade de pesca industrial e suas renormatizações;
- c) Analisar as condições de trabalho na pesca industrial, identificando processos de desgaste e adoecimento e também de potência da atividade como afirmação da vida.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A ATIVIDADE DE PESCA NO BRASIL

De acordo com Pimenta et al. “são considerados pescadores, aqueles que se dedicam à captura do pescado e/ou exercem as funções de membros das tripulações dos barcos pesqueiros” (PIMENTA et al, 1999, p. 73).

A pesca é uma das atividades produtivas mais antigas da humanidade. Os recursos pesqueiros marítimos, costeiros e continentais constituem importante fonte de renda, de geração de trabalho e de alimento e têm contribuído para a permanência do homem no seu local de origem (BRASIL, 2010).

A pesca é uma dessas atividades consideradas como pertencentes ao ‘trabalho informal’. No entanto, de acordo com Nouroudine (2011), quando analisamos a atividade de trabalho dos pescadores, muito rapidamente nota-se que “seu trabalho está longe de ser desprovido de normas, valor e de organização” (NOUROUDINE, 2011, p.75). Para o autor a atividade de pesca, mesmo aquela mais artesanal, não mercantil, não deve ser definida como uma prática “informal” no sentido de ser desprovida de normas e de saberes.

Atualmente, no Brasil, toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira, bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP, bem como no Cadastro Técnico Federal – CTF, na tentativa de retirar dessa atividade o caráter de informalidade. O exercício da atividade pesqueira somente poderá ser realizado mediante prévio ato autorizativo emitido pela autoridade competente e a inscrição no RGP é condição prévia para a obtenção de concessão, permissão, autorização e licença em matéria relacionada ao exercício da atividade pesqueira no Brasil (BRASIL, 2009).

A pesca industrial caracteriza-se em função do tipo de embarcação empregada (médio e grande porte) e da relação de trabalho dos pescadores, que diferentemente do segmento artesanal, possuem vínculo empregatício com o armador de pesca (responsável pela embarcação), seja pessoa física ou jurídica (BRASIL, 2010). A pesca industrial é do tipo empresarial, com embarcações de grande capacidade de estocagem, motorizadas, com tecnologia desenvolvida e alta

capacidade produtiva, que operam em áreas distantes da costa e essa frota é direcionada à captura de determinadas espécies (GIULIETTI et al, 1995).

Já o pescador artesanal é o profissional que, devidamente licenciado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcado ou com embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2010).

Segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, a pesca industrial brasileira é composta por cerca de 5.000 embarcações, envolvendo 40.000 trabalhadores somente no setor de captura. Os principais portos de desembarque estão localizados nos seguintes municípios: Belém/PA; Camocim/CE; Natal/RN; Vitória/ES; Rio de Janeiro – Niterói/RJ; Santos – Guarujá/SP; Itajaí – Navegantes/SC, e Rio Grande/RS (BRASIL, 2010).

A produção pesqueira no Brasil, como em todo o mundo, é organizada em dois sistemas produtivos: a pesca extrativa, constituída pela pesca artesanal e industrial, e o cultivo ou aquicultura, sendo as principais espécies exploradas comercialmente pela pesca brasileira: o camarão rosa e a piramutaba no litoral norte, a lagosta no litoral nordeste, a sardinha, os camarões e os peixes demersais (peixes que vivem a maior parte do tempo em contato com o fundo do mar) no sudeste/sul, além do atum e outros peixes “de linha”, capturados ao longo do litoral brasileiro (PIMENTA et al, 1999).

A frota pesqueira que opera no litoral brasileiro, tanto na zona costeira, quanto na pesca oceânica, está estimada em torno de 30.000 embarcações, das quais 10% são consideradas de médio e grande porte e conhecidas como frota industrial. Isto significa que 27.000 embarcações são utilizadas pela dita pesca artesanal, composta por embarcações de pequeno porte, tais como jangadas, canoas, etc. A frota pesqueira considerada industrial ou empresarial, é composta de subfrotas especializadas que atuam na exploração de determinados grupos de recursos pesqueiros formados por uma ou mais espécies afins. Essa frota atua tanto sobre os recursos costeiros, como camarão, lagostas, piramutaba, sardinha, quanto sobre os recursos considerados oceânicos, como os atuns e afins (GONÇALVES, 2007).

A participação no mercado internacional contribui na geração de valores cambiais de grande importância para o desenvolvimento global, entretanto, o

comércio globalizado dirigido pelas leis de mercado também pode levar a uma intensa competição interna entre os pescadores e ao conseqüente declínio no nível de algumas espécies (PIMENTA, et al,1999).

O conceito de global utilizado neste estudo visa explicar novas tendências que surgem no seio de nossa sociedade, com o intuito de discutir a dialética vivenciada entre o global e o local no contexto da atividade de pesca, que como em todo processo histórico, convivem dialeticamente, como semelhantemente as novidades e as heranças, o antigo e o recente, o novo e o velho. Entretanto, a velocidade e intensidade com a qual cada um destes se impõe perante o outro é determinada social e espacialmente (SANTOS,1997).

Nesse momento, o novo se assimila com a globalização, que se fala também, “processo de globalização”, “globalização da economia”, “sociedade global”, “redes globais”, “mercado global” e assim por diante. O global, ou seja, a globalização são expressões que logram sintetizar, o processo de mudança, que o período atual contém (SANTOS, 1997, p.57, grifos do autor).

Pode-se exaltar a globalização como oportunidade de crescimento econômico e cultural dos povos. Pode-se ainda criticá-la em razão dos que a conduzem, ou de como a conduzem, ou dos rumos que tomam. Mas ela é irrefreável, sobretudo por corresponder a muitas exigências dos seres humanos (BERLINGUER, 1999, p.21).

Os processos globais como a financeirização da economia, a subcontratação, os processos econômicos e técnicos, resumindo as evoluções e mudanças de toda natureza e seus reflexos no mundo do trabalho devem ser apreendidas de um ponto de vista micro e de um ponto de vista macro, isto é, nesta articulação, e não como atividades singulares de um lado e o contexto geral/global de outro (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Segundo os autores, é preciso se interrogar sobre o sentido dessa relação, que apesar das divisórias que as escondem, tem uma tendência a funcionar em sentido descendente, de modo que, no final das contas, as pessoas são intimadas a se adaptarem.

Os aspectos inerentes à globalização da economia refletem em diversas mudanças para o contexto microssocial, ou seja, para a atividade local – neste caso, para a atividade de pesca de diversas comunidades. Sendo assim, os trabalhadores da pesca que fazem parte de comunidades formadas historicamente por famílias de pescadores, muitas vezes se veem intimados a se adaptarem às mudanças ditadas por este sistema global, que emerge no curso da história como uma estrutura de controle das mais poderosas dentro do qual os humanos devem ajustar-se,

escolhendo aceitar sua viabilidade produtiva ou perecer (GIDDENS, 1999 apud ANTUNES, 1999).

Segundo Santos, “cada vez mais o homem local se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou para produzir para outros, aquilo de que não tem necessidade ou que não tem os meios de utilizar” (SANTOS, 2011, p.138).

As mudanças no trabalho do pescador são marcadas pela introdução da automação, evidenciada na modernização das frotas de traineiras em toda região sul e sudeste do Brasil. Para Pimenta (1999), a produção das traineiras pode ser considerada como uma modalidade de transição para a produção industrial capitalista, pois marca a introdução da máquina e a produção em larga escala que exige um trabalho fracionado, com divisão de tarefas, e uma cooperação complexa entre os trabalhadores. Entretanto, não dispensa a necessidade da seleção, pelos patrões, de trabalhadores com maior vigor físico, pois mesmos as técnicas mais modernas são pouco aptas à mecanização e automação (PIMENTA et al, 1999).

Para o autor, a configuração da atividade nos moldes industriais deu origem a diversas modalidades de pesca, em função da espécie a ser explorada e da técnica a ser empregada. Cada embarcação possui mecanismos específicos de captura de determinada espécie, a exemplo, o arrasto de camarões e o cerco para sardinhas. Entretanto, a aquisição dessas embarcações está sendo alvo de restrições, pois são frotas com esforço controlado/limitado devido à utilização de técnicas de captura que são consideradas predatórias (GONÇALVES, 2007). Para o autor, essas frotas requerem medidas relacionadas com a modernização para a redução do esforço da pesca e minimização de perda do pescado. Porém tal modernização torna-se extremamente dispendiosa para os empresários da pesca, devido à redução do ganho na parada da pesca - períodos de defeso -, que dificulta a adesão a linhas de crédito e financiamentos em longo prazo.

O período de defeso é orientado por um calendário anual oriundo de um *conhecimento técnico* que indica uma condição de desequilíbrio ambiental revelada por pesquisas elaboradas por biólogos, oceanógrafos e outros profissionais das assim chamadas Ciências da Natureza (DIAS NETO, 2010, grifo do autor). Segundo o autor, os pescadores que não respeitam o defeso são considerados pelos seus pares como irresponsáveis, como aqueles que não pensam no futuro da comunidade.

No Brasil, a responsabilidade de fiscalizar, controlar e monitorar a gestão da qualidade ambiental e a utilização dos recursos naturais é do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que estabelece medidas regulatórias para que os recursos naturais sejam protegidos de qualquer tipo de agressão do homem à natureza, seja ele pescador ou não. Os pescadores, por mais que demonstrem certo ceticismo em relação ao IBAMA, reconhecem que é preciso proibir a pescaria em alguns períodos do ano (períodos de defeso) com o objetivo de reequilibrar o ecossistema para uma temporada satisfatória na pesca (DIAS NETO, 2010).

Diante disso, o ramo pesqueiro necessita além do desenvolvimento de mecanismos que controlem o ritmo de produção, de propostas que ofereçam também alternativas para os trabalhadores nos momentos de suspensão da pesca, para a minimização do processo de empobrecimento dos pescadores que vivem da pesca.

3.2 A SAÚDE DO TRABALHADOR DA PESCA

A trajetória do campo de Saúde do Trabalhador (ST) é marcada por uma luta política e social protagonizada pelo movimento sindical, pela Reforma Sanitária brasileira e pela atuação dos pesquisadores na academia e dos profissionais de saúde que lutavam pela implantação de um modelo de saúde mais abrangente e igualitário para os cidadãos brasileiros. Neste percurso, a constituição da área de saúde do trabalhador é marcada pela influência da Medicina Social Latino Americana, da Reforma Sanitária Italiana e de seu “braço sindical”, do Modelo Operário Italiano e de órgãos internacionais como a Organização Pan-Americana da Saúde (LACAZ; SANTOS, 2010).

Segundo os autores, os trabalhadores tiveram um papel ativo na instituição de políticas públicas que envolvessem a relação saúde e trabalho, sendo a própria classe trabalhadora protagonista das ações por melhores condições de trabalho, na luta pela “saúde como direito”, conforme foi plasmada no SUS. Portanto, a saúde do trabalhador surge neste contexto, proveniente do campo da saúde coletiva, que tem

como pressuposto a universalização dos direitos fundamentais, a integralidade das ações de saúde e a ênfase na participação social.

Cabe destacar que a área de Saúde do trabalhador se difere das demais abordagens que tratam da relação saúde e trabalho na atualidade, ela é contra-hegemônica neste sentido, pois a abordagem dominante no contexto atual continua sendo a Medicina do Trabalho e a Saúde Ocupacional no que diz respeito ao processo saúde e doença no âmbito das relações de trabalho.

A Medicina do Trabalho diferencia-se da abordagem utilizada neste estudo, na medida em que possui características distintas, dentre elas destaca-se a centralidade da assistência na figura do médico, ou seja, tem uma visão unidisciplinar do contexto Trabalho-Saúde/Doença. Já a Saúde Ocupacional apresenta-se com o foco direcionado ao ambiente de trabalho, aos limites de tolerância e limites de exposição - externos ao trabalhador. Sendo assim, restringe-se aos elementos ambientais do meio de trabalho, e a fatores de risco de natureza química, física, biológica, mecânica, considerada isoladamente e externos à ação do homem, numa visão a-histórica e redutora da realidade do trabalho (LACAZ; SANTOS, 2010).

Contudo, apesar das diferentes abordagens relativas à relação saúde e trabalho, houve avanços significativos com a formulação da Constituição Federal (1988) onde a seção que regula o Direito à Saúde incluiu algumas ações de Saúde do Trabalhador no art. 200: “Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições nos termos da lei: (...) II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; (...)”. Na Constituição de 1988 foram considerados os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria da condição social e a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas em saúde, higiene e segurança. Foi assegurada, ainda, a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objetos de discussão e deliberação (BRASIL, 1988).

Logo depois, com a consolidação do SUS e a promulgação da Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei 8080/90), a saúde do trabalhador é definida como um conjunto de atividades que se destinam, através de ações de vigilância epidemiológica e sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à

recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

As ações em Saúde do Trabalhador segundo a Lei 8.080/90 deverão ser desenvolvidas de forma descentralizada e hierarquizada em todos os níveis de atenção do SUS (BRASIL, 1990).

Após o marco legal da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Saúde - Lei 8080/90, as ações de saúde do trabalhador assume uma nova forma de organização. Sendo assim, em 2005, cria-se a RENAST (Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador) que surge como a principal estratégia da Política Nacional de Saúde do Trabalhador para o SUS, elaborada pelo Ministério da Saúde – MS – com o objetivo de integrar a rede de serviços do SUS voltados para o desenvolvimento das ações de Saúde do trabalhador, através da ampliação da rede de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST (BRASIL, 2009).

Entretanto, apesar dos avanços da estratégia da RENAST no SUS, a área de Saúde do Trabalhador continua convivendo dialeticamente com diferentes abordagens, ou seja, com variadas formas de se apreender as relações entre Trabalho-Saúde/Doença. Observa-se, ainda, a hegemonia da Saúde Ocupacional (SO) e da Medicina do Trabalho (MT) quando se fala em adoecimento pelo trabalho no Brasil.

Diante disso, ao falarmos sobre a Saúde do Trabalhador da pesca neste estudo, estaremos levando em consideração todos os aspectos inerentes à área de saúde do trabalhador, considerando o trabalhador – pescador – como protagonista das ações para melhoria das suas condições de trabalho, incluindo neste contexto aspectos inerentes a saúde coletiva, tais como acesso a educação, saúde, moradia, esporte, lazer e cultura. Entendendo que o estudo da atividade de pesca envolve a compreensão dos aspectos inerentes a cultura de uma coletividade/comunidade específica, inseridas em um determinado processo histórico.

Sabemos que o trabalho do pescador é um trabalho árduo devido às cargas de trabalho inerentes à atividade, a exemplo, o arraste, a carga e descarga de pescado, a exposição por longos períodos radiação solar, a umidade excessiva, os longos dias em alto mar sob condições externas adversas, como alterações climáticas, o trabalho noturno com longas jornadas de trabalho, a contínua atenção com a rota da embarcação além do risco de queda no mar e acidentes.

Cabe destacar que na atividade de pesca estão presentes vários tipos de cargas de trabalho, que ao interagir entre si, podem levar o trabalhador a um processo de desgaste, que representa a soma do biológico com o psíquico no processo de produção (LAURELL; NORIEGA, 1989).

Em relação às cargas de trabalho, elas podem ser classificadas de um lado em físicas, químicas, mecânicas e biológicas, e de outro lado, as fisiológicas e as psíquicas. As primeiras possuem uma materialidade externa ao corpo, que, ao com ele interagirem tornam-se uma nova materialidade interna. As últimas somente adquirem materialidade no corpo humano ao se expressarem em transformações internas, ou seja, não têm uma materialidade visível (LAURELL; NORIEGA, 1989).

No ambiente de trabalho, novas tecnologias e novas relações de trabalho trazem novos valores, novos hábitos e introduzem novos riscos tecnológicos, de natureza física, química, biológica, mecânica, ergonômica e psíquica. Estes, e de forma simplificada, podem causar acidentes do trabalho e doenças relacionadas ao trabalho (RIGOTTO, 2003, p.395).

Os principais agravos à saúde dos trabalhadores da pesca referidos em publicações científicas são relacionados a problemas musculoesqueléticos devido aos grandes esforços e movimentos repetitivos realizados pelos trabalhadores, além de má postura; lesões de pele atribuídas principalmente à ação da radiação solar; alergias respiratórias e dermatites pelo contato por produtos marinhos, como crustáceos e moluscos que possuem um reconhecido potencial antigênico; problemas oftalmológicos e respiratórios, além de doenças sexualmente transmissíveis. A revisão de literatura sobre o tema permitiu inferir que as condições de saúde dos trabalhadores da pesca têm sido pouco estudadas (PENA et al, 2011).

Cabe destacar que os trabalhadores da pesca têm exercido um papel ativo na luta por uma sociedade de direitos, defendendo o direito à pesca e em manter a cultura local e comunitária em oposição ao modelo de desenvolvimento econômico em curso. Dietrich e Nayak (2005), em estudo sobre movimentos sociais na Índia, apontam que o movimento social dos trabalhadores da pesca surgiu, sobretudo pelo crescimento tecnológico do setor industrial que teve como resultado o excesso de atividade predatória e o esgotamento dos oceanos, que levou ao endividamento e diminuição dos rendimentos dos pescadores e a uma grave ameaça à sobrevivência da pesca, da pesca artesanal, em particular, e à destruição de sistemas de conhecimento locais (DIETRICH; NAIK, 2005).

Este estudo realizado na Índia sobre movimentos sociais revela o protagonismo dos pescadores artesanais na luta pelos seus direitos, sejam eles sociais políticos e/ou econômicos. Além disso, observamos que neste estudo que os pescadores artesanais são contrários à pesca industrial porque atribuem a esta atividade o atual cenário de esgotamento de recursos naturais. Diante desse cenário, observa-se que na pesca industrial existe um certo silêncio, pois os trabalhadores não possuem este mesmo protagonismo na luta por seus direitos, o que pode demonstrar menor capacidade de organização política destes trabalhadores, que pode estar associada a uma situação de dominação desta categoria ao Capital, ainda pouco enfocada nos estudos acadêmicos.

3.3 REVISITANDO O CONCEITO DE ATIVIDADE E SAÚDE

Neste estudo, compreendemos a atividade de trabalho como a maneira pela qual as pessoas se engajam na gestão dos objetivos de trabalho, num lugar e num tempo determinado, com os meios que têm disponível ou inventando outros meios, e para dar conta disso, a pessoa se engaja por inteiro, a cada momento, com seu corpo biológico, sua inteligência, seu psiquismo, com seus conhecimentos e experiências, adquiridos no decorrer de sua história e na sua relação com os outros (ALVAREZ; TELLES, 2004).

Para os autores, a atividade é, portanto, um conceito que deve estar associado à dinâmica da própria vida, busca dar conta da vitalidade, da energia do vivente, na luta contra a inércia e a indiferença, influência esta da obra de Canguilhem, que concebe o viver como atividade. Logo, “o viver” se caracteriza pela presença de normas já dadas e presentes em um determinado meio - de trabalho-, que exige do vivente não só a capacidade de apreender essas normas, como também de geri-las, de acordo com as variabilidades que surgem, compreendendo que, ser determinado completamente pelas normas e pelas imposições de um meio exterior não é viver, é ao contrário, algo profundamente patológico (ALVAREZ; TELLES, 2004). Então, cada pessoa tenta recriar esse meio, em torno daquilo que são suas próprias normas, sendo necessário sempre fazer escolhas, de acordo com a sua história e com seus próprios valores (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010).

Segundo Canguilhem (2012), a doença é entendida como uma restrição a essa possibilidade de tolerar e ou de enfrentar as diversas infidelidades do meio, diminuindo a capacidade de regulação e compensação do ser vivo. Sendo assim, o fundamental na luta pela vida e saúde não ocorre apenas em um meio “interior” constante e idêntico, mas na relação do vivente com o seu meio também “exterior”, pois este não percebe o meio passivamente; ele o faz percebendo suas variações, instituindo e deformando normas, lançando mão das possibilidades vigentes, em oposição à pura adaptação a um meio já dado (ATHAYDE et al, 2010).

Para Canguilhem (2012), a saúde não é simplesmente a normalidade, pois o indivíduo pode estar apenas bem adaptado a um meio já dado, enquanto as condições deste meio se mantiverem estáveis, mas a doença pode se apresentar no momento em que as mudanças deste meio, questionarem suas normas de vida, sem que o vivente consiga tolerar essas alterações. O ser vivo doente está normalizado em condições bem definidas e perdeu sua capacidade normativa, e quando a doença emerge sinaliza o ponto negativo dessa reprodução de normas, e provoca a contra invenção por parte do vivente, obrigando-o a inventar valores novos, próprios da saúde, inclusive para curar-se (CANGUILHEM, 2012).

Canguilhem já afirmava que: “Estar com boa saúde é poder cair doente e recuperar-se, é um luxo biológico” (CANGUILHEM, 2012, p. 140).

Segundo o autor, “o homem só se sente em boa saúde – que é precisamente a saúde - quando se sente mais do que normal, isto é não somente adaptado ao meio e as suas exigências, mas também normativo capaz de instituir novas normas de vida” (CANGUILHEM, 2012, p. 141).

A cura é a reconquista de um estado de estabilidade das normas fisiológicas. Ela está mais próxima da doença ou da saúde na medida em que esta estabilidade estiver mais ou menos aberta a modificações. De qualquer forma, nenhuma cura volta à inocência biológica. Curar-se é criar para si novas normas de vida, às vezes superiores às antigas (CANGUILHEM, 2012, p.166).

Para o autor, atribui-se então ao indivíduo, ao próprio ser vivo, sua polaridade dinâmica que consiste em poder distinguir o ponto em que começa a doença e isso significa que em matéria de normas biológicas é sempre o indivíduo que devemos tomar como ponto de referência. Um determinado indivíduo pode estar à altura das exigências e deveres resultantes do trabalho, por exemplo, mas para

outro indivíduo o cumprimento de tais exigências seria invivível (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010).

Assim, de acordo com Canguilhem

(...) o normal não tem a rigidez de um fato coercitivo coletivo e sim a flexibilidade de uma norma que se transforma em sua relação com as condições individuais, é claro que o limite entre o normal e o patológico torna-se impreciso. O indivíduo é que avalia essa situação porque é ele que sofre essas consequências, no próprio momento em que se sente incapaz de realizar as tarefas que esta nova situação lhe impõe (CANGUILHEM, 2012, p. 126).

E isso podemos trazer também para as situações reais de trabalho, tais como, o trabalho prescrito, as exigências de toda natureza, as pressões da gestão, o ritmo, das cargas de trabalho, as intensas jornadas de trabalho, os valores, enfim o indivíduo tem que ser capaz de gerir esse meio de trabalho, de forma que não se torne algo patológico, ou seja, sendo capaz de ajustar-se se necessário, de agir positivamente para mudar a sua realidade de trabalho, buscando alternativas individuais ou coletivas para continuar vivendo. Enquanto o ser vivo tiver esta capacidade de interação com o meio, e de recriação de novas normas no interior de sua vida, então ele se sairá bem e terá uma boa saúde (CANGUILHEM, 2012).

4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

4.1 A PERSPECTIVA ERGOLÓGICA

A Ergologia surge na França, na região de Marseille, na década de 1960/1970, a partir de encontros de coletivos de trabalhadores e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que, preocupados com as crescentes mudanças tecnológicas e organizacionais no mundo do trabalho, buscavam construir espaços de reflexão para compreensão e intervenção no processo de trabalho (ATHAYDE et al, 2010). É nesse contexto histórico que emerge nos anos 1980 a APST – Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho – visando à discussão e análise dessas ‘mutações’:

O Departamento de Ergologia da *Université de Provence* tem suas origens no *Dispositivo de Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho (APST)*, criado em 1983-1984 pelos Professores Yves Schwartz, Daniel Faïta e Bernard Vuillon. Este Dispositivo era vinculado ao *Centre d'Épistemologie et d'Ergologie Comparative – CEPERC* da *Université de Provence*, e tinha como atividade principal um estágio de formação contínua de 160 horas para 15 assalariados, no quadro das possibilidades abertas pela Lei de Formação Contínua francesa. Esta primeira experiência é relatada na obra coletiva "*L'Homme Producteur*" e sua institucionalização deu origem ao atual Diploma Universitário (D.U.) em Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho. Este curso é destinado a trabalhadores sem o diploma universitário ou de Ensino Médio. Em 1989, foi criado o Diploma de Estudos Superiores Especializados (DESS) para atender estudantes universitários de diversas disciplinas das ciências humanas e assalariados em regime de formação contínua sem diplomas universitários. Em 1997, foi criado o então Departamento de Ergologia que hoje, seguindo normas da reforma educacional europeia, oferta o *Master* de Ergologia em duas vertentes: Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho (Percurso Profissional) e Epistemologia e Ergologia (Percurso Pesquisa) (CUNHA, 2013).

A perspectiva ergológica proposta por Yves Schwartz está calcada em diversas fontes tais como a obra de Canguilhem sobre vida e saúde, a Ergonomia da Atividade de Alain Wisner e o Modelo Operário Italiano (MOI) de luta pela saúde, liderado pelo médico e psicólogo Ivar Oddone (ATHAYDE et al, 2010). Portanto a ergologia não surge como uma nova disciplina, tampouco como mais uma abordagem teórico-metodológica. Trata-se de uma perspectiva ética e epistêmica para melhor compreensão e transformação da atividade humana, considerando que

o ponto de partida e chegada é a vida a ser afirmada em sua potência (ATHAYDE et al, 2010).

“A atividade é tomada no sentido de *atividade interior*. É o que se passa na mente e no corpo da pessoa no trabalho em diálogo com ela mesma, com seu meio e com ‘os outros’” (TRINQUET, 2010, p.96, grifo do autor). Para o autor, a discussão de atividade é vasta tendo em vista que não há como precisá-la: o trabalho como atividade humana apresenta complexidade por não ser unicamente uma realização técnica ou mecânica, é muito mais do que isto – trabalho e homem estão ligados de forma íntima e enigmática.

O conceito de atividade não surge de maneira espontânea, mas sim de uma herança, a saber: a corrente Ergonômica através de Alain Wisner que se apropriou do conceito de ‘atividade’ no desenvolvimento de estudos sobre situações reais de trabalho. Entretanto já havia uma longa tradição da utilização do termo pela psicologia soviética, onde Vigotski e Leontiev foram as principais referências, além de Karl Marx que também retrabalhou o termo através da herança de Hegel e Kant. Logo, a ergologia conseguiu juntar a história do conceito de atividade, de um lado, com os ergonomistas e, de outro, com a herança da filosofia da vida de Georges Canguilhem (SCHWARTZ, 2006).

A ergonomia trouxe à reflexão a existência de uma distância entre o trabalho prescrito - antecipado nos mínimos detalhes – e o trabalho real - a ser descoberto de cada vez. Contudo, constatou-se que não se pode conhecer a atividade industriosamente humana à distância das circunstâncias reais que se tem que gerir no aqui e agora (SCHWARTZ, et al, 2008). Logo, o trabalho efetuado não corresponde jamais, ao trabalho esperado fixado por regras e orientado por objetivos determinados, pois, ao realizar a tarefa a pessoa se encontra diante de diversas fontes de variabilidades, seja do sistema técnico e organizacional ou pessoal (panes, disfuncionamentos, dificuldades de previsão, sua própria variabilidade e a dos outros, fadiga, estresse, ritmicidade, efeitos da idade, falta de experiência, dentre outros (ALVAREZ; TELLES, 2004)).

Segundo os autores, o trabalho prescrito é descrito pelos ergonomistas como um conjunto de condições e exigências a partir das quais o trabalho deverá ser realizado. No trabalho prescrito estão presentes as condições dadas para a realização do trabalho (características técnicas, o ambiente e a matéria-prima) e as prescrições que são as normas, ordens, procedimentos, objetivos, resultados a

serem alcançados, prazo, meta de produtividade, dentre outras (ALVAREZ; TELLES, 2004).

A atividade de trabalho consiste na realização do trabalho prescrito, considerando-se as restrições e as vantagens dispostas pelas variabilidades, correndo o risco de simplificar um conceito que ainda está em busca de definição (e podemos nos perguntar se tal formalização é ou não interessante), compreendemos a atividade de trabalho como a maneira pela qual as pessoas se engajam na gestão dos objetivos de trabalho, num lugar e num tempo determinado, servindo-se dos meios disponíveis ou inventando outros meios. Para essa gestão, isto é, para fazer frente a essas variabilidades que se apresentam e também para produzir sentido no trabalho, a pessoa se engaja por inteiro, com seu corpo biológico, sua inteligência, seu psiquismo, e com os respectivos conhecimentos tomados no decorrer de sua história e nas relações com os outros. A atividade é então uma noção que deve ser associada à dinâmica da própria vida (ALVAREZ; TELLES, 2004, p.72).

Para a ergonomia da atividade, a adaptação do trabalho às pessoas exige reconhecer a forma que elas encontram para viver determinada situação, como agem que estratégias utilizam. Esse é o sentido maior destes dois importantes conceitos: ‘trabalho real’ e ‘trabalho prescrito’ (BRITO, 2011, p.482).

Para a ergologia, gerir esta distância que existe entre o trabalho prescrito e o trabalho real é considerado como uma *tensão dramática* entre o que as normas antecedentes exigem e o que a situação presente requer (ATHAYDE et al, 2010). Yves Schwartz e Louis Durrive (2010) consideram que o conteúdo desta distância é sempre parcialmente ressingularizado e que a distância convoca à atividade do ‘corpo si’, que na verdade é quem vai arbitrar micro escolhas entre “trabalhar em conformidade” e “trabalhar de outra forma” (grifo dos autores).

Para Schwartz “o corpo si, árbitro no mais íntimo da atividade, não é um sujeito delimitado, definido, mas uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 196):

Para Schwartz e Durrive (2008) o termo *corpo-si* é definido da seguinte forma:

O trabalho não existe sem alguém que trabalha. É difícil nomear este sujeito porque isso subentenderia que ele se encontraria bem delimitado, definido. Ora, se a atividade é efetivamente conduzida por alguém em carne e osso, – ela inscreve-se em funcionamentos neuro-sensitivos de tal forma complexos que não se consegue dar a volta – esta atividade tem, além disso, prolongamentos que ultrapassam a pessoa física. São solicitados e mesmo incorporados, inscritos no corpo: o social, o psíquico, o institucional, as normas e os valores [do contexto e retrabalhados], a relação às instalações e aos produtos, aos tempos, aos homens, aos níveis de racionalidade, etc. Este alguém que trabalha – este centro de arbitragens

que governa a atividade – pode assim ser designado corpo-si ou corpo-pessoa (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 24).

Para Schwartz e Durrive (2010), o trabalho não é algo simples como se pensou durante muito tempo, na verdade o trabalho manifesta seus limites quando colocado em prática, a partir do momento que se sabe que existe uma distância entre o trabalho prescrito e o realizável. Para os autores, isso quer dizer que existem outras razões que entram em jogo na realização do trabalho, considerando que o meio é sempre infiel e que novas situações podem surgir, convocando as pessoas a agir e a fazer escolhas. No entanto, existe aí um constante debate de normas interior, que geralmente não é visível, mas que está presente no mais íntimo da menor atividade de trabalho.

Logo, o sujeito que trabalha é convocado a arbitrar, a fazer escolhas, consciente ou inconsciente, em uma dramática de uso de si, que convoca o corpo-pessoa a agir, conceito este que ultrapassa o corpo físico, pois remete não somente ao físico, mas ao psíquico, ao social, ao normativo e aos valores que estão em jogo em uma atividade de trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). E “a entidade que conduz e que arbitra essa distância é uma entidade simultaneamente alma e corpo” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p.46).

As dramáticas de uso de si que surgem no curso da atividade, na relação do homem com seu meio, são definidas em sua origem como:

Na origem, um drama – individual ou coletivo – tem lugar quando ocorrem acontecimentos, que quebram os ritmos das sequências habituais, antecipáveis, da vida. Daí a necessidade de reagir, no sentido de: tratar esses acontecimentos, “fazer uso de si”. Ao mesmo tempo, isto produz novos acontecimentos, por conseguinte, transforma a relação com o meio e entre as pessoas. A situação é então matriz de variabilidade, matriz de história porque engendra outros possíveis em razão das escolhas a fazer (micro-escolhas) para tratar os acontecimentos. A atividade aparece então como uma tensão, uma dramática (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 25).

De acordo com os autores, neste drama o homem se vê em uma situação em que ele precisa reagir frente aos acontecimentos inesperados que acontecem durante a atividade de trabalho e que nem sempre são antecipáveis. Com isto o sujeito se depara com o que ele chama de vazio de normas, tendo que fazer *uso de si*, ou seja, de toda sua experiência de vida, sua inteligência, criatividade, do seu saber e de seus valores para gerir e resolver tais situações.

“Todo o trabalho, porque é o lugar de um problema, apela um uso de si. Isto quer dizer que não há simples execução, mas uso, convocação de um indivíduo singular com capacidades bem mais amplas que as enumeradas pela tarefa” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 27). Portanto, o trabalho remete ao uso de si, quando não existe um protocolo que nos oriente e onde as condições de trabalho muitas vezes não são favoráveis, então, o sujeito é convocado a fazer suas próprias normas, ou seja, a renormalizar.

O ser humano, como todo ser vivo, está exposto a exigências ou normas, emitidas continuamente e em quantidade pelo meio no qual se encontra. Para existir como ser singular, vivo, e em função das lacunas das normas deste meio face às inúmeras variabilidades da situação local, ele vai e deve tentar permanentemente reinterpretar estas normas que lhe são propostas. Fazendo isto, ele tenta configurar o meio como o seu próprio meio. É o processo de renormalização que está no cerne da atividade (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008).

Para os autores, a atividade é permanente recriação, pois não se pode antecipar tudo que irá acontecer, portanto existe um regime de produção de saberes em toda atividade, onde estão em movimento os saberes constituídos – disciplinares - e os saberes investidos - da experiência pessoal de cada um e que vai produzir novos saberes e onde novas práticas serão colocadas à prova. Sendo assim, existe um constante debate de normas e valores acerca da atividade, onde de um lado estão os conceitos científicos e de outro os protagonistas da atividade.

Nesse momento é ativado um espiral de permanente retrabalho dos saberes denominado de DD3P ‘Dispositivo dinâmico de três polos’ onde circulam os saberes para conhecer as normas antecedentes e compreender os recentramentos operados na atividade (SCHWARTZ, DURRIVE, 2010, p.267).

De acordo com os autores, o Dispositivo Dinâmico de Três Polos – DD3P é o lugar de encontro desses diversos saberes que coloca em constante debate experiências (de vida e trabalho) e conceitos (sempre imperfeitos, provisórios, mas indispensáveis para compreender e transformar), o que envolve estar disponível para aprender com o outro, no sentido de melhor compreender o que é a atividade para transformá-la. Para Yves Schwartz, é um dispositivo de trocas acerca do trabalho, um lugar de reciprocidade, que exige certa humildade epistêmica, e que funciona como “um espiral permanente de retrabalho dos saberes”, que resulta em progresso para cada um dos participantes.

A adoção da abordagem ergológica neste estudo tem como objetivo buscar uma perspectiva ético-epistemológica capaz de compreender os problemas relativos à atividade de pesca. Isto deve ser feito considerando a especificidade do meio de trabalho de um pescador, cujas infidelidades precisam ser geridas diariamente, convocando os saberes da experiência, fazendo uso de si em situações em que as normas antecedentes não são suficientes para a execução do trabalho.

Logo, o trabalho do pescador, mesmo aquele mais automatizado, que precisa executar tarefas e se submeter a determinadas normas, não podem viver unicamente sob o trabalho prescrito, pois, não tem como prever o que irá acontecer, quando o pescador sai para o mar. “Então trabalhar é arriscar, é apelar para o *uso de si*” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p.191). Para o autor, existe sempre um apelo para o ‘uso de si’ e não somente a pura execução, pois o idêntico e a pura execução seria “invivível”.

Dessa forma, o trabalhador como sujeito singular, neste caso o pescador, vai tentar lidar com a insuficiência das normas, de ordens ou de conhecimentos prévios, pois não poderia realizar o trabalho de pesca de uma forma padronizada, o que o torna o trabalho cada vez mais singularizado na medida em que são convocados os saberes da experiência, adquiridos durante sua própria história de vida e de acordo com seus próprios valores e patrimônio. Neste sentido a ergologia explora questões inerentes à atividade humana, que não só enriquecem a discussão como valorizam o protagonismo do trabalhador – pescador – no cotidiano do seu trabalho.

Contudo, tratando-se de uma comunidade de pescadores, além da perspectiva ergológica, tornou-se interessante a utilização de recursos e ferramentas da etnografia na abordagem dessa realidade, pois há de se tentar uma articulação dialética, situada cultural e historicamente, entre o local e o global; com o intuito de analisar a atividade marcada pelo corpo-si num contexto comunitário que sofre também as determinações de uma sociedade capitalista globalizada.

5 PERCURSSO METODOLÓGICO

5.1 TIPO DE ESTUDO

O presente trabalho utilizou abordagem qualitativa, que não busca estudar o fenômeno em si, mas entender seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas (TURATO, 2005). Além disso, a abordagem qualitativa se adaptava melhor aos objetivos deste estudo, que buscou compreender a experiência de vida e trabalho de pescadores industriais, moradores de uma comunidade pesqueira da região da baía da Ilha Grande, visando compreender as relações saúde-trabalho na perspectiva destes sujeitos.

Para Minayo (2012) o verbo principal da abordagem qualitativa é *compreender* e sua matéria-prima é composta por um conjunto de substantivos como: experiência, vivência, senso comum e ação cujos sentidos se complementam. Portanto nosso foco de interesse se resumia em compreender a atividade de pesca na comunidade de estudo, conhecer o processo do trabalho dos sujeitos; como eles vivenciam e percebem o cenário atual da atividade, as questões de saúde, suas preocupações, experiências e suas vivências diante da dialética do global e local.

O projeto de pesquisa inicial previa a observação também do processo de trabalho dos pescadores industriais, o que acabou não sendo possível devido às longas jornadas de trabalho que estes trabalhadores são submetidos e por uma questão de gênero, visto que as mulheres não participam de nenhuma etapa de trabalho na atividade de pesca industrial, o que foi identificado somente após a aproximação e ambientação do pesquisador com a comunidade e que certamente consideramos como uma das limitações deste estudo.

Nesta pesquisa optamos como aporte teórico para a análise dos resultados, os pressupostos da área de Saúde do Trabalhador e da perspectiva Ergológica. E utilizamos como estratégia de pesquisa ferramentas da etnografia visando conhecer melhor a dinâmica socioeconômica e cultural da comunidade de estudo.

Portanto, diante das diversas técnicas de produção de dados, utilizamos neste estudo a entrevista semi-estruturada, o diário de campo e a observação

participante com o intuito de compreender a pesca industrial do ponto de vista dos protagonistas da atividade.

Desse modo, para assegurar que durante as entrevistas seria abordado todos os temas da pesquisa optamos em conduzi-las a partir de um roteiro. A utilização do roteiro de entrevista foi de suma importância, para não perder o foco de interesse do estudo. O roteiro elaborado foi composto por perguntas sobre temas como: características da atividade, relações de trabalho, pesca artesanal versus pesca industrial, lazer, características da comunidade de pescadores, transformações da comunidade e do ofício, relação com a natureza, problemas de saúde, dentre outras (APENDICE A).

A técnica da *observação participante* foi utilizada com o intuito de se obter mais informações sobre a realidade da comunidade a ser estudada: “A importância desta técnica se deve à necessidade de se obter impressões e percepções do meio, que não são obtidas através de entrevistas e perguntas mais estruturadas” (CRUZ NETO, 2002, p. 62).

Em um primeiro momento buscou-se interagir com os sujeitos da pesquisa - os pescadores industriais - com o intuito de estabelecer uma comunicação que pudesse fornecer informações sobre o contexto de vida e trabalho dos sujeitos naquela comunidade em particular. Um dos lugares mais frequentados pelos pescadores de Provetá é o Cais dos Pescadores no centro da cidade de Angra dos Reis, onde podemos observar uma grande movimentação de pescadores e de barcos de pesca industrial. Portanto optamos inicialmente por interagir informalmente com os pescadores de Provetá no Cais dos Pescadores, com o objetivo de observar o cotidiano de sua atividade na cidade e identificar um possível informante-chave para dar apoio a nossa inserção na comunidade de estudo.

Ao chegar ao Cais dos Pescadores observamos a existência de uma Cooperativa denominada *PROPESCAR* e uma fábrica de gelo logo à esquerda, e também um posto de combustível. Esta cooperativa segundo os pescadores é formada apenas por armadores de pesca e nesta localidade foi observada a carga e descarga de pescado pelos pescadores e a entrada de caminhões para o armazenamento e transporte do pescado. No local também é realizada a negociação e a venda do pescado pelos armadores, que são os responsáveis também pela travessia da mercadoria.

No Cais principal da cidade também é realizado todo esse trabalho por outras embarcações, além do abastecimento com combustível, gelo, óleo, e alimento para a próxima jornada de trabalho. Além disso, observamos que no Cais da cidade algumas embarcações de pesca ficam ancoradas para aguardar ou realizar pequenos reparos na parte elétrica ou mecânica.

Os pescadores mais antigos costumam ficar no Cais principal fazendo alguns reparos nas redes de pesca, principalmente nos períodos de defeso, em que as mesmas não estão sendo utilizadas. Este trabalho é feito ao ar livre, de frente para o mar, sem haver nenhuma proteção contra o vento e a chuva. É um trabalho realizado por várias horas, sem pausa; os pescadores só param mesmo no anoitecer por causa da dificuldade visual, pois são todos trabalhadores de mais idade, já aposentados e não há iluminação extra no local para a realização deste trabalho. Segundo estes pescadores são muitas redes e pouco tempo para finalizá-las, visto que é um trabalho minucioso e artesanal. Os pescadores referem receber uma remuneração por hora trabalhada dos armadores de pesca. Existem equipes autônomas formadas por pescadores aposentados que fazem este trabalho, inclusive muitos pescadores são de Provetá.

Portanto, a observação participante nos possibilitou conhecer melhor a dinâmica de trabalho dos pescadores quando estão em terra, como se dá a organização do trabalho e possibilitou identificar nosso primeiro informante-chave de Provetá.

O diário de campo também foi utilizado para o registro diário das informações, fornecendo apoio ao pesquisador nos diferentes locais de visita, dentre eles, o cais dos pescadores da cidade, a cooperativa, a colônia de pescadores, a secretaria de pesca da cidade, a igreja Assembleia de Deus Ministério de Provetá da cidade, que enriqueceram a coleta de informações sobre o contexto a ser estudado.

O diário de campo é pessoal e intransferível, sobre ele o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes, que no seu somatório, vai congregando os diferentes momentos da pesquisa, desde o momento de entrada no campo até o final da investigação. Quanto mais rico esse diário em informações, maior será o auxílio que oferecerá à descrição e análise do objeto a ser estudado (CRUZ. NETO, 2002, p. 63).

Durante a nossa permanência na comunidade de estudo, o diário de campo permitiu fazer diversas anotações sobre o cotidiano de vida das pessoas que moravam na localidade obtidas através de conversas informais, além disso, serviu

de base para a construção das primeiras impressões do pesquisador sobre o universo de estudo. Serviu também de apoio para registro de informações importantes como o contato telefônico de pescadores mais interessados no estudo, do registro de uso de técnicas, de equipamentos, de funções, enfim foi utilizado do início ao fim do trabalho de campo.

5.2 LÓCUS DE ESTUDO

Em relação ao lócus de estudo, este trabalho foi realizado na comunidade de Provetá localizada na Ilha Grande, no município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro. A Ilha Grande foi assim chamada pelos seus primeiros habitantes, os índios tamoios, de IPAUM (ilha) GUAÇU (grande), na língua tupi-guarani. A ilha, por sua vez, possui um traço marcante na história da pesca na região, onde na década de 1930 iniciou-se a atividade de salga da sardinha, introduzida por imigrantes japoneses e portugueses (DIEGUES, 1999). Segundo relato dos moradores chegaram a existir várias fábricas espalhadas por toda a ilha, que devido ao declínio dos estoques pesqueiros vieram à falência, restando apenas suas ruínas na região¹

A comunidade de Provetá é uma vila tranquila e aconchegante que fica a 26 km do centro de Angra dos Reis (aproximadamente 2 horas e meia de barco) e sua praia possui uma extensão de aproximadamente 500 metros. Segundo dados documentais da Secretaria de Saúde de Angra dos Reis (2012), através do Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB - a comunidade de Provetá possui uma população de 1.316 pessoas, com o total de 409 famílias cadastradas, que corresponde a 100% das famílias da área de abrangência do módulo de Saúde da Família de Provetá.

Neste local, a maior parte das famílias vivia da pesca artesanal, porém ao longo dos anos e sob forte determinação econômica, a comunidade vem sofrendo transformações socioculturais que exercem influência na própria persistência da

1 Fonte: PRAIAS: Vila de Provetá - Ilha Grande. Disponível em: www.ilhagrande.org/praiadeproveta. Acesso em: 15 de Dezembro de 2012.19:35:60.

atividade na localidade. Quando chegamos na comunidade verificou-se logo uma concentração considerável de barcos do tipo traineiras e de pescadores especializados na pesca comercial em maior escala, entretanto visualizamos também a presença de cerco flutuante na extensão da costa, própria da prática artesanal. Isso nos leva a crer que a atividade de pesca artesanal se faz presente na localidade, mesmo que de forma mais discreta. Além disso, nos períodos de defeso de espécies importantes, muitos pescadores param a pesca comercial e trabalham em terra e na pesca artesanal (BEGOSSI et al, 2009).

A localidade de Provetá se diferencia das demais comunidades caiçaras² pelo progresso local, pois existe calçamento nas ruas, possui escola com ensino médio, farmácia, padaria, posto de saúde e se destaca, principalmente, por ser uma vila de evangélicos. Em relação à característica de ser uma comunidade de orientação religiosa evangélica, de acordo com Birman (2006), isto reforça a ideia de que esse progresso é entendido pelos moradores como fruto de uma prosperidade proveniente da pesca, mas, sobretudo para aqueles que puderam usufruir da graça de Deus. Neste sentido, a autora destaca que por se tratar de uma vila de evangélicos existe pouco interesse dos turistas na localidade, o que provavelmente inibiu o avanço turístico no local e favoreceu a permanência da atividade pesqueira. Tais características foram decisivas para que a comunidade de Provetá, dentre as diversas comunidades da Ilha Grande, fosse escolhida para a realização de nossa pesquisa de campo.

A comunidade de Provetá é considerada a maior vila pesqueira da Ilha Grande e provavelmente uma das maiores da região termos de pesca industrial. Além disto, na região da Ilha Grande a comunidade de Provetá é uma das praias que possui acesso mais facilitado, considerando as dificuldades de transporte local, pois dispõe de transporte diário da Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde para levar os professores e profissionais de saúde, o que facilitou a entrada do pesquisador em campo.

² O nativo da costa brasileira, mais especificamente compreendida entre Paraná e Rio de Janeiro recebe a denominação popular de caiçara (BEGOSSI et al, 2009, p. 15).

5.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS SUJEITOS

Os sujeitos do estudo foram trabalhadores da pesca industrial de Proveta indicados por dois informantes-chave, um deles representante do posto de saúde local e o outro da Igreja Assembleia de Deus. Tendo em vista que se trata de uma comunidade com predominância e forte influência de evangélicos e a inexistência de sindicato de trabalhadores local, tivemos como referência para indicação dos trabalhadores a serem entrevistados, esses dois indivíduos, que são conhecedores e referências na comunidade.

O recrutamento dos sujeitos foi por indicação dos informantes-chave, obedecendo os seguintes critérios: a) *Critérios de Inclusão*: Todos os pescadores industriais que residem na localidade de estudo, maiores de 18 anos; pescadores industriais, ativos e inativos – incluindo aqueles que estão inseridos nas diferentes tarefas a bordo, como mestre, geleiro, proeiro, dentre outras); e os inativos, aposentados, afastados do trabalho por acidente ou doença; b) *Critérios de exclusão*: Pescadores artesanais e aqueles que não residem na comunidade de estudo; pescadores menores de 18 anos e os incapacitados de fornecer informações. Foram realizadas um total de 15 entrevistas e o fim da seleção de sujeitos foi determinado pela técnica de saturação.

5.4 O PASSO A PASSO DA PRODUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A finalidade da etapa de análise é estabelecer uma compreensão acerca dos dados coletados nas entrevistas, nas observações e nos registros e confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões previamente formuladas, além de ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado (GOMES, 2002).

Para a realização das análises, vários caminhos são possíveis e dependem da corrente de pensamento que o investigador se filia, diante das diversas possibilidades teóricas e práticas de análise do material qualitativo (MINAYO, 2010). Neste estudo optamos como método de análise dos dados a Análise de Conteúdo que é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979 apud MINAYO, 2010).

No campo epistemológico, confrontam-se duas opções de utilização da técnica: a) o modelo instrumental - que considera que o mais importante numa comunicação não é o conteúdo manifesto da mensagem, mas o que ela expressa de acordo com o contexto e as circunstâncias em que ela se estabelece; b) modelo representacional - que dá importância ao conteúdo do discurso, com a proposta voltada para uma boa análise focalizando a frequência das palavras e o seu sentido (MINAYO, 2010). De acordo com a autora, o debate mais aberto desta prática teórica tem-se intensificado nos últimos anos e diversas são as propostas compreensivistas para análise das falas, e existem várias modalidades de Análise de Conteúdo.

Neste estudo optamos pela modalidade de Análise Temática, que de acordo com Minayo (2010) consiste em descobrir os 'núcleos de sentido' que compõe uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto da pesquisa. Para operacionalizar a fase de análise e tratamento do material, a autora propõe o passo a passo deste processo que se desenvolve em três etapas: a) Pré-Análise; b) Exploração do material; c) Tratamento dos dados obtidos e Interpretação. Sendo assim, vamos tentar descrever a realização deste percurso pela pesquisadora.

Iniciamos a fase de pré-análise separando todas as entrevistas, após transcrição, e os registros realizados em diário de campo visando estabelecer contato com os discursos e cruzar as informações coletadas no campo para obter as primeiras impressões da pesquisa. Após esse momento, foi realizada a primeira leitura dos dados empíricos conforme orienta Minayo (2010), já a segunda leitura do material foi realizada com foco nos objetivos do estudo visando estabelecer uma conexão com as categorias definidas *a priori* para análise do material empírico, que foram: "pesca artesanal versus pesca industrial", "condições de trabalho, cargas de trabalho e desgaste" "normas antecedentes e reformatização".

Nesse momento, foi necessário voltar à revisão de literatura visando tornar mais produtiva a articulação entre os diversos discursos e a teoria. A partir daí, foi

realizado o realce, ou seja, o destaque de unidades de sentido que foram surgindo ao longo do texto e que tinham relação com as categorias estabelecidas *a priori*. Depois foram destacados com outra cor os trechos de significado cujas categoriais foram definidas *a posteriori*. Sendo assim, o corpus foi recortado de acordo com os temas previamente definidos a partir do referencial teórico-metodológico, processo este chamado de categorização de acordo com Minayo (2010), sendo posteriormente organizados em uma tabela com todas as categorias teóricas e empíricas. Chegou-se no final com quatro grandes unidades de análise: pesca artesanal versus pesca industrial, condições de trabalho, atividade de pesca industrial e normas antecedentes e renormatizações.

Após os dados terem sido agrupados em tabelas temáticas, novas leituras foram feitas buscando aprofundar a compreensão do sentido daqueles relatos para o grupo estudado. Como parte do processo, foi realizada uma síntese dos resultados encontrados para posterior finalização da etapa interpretativa a luz da teoria.

As entrevistas tiveram uma duração variada, entre 10 minutos a mais rápida e a mais longa com duração de uma hora. Mesmo com essa variação, acreditamos que o material empírico contemplou todos os aspectos levantados no roteiro; ou seja, todos os temas do roteiro foram abordados nas entrevistas sendo que alguns interlocutores estavam mais dispostos a falar e outros não. Os critérios de representatividade do grupo foram uma das preocupações do pesquisador na definição dos elegíveis para a entrevista.

A atividade da pesca industrial é desenvolvida por um grupo de homens com funções diferentes dentro da embarcação. Houve o cuidado em selecionar pescadores de funções variadas, visando manter um equilíbrio na seleção do grupo, para que o estudo oferecesse uma visão mais ampla e próxima possível da realidade daquele universo particular.

Ainda assim, verificou-se que o grupo estudado obteve uma adesão maior por parte dos mestres/proeiros (um total de nove entrevistas). Este fato pode estar relacionado com duas hipóteses: a primeira é que a comunidade se destaca das demais comunidades pesqueiras da região pela maior presença de mestres/proeiros, e a segunda seria a de que como nosso principal informante chave foi um mestre/proeiro, ele nos conduziu na comunidade e nos apresentou aos pescadores do seu convívio mais próximo. Muito embora o grupo tenha essa particularidade, foi assegurado pelo pesquisador que o material envolvesse as características de vida e

trabalho de trabalhadores de todas as funções inerentes à pesca industrial, solicitando aos entrevistados que indicassem pescadores das funções ainda não contempladas no trabalho de campo, para que o estudo não fornecesse uma visão unilateral da realidade dos trabalhadores deste ramo produtivo.

Entende-se que as entrevistas analisadas foram suficientes para dar resposta aos objetivos do trabalho, e a predominância de mestre/proeiro no grupo acabou sendo um dado positivo, pois possibilitou um melhor entendimento do processo de trabalho como um todo, pois dentre as diferentes funções dos pescadores na pesca industrial, esta é a que concentra um maior conhecimento, tanto no que diz respeito ao saber-fazer do ofício de pescador como também no uso e domínio das técnicas de captura e navegação.

6 O TRABALHO DE CAMPO

6.1 AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO CAMPO

A vila de Provetá é formada em sua maioria por família de pescadores e a vida cotidiana de seus moradores é orientada pelos ritmos e pelos ciclos da pesca. A comunidade é conhecida principalmente pela pesca industrial da sardinha e sendo assim a vida das pessoas em terra sofre influência desta temporalidade laboral, ou seja, é orientada de acordo com um calendário anual de permissão e de defeso da pesca da sardinha. Ao chegar à praia de Provetá logo nos deparamos com uma grande quantidade de traineiras ancoradas próximo ao cais da praia principal e havia algumas redes empilhadas e alguns pescadores manuseando-as.

A comunidade estava bastante movimentada com o início do “claro”- período de lua cheia - que na pesca industrial corresponde ao tradicional período de parada da pesca por causa da claridade refletida no mar que, segundo os pescadores locais, “afugenta” a pescaria, ou seja, observam pela experiência que os peixes se dispersam e se escondem, prejudicando o sucesso das pescarias, sendo assim, é um período que os pescadores não saem para o mar, sendo época em que os pescadores estão em terra. Portanto é o período em que estão na comunidade, no convívio com a família. No período do claro é realizado também o “acerto de contas” com o patrão, ou seja, o período de pagamento da tripulação.

A vida social na localidade é orientada também de acordo com os eventos da igreja evangélica local denominada *Igreja Assembleia de Deus Ministério de Provetá*. Na ocasião da nossa primeira visita ao campo, por exemplo, havia poucas famílias de pescadores evangélicos na localidade, devido a um Congresso de Mulheres que estava acontecendo na cidade de Angra dos Reis, na igreja filial, local para onde muitos pescadores levaram suas esposas. Percebemos que devido a esta programação não conseguimos estabelecer um contato de início com os representantes da igreja local, como previsto, pois a igreja estava fechada e só seria aberta no domingo para o culto. Diante disso, fomos ao posto de saúde da

comunidade no sentido de estabelecer um vínculo com a equipe de saúde local visando obter indicação de alguns pescadores para entrevista, pois ao caminhar pela comunidade observamos que tínhamos algumas dificuldades em abordar os pescadores, pois estavam espalhados na praia em grupinhos só de homens, e os demais dispersos em bares ingerindo bebida alcoólica.

Neste mesmo dia, quando estava na unidade de saúde, chegou um pescador jovem apresentando convulsões, com histórico de uso álcool e/ou drogas, que teve que ser removido de lancha pelo corpo de bombeiros com destino ao Pronto Socorro Municipal da cidade de Angra dos Reis. A comunidade apesar de ter ESF - Estratégia de Saúde da Família - com médico e enfermeiro no local, sofre ainda com a falta de infraestrutura para o atendimento de urgência/emergência, principalmente no que se refere à remoção do pacientes até o Cais, que é realizada pelos profissionais de saúde com o auxílio dos próprios moradores, improvisando o uso de um “carrinho de mão”, sendo que mais largo e comprido similar àqueles que são utilizados pelos comerciantes para carga/descarrega de mercadorias.

O transporte para remoção do paciente para o Pronto Socorro Municipal é realizado pela Defesa Civil, através de uma lancha utilizada que é acionada via Rádio, pois a mesma não fica na comunidade; sua base é na cidade de Angra dos Reis e a comunicação é feita pela equipe de saúde, geralmente pela enfermeira, que nesta ocasião levou cerca de duas horas e meia desde a solicitação médica até a chegada do transporte. Não há sinal de celular na comunidade, os telefones públicos não estavam funcionando e também não há acesso à internet na localidade. A maioria das famílias se comunica via rádio transmissor.

Observamos que a comunidade não dispõe de policiamento, portanto não há restrições quanto ao uso de bebida alcoólica e de entorpecentes na localidade. São poucos estabelecimentos comerciais, e os comerciantes fecham cedo antes de escurecer e, segundo os mesmos, a própria comunidade não permite a entrada de policiais, pois temem a repressão que será feita pelos mesmos com seus filhos, e demais familiares. Logo, não é comum a circulação de pessoas no período noturno na comunidade, aparentemente a circulação neste horário é evitada. A iluminação pública à noite é observada somente no centro da comunidade e nas ruas principais, o resto da ilha fica no escuro e existem muitas casas fechadas.

Segundo o relato de alguns profissionais de saúde, durante o período do “claro” deveria ter mais profissionais de plantão, pois o número de atendimento de casos de uso abusivo de álcool/drogas aumenta e acredita-se que esses eventos estão relacionados: a) pela ocasião do pagamento b) pela ociosidade dos pescadores na cidade, pois existem poucas atividades de lazer voltadas para os jovens não evangélicos na localidade, o que acaba favorecendo o uso de bebidas e/ou entorpecentes neste período.

Percebemos que o período do “claro” era um momento agitado na comunidade. Alguns pescadores neste período também costumam ficar na cidade com a família para fazer compras e pagar as contas, visto que a comunidade não dispõe de caixas eletrônicos.

A comunidade não dispõe de transporte marítimo público e as travessias Provetá - Angra dos Reis se dão em sua maioria através de caronas com os donos das embarcações locais. Existe um barco particular na comunidade que faz a travessia de moradores e turistas, denominado *Mestre Ernani*, porém, a saída desta embarcação não é certa, pois está condicionada a presença de um quantitativo de turistas que seja capaz suprir com as despesas da embarcação de óleo e combustível. Este serviço de transporte local nem sempre funciona, pois a comunidade não é um dos principais pontos turísticos da Ilha Grande, inclusive foi possível perceber durante a nossa estadia que a circulação de turistas é bem discreta, quase inexistente.

No dia em que retornávamos para Angra, nos dirigimos para o Cais dos Pescadores e havia aproximadamente umas 40 pessoas aguardando a embarcação *Mestre Ernani* encostar, porém, sem êxito. Segundo uma das moradoras

Quando a maioria das pessoas é carona, então ele não encosta. Agora temos que esperar ver se alguma traineira vai sair para abastecer em Angra e vai poder dar carona para nós. Dependendo eu nem vou mais, pois muitos não voltam no mesmo dia, ou param tão rápido em Angra que nem dá tempo de resolver nada, às vezes não dá tempo nem de ir a uma consulta ou de fazer um exame (informação verbal).

Ficou claro que a questão do transporte coletivo é um problema para a comunidade, e que prejudica até mesmo a realização de consultas e exames que são agendados na cidade para os pacientes do SUS e que provavelmente não são

levadas em consideração, pois ficou claro que existem dificuldades de acesso aos serviços de saúde por parte desta população. A comunidade possui uma Associação de Moradores com sede própria e localizada logo no início da rua principal, porém estava fechada. Ao perguntamos a um morador sobre os representantes da mesma, logo fomos informados que não havia mais ninguém á frente da associação de moradores. Uma das moradoras afirmou que:

A comunidade aqui não quer mais ninguém à frente da associação, estamos cansados. Estamos aqui neste lugar, esquecidos, ninguém olha por nós não, as pessoas querem entrar na associação para entrar na política, como esse último, que foi candidato a vereador, e como não ganhou largou a gente para lá, agora a gente é que não quer mais ninguém (informação verbal).

Nossa conversa então foi interrompida, pois encostou uma traineira para dar carona às pessoas que ali aguardavam debaixo de sol quente. Logo começou uma agitação no Cais, todos querendo se aproximar da embarcação que encostava à beira do Cais e antes mesmo de se amarrar a embarcação já havia pessoas preparadas para pular, todos ao mesmo tempo: mulheres jogando as bolsas e atravessando as crianças, idosas pulando com ajuda dos mais novos, até que o mestre então gritou do convés: "Chega já encheu, não posso levar muita gente, que a capitania para nós, esperem que vai sair outro barco...". Quando ele disse isso, algumas pessoas já se tranquilizaram com a informação de que iria sair outro barco. Percebemos também que algumas famílias já sabiam qual traineira sairia naquela manhã e que poderia dar carona para os moradores.

Naquele momento, percebi que como não havia barcos para levar turistas ou outros passageiros no local, que assim como a maioria, teríamos que nos aventurar em uma carona também, ou ficaríamos ilhados. Quando a outra traineira encostou foi outro sufoco para conseguir embarcar: algumas mulheres escorregavam e tinham dificuldades de pular devido às saias longas e justas usadas pela maioria das evangélicas; bolsas caíam no mar, sendo resgatadas e ainda assim algumas famílias ficaram sem transporte, tendo que voltar para casa.

6.2 DIFICULDADES DA ATIVIDADE DE CAMPO

A baixa escolaridade dos sujeitos da pesquisa foi um dos fatores mais importantes e difíceis de superar para a realização do estudo, pois interferiu diretamente na compreensão dos objetivos da pesquisa e da importância da participação dos mesmos. A simples presença do termo de consentimento – TCLE gerou desconfiança de alguns pescadores, visto que precisavam assinar o documento. Levantaram-se suspeitas quanto à possibilidade de serem presos, e/ou de se tratar de alguma pesquisa do IBAMA ou do governo que pudesse prejudicar os pescadores locais. Em visitas posteriores, percebi que já era conhecida pelos mesmos e que já havia rumores na comunidade sobre as intenções de minha presença e das entrevistas com os pescadores.

A primeira etapa da pesquisa de campo realizada no período do “claro” me deixou preocupada, pois o ambiente se apresentou bastante perigoso, devido à presença de usuário de álcool/drogas em plena luz do dia, pela falta de policiamento no local, pela baixa movimentação de moradores à noite e pela falta de iluminação. A abordagem tornou-se mais complicada também por uma questão de gênero, porque as mulheres não participam de nenhuma etapa da atividade de pesca na localidade. A técnica de remendar a rede inclusive é uma prática exercida pelos homens.

Devido a estes fatores e aliado à baixa temperatura e o mal tempo que se aproximava no mês de julho, o nosso deslocamento para a ilha tornou-se mais complicado, diante disso, resolvemos aproveitar o próximo período de defeso da pesca da sardinha no continente, ou seja, na cidade de estudo mesmo, com o objetivo de estabelecer algum vínculo com os representantes da pesca de Provetá, mesmo fora da comunidade.

A primeira tentativa foi tentar abordá-los na Igreja filial da Assembleia de Deus localizada na cidade de Angra dos Reis, onde, apesar de bem recebida, percebemos que o momento do culto, não era o mais adequado para fazer contato com os pescadores, pois muitos não queriam se ausentar, restando apenas à alternativa de pegar os contatos telefônicos dos mesmos para posteriormente tentar um encontro. Ao realizar os contatos telefônicos, percebemos que muitos

pescadores sempre davam desculpas para a impossibilidade de conceder as entrevistas, o que temporariamente desmotivou a pesquisadora.

Diante disso, parei de tentar estabelecer um vínculo com os pescadores por um tempo, devido a um sentimento de frustração e me empenhei em observar o que faziam durante a parada da pesca. Todos que estavam no Cais da cidade de Angra dos Reis, me pareciam bastante atarefados, sempre apressados, para resolver assuntos diversos tais como: problemas bancários, atender aos pedidos do patrão, resolver problemas familiares, providenciar a manutenção da embarcação, o que de certa forma impossibilitava a minha aproximação.

Durante esta etapa de observação, percebe-se que a vida cotidiana do pescador quando está em terra é bastante corrida, com diversos afazeres, o que impossibilitava a participação no estudo. Até mesmo os que estavam a remendar as redes no local, não queriam parar para conversar, pois ganhavam por hora e havia um prazo previamente estabelecido para a entrega do serviço - durante o período de defeso da sardinha. Além disso, o mal tempo preocupava esses trabalhadores porque a chuva poderia atrasar o serviço, visto que a tarefa estava sendo realizado ao ar livre, sem nenhuma estrutura de proteção contra o sol, a chuva, ou o vento.

Por causa deste contexto, tivemos algumas desistências, que não foram negadas diretamente, mas que provavelmente estavam relacionadas com o curto tempo do pescador em terra. Além disso, após alguns contatos marcados e remarcados percebemos que alguns pescadores não tinham realmente interesse em participar do estudo, sendo que um dos motivos de recusa foi devido à associação desta pesquisa com outras pesquisas que foram realizadas na região, principalmente para o IBAMA e que, segundo eles, prejudicaram o trabalho do pescador local.

A primeira impressão que tive em relação a minha estadia na comunidade foi de certo distanciamento. Percebi que quem não é morador da comunidade é recebido com certa desconfiança, como se fosse um intruso ou um forasteiro não desejado na comunidade. Outra observação é a respeito da divisão social na localidade que é atrelada também á religião: percebe-se que um fator importante para ser aceito no meio social local é fazer parte do mesmo grupo religioso. Tais circunstâncias dificultaram a interação social da pesquisadora com os moradores e pescadores na comunidade.

Muito embora o primeiro período do claro não tenha sido tão proveitoso para a boa condução da pesquisa, e a captação dos pescadores durante o período de defeso no continente não tenha sido exitosa, esta etapa foi de suma importância para compreender a dinâmica de trabalho dos pescadores em terra e colaborou na identificação de um possível informante-chave. Logo após esta etapa, resolvemos retornar à comunidade no próximo período do claro e desembarcamos na comunidade para mais uma semana de coleta de dados, só que desta vez acompanhada de um dos nossos informantes-chave, um profissional de saúde da localidade que me conduziu ao posto de saúde local e identificou possíveis interlocutores.

Para minha surpresa, a comunidade se apresentava de uma forma totalmente diferente durante este outro período do claro, pois estava acontecendo uma das principais festividades da igreja local “O Seminário de Mulheres” e por este motivo todas as mulheres evangélicas estavam na comunidade envolvidas direta ou indiretamente com o evento, conseqüentemente seus esposos, os pescadores.

Desta vez, a comunidade estava muito movimentada, a praça principal estava cheia de jovens, idosos e crianças. Além disso, todo o comércio estava funcionando, a padaria, farmácia, pizzaria, o mercadinho, enfim, estavam todos abertos, diferentemente do período anterior, o que me deixou bastante motivada. Observamos que todos estavam envolvidos com a programação da igreja e com a chegada de familiares e convidados que viriam de fora para a comunidade por causa do evento.

A primeira casa que nos dirigimos ao chegar à comunidade foi a do meu segundo informante-chave, um pescador bastante conhecido na localidade, considerado pelos seus pares como um pescador bem sucedido na pesca devido ao sucesso de suas pescarias. Além disso, o mesmo ocupava um cargo de destaque na igreja local, sendo um dos primeiros pescadores a nos conceder entrevista no cais da cidade e o único que se dispôs a nos ajudar com a pesquisa. Sendo assim, fui procurá-lo na comunidade, pois o mesmo ficou de me indicar outros pescadores e ao encontrá-lo fui prontamente recebida por ele e por sua esposa, que a partir daí me indicaram alguns pescadores para realizar as entrevistas.

Na primeira casa em que estive a família estava recebendo visita por causa do evento que estava sendo realizado na comunidade. Nesta casa todos os homens eram pescadores industriais, ou seja, o pai, os filhos, os cunhados, mas apenas o

pescador de mais idade foi voluntário para a realização da entrevista, porque os outros pescadores estavam envolvidos com atividades de lazer com sua família e observamos que isso se repetia em outras residências também. E por este motivo, quando chegava à casa do pescador, muitas esposas já não me recebiam muito bem, pois já sabia que se tratava de uma entrevista demorada, o que é totalmente compreensível, pois o *período do claro* para essas pessoas possui um significado ainda mais amplo, significa um período de folga para o pescador, que representa um tempo precioso que ele dispõe para usufruir com a família, onde as esposas costumam preparar um almoço especial, costumam fazer bolos e doces para seus maridos.

Por fim, percebi que a participação na pesquisa acabava de certo modo interrompendo este momento em família, o que de fato justificou o fato de não ter sido tão bem recebida pelas esposas. Tal fato nos mobilizou a selecionar os pescadores menos atarefados da comunidade, ou seja, os aposentados, com quem tivemos uma receptividade totalmente diferente – as esposas serviram café com bolo e até demonstraram interesse em participar da entrevista.

Nesta segunda visita de campo, percebemos que o ambiente era bastante tranquilo e familiar, bem diferente do primeiro momento, pois a festividade da Igreja mobilizou a permanência dos pescadores e de suas famílias na localidade durante o período. Por outro lado, ainda tivemos dificuldades com a participação dos mesmos devido aos compromissos firmados na igreja durante aqueles dias.

Observamos que a igreja exerce uma grande influência social na localidade e que a maioria dos moradores são evangélicos. Percebemos que os moradores paravam seus afazeres para prestar atenção à programação da igreja que era transmitida pelo pastor e por seus membros através de um alto-falante, que me parece ser um dos principais meios de comunicação da Igreja na localidade, pois poucos moradores possuem rádio e/ou telefone funcionando em suas casas. Nesta ocasião o pastor estava na comunidade, entretanto não tive oportunidade de conhecê-lo.

Ao final do 4º dia tivemos que antecipar o nosso retorno devido ao mal tempo que se aproximava que agitou a todos na comunidade, que se preocupavam com o retorno de seus familiares e amigos à cidade. Sendo assim, nos aventuramos novamente em uma carona nas traineiras da comunidade como na primeira visita, devido à inexistência de transporte público e particular efetivo na localidade. Cabe

ressaltar que as traineiras são preparadas para transportar apenas 12 tripulantes, em sua maioria, portanto estas embarcações não dispõem de um grande número de coletes salva vidas. Ou seja, todas aquelas pessoas que estavam a bordo, a maior parte delas familiares dos pescadores são acostumadas a fazerem este traslado rotineiramente sem a proteção necessária em caso de acidente no mar, o que me parece um fator preocupante, visto que é uma região de vento forte e de mar aberto cuja travessia dura cerca de duas horas e está longe de ser considerada tranquila.

Vários moradores relataram que quando não conseguem fazer a travessia, devido ao mal tempo, precisam parar em uma praia mais próxima para deixar suas mulheres e filhos que terminam a travessia por uma trilha, enquanto eles seguem pelo mar. Em casos de mal tempo, relatam falta de energia, de água, e de mantimentos para os moradores, pois o abastecimento da comunidade também é realizado pelo transporte marítimo.

7 ASPECTOS ÉTICOS

Este estudo obedeceu aos preceitos éticos e legais de acordo com a Resolução 466/2012 aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde. Diante disso, este estudo obteve o consentimento formal dos pesquisados através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além disso, foi devidamente informado aos sujeitos que sua participação era totalmente voluntária, que seria preservado o anonimato dos participantes e que os dados informados seriam tratados de forma confidencial e sigilosa para que não fosse possível a identificação dos sujeitos.

Nesta pesquisa o TCLE foi lido para o grupo de sujeitos da pesquisa, para sanar todas as dúvidas inerentes à pesquisa e sobre a participação dos sujeitos no estudo. Em seguida, os voluntários da pesquisa assinaram o termo e lhes foi entregue uma cópia devidamente assinada pela pesquisadora responsável, como orienta a Resolução.

As informações foram produzidas através de entrevistas individuais que foram gravadas em meio digital, que somente a pesquisadora principal teve acesso, com o compromisso ético de manter o conteúdo das entrevistas gravado em CD-ROM e arquivados durante 5 (cinco) anos sob a responsabilidade da pesquisadora e depois deste período deveria fazer a destruição dos mesmos. Foi esclarecido que as informações prestadas seriam utilizadas somente para fins científicos e que ao final da pesquisa, os participantes teriam o acesso aos resultados da pesquisa, através de uma reunião a ser agendada na própria comunidade. Foi esclarecido aos participantes que nenhum tipo de pagamento seria realizado aos voluntários da pesquisa. Esta pesquisa teve o consentimento por escrito da Secretaria Municipal de Saúde (ANEXO A) e da Secretaria de Pesca e Aquicultura do Município de Angra dos Reis (ANEXO B).

Cabe destacar que a Secretaria de Saúde forneceu auxílio à pesquisadora no que tange as necessidades de transporte no traslado Angra dos Reis-Ilha Grande, cuja autorização foi concedida formalmente.

A pesquisa não acarretou ônus de nenhuma natureza aos voluntários. E o projeto de pesquisa foi devidamente submetido ao Comitê de Ética em pesquisa da ENSP/Fiocruz a partir do cadastro na Plataforma Brasil, tendo sido aprovado na data

de 28/06/2013 (CAAE 15095213.7.0000.5240 – parecer nº 323.464). Os dados estatísticos e epidemiológicos disponibilizados e divulgados nesta pesquisa referente ao local de estudo, foram devidamente autorizados (ANEXOS A e B) pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura da cidade de Angra dos Reis.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

8.1 A ATIVIDADE DE PESCA INDUSTRIAL

Como vimos, a atividade pesqueira na Ilha Grande assumiu escala comercial de grande importância por volta do século XX, fato também ocorrido em outras regiões do litoral sul-fluminense (DIEGUES, 1999). Particularmente, a comunidade de Provetá na Ilha Grande é conhecida pela pesca industrial especializada na captura de sardinha-verdadeira, realizada em embarcações do tipo traineiras - embarcações introduzidas pelos portugueses e espanhóis que usavam uma grande rede de cerco chamada de traina - daí o nome de traineiras dado a essas embarcações (DIEGUES, 1999).

As traineiras da localidade de estudo, em sua maioria, são embarcações com capacidade de estocagem de 30/40 toneladas, todas com presença de porão e com departamentos para armazenamento do pescado, motorizadas, com tecnologia a bordo, dentre elas equipamentos de auxílio à navegação como bússola e GPS (*Global Positioning System*), equipamentos de auxílio à detecção de cardumes, tais como, Sonda e Sonar (*Sound Navigation and Ranging*) e aparelhos de comunicação - rádios e celulares - que ficam localizados na área de comando das embarcações. Além disso, as traineiras possuíam pelo menos um dormitório, com dois beliches de cada lado, fora a beliche da sala de comando, com cozinha, banheiro e chuveiro (na parte externa) dando assim condições de realizar o trabalho em áreas mais distantes da costa.

Além disso, estas embarcações utilizam a “técnica do cerco” para a captura da sardinha-verdadeira, cujo principal apetrecho utilizado é a rede de cerco.

A pesca de cerco é realizada para a captura de diversas espécies, porém, a sua maior atuação é na pesca da sardinha-verdadeira. Onde primeiro se localiza o cardume a ser capturado, depois é lançado o bote com uma ponta da rede, em seguida a rede com os seus pesos. A embarcação maior segue contornando o cardume; quando completa o cerco e encontra o bote, o fundo da rede é fechado por um cabo, que é puxado e corre por várias anilhas localizadas no fundo. A maior parte da rede é recolhida e os peixes ficam todos em um espaço pequeno da rede na água, onde é verificada a espécie e o tamanho dos indivíduos. Caso seja interessante o embarque da

captura, os peixes são retirados com a ajuda de um pórtico (FAERJ, 2010, p. 119).

A atividade de pesca na comunidade de Provetá é realizada por uma tripulação que varia de 10 a 12 homens, que assumem diferentes funções a bordo, dentre elas, as mais descritas pelo grupo entrevistado foram:

Mestre – Sua posição é na sala de comando, é responsável pela navegação, opera os aparelhos de auxílio à navegação como bússola e GPS, equipamentos de auxílio à detecção de cardumes, como, Sonda e Sonar e aparelhos de comunicação tais como o rádio naval e celulares, responsável pelo embarque e desembarque, possui habilitação da Capitania dos Portos (Marinha) - para o exercício da função – Remuneração = 4 a 5 partes.

Proeiro – Detém o saber-fazer da profissão. Inicialmente se posicionava na proa da embarcação para observar e localizar os cardumes, função que demanda muita habilidade e experiência; líder da tripulação e responsável pela gestão do trabalho é o pescador que detém maior conhecimento do ofício. É ele quem diz a hora certa de “largar a rede” e define as regiões pesqueiras para onde a embarcação deve ir e quando deve retornar. Pode acumular a função de Mestre da embarcação – Remuneração = 10 partes.

Contramestre – auxilia o Mestre na navegação – Remuneração = 4 partes.

Chumbereiro – auxilia na saída e no recolhimento da rede, larga a rede e o chumbo, na hora certa, devendo estar atento para nada sair errado - Remuneração = 2, 5 partes.

Caiqueiro - que pilota o caíco, uma pequena embarcação a remo, em sua maioria, utilizada na hora de cercar o cardume – Remuneração = 2,5 partes.

Gelador e/ou safador de gelo – Detém um conhecimento, uma ciência, acerca do condicionamento do gelo de acordo com o tempo necessário para o armazenamento do pescado, passa a maior parte do tempo no porão da embarcação, em baixas temperaturas – Remuneração = 2 ou 2,5 partes.

Motorista – aquele que opera o motor da embarcação, observando temperatura, bomba d'água, painel de controle. Faz pequenos reparos no sistema e necessitam de curso técnico de operador de máquina, passam a maior parte do tempo na casa de máquinas, em altas temperaturas, exposto a ruído e vibração – Remuneração = 4 partes.

Percebe-se que a função de Mestre e Proeiro na comunidade de Provetá tornou-se uma única função, sendo a função que recebe a maior remuneração. Todos os entrevistados que desempenhavam esta função se identificaram como Mestre/Proeiro. Percebemos que em Provetá existe uma predominância de pescadores que desempenham a função de mestre/proeiro, identificada a partir das entrevistas concedidas, e dos registros realizados em diário de campo. Sendo assim, em um determinado momento da pesquisa, foi necessário pedir aos entrevistados que me indicassem pescadores de outras funções, visto o grande número de mestres e proeiros na comunidade.

As diferentes funções na pesca industrial, já foram descritas em outros estudos sobre a pesca (DIEGUES, 1999; PIMENTA et al, 1999), entretanto cabe destacar que tais funções possuem diferença de remuneração, sendo a de maior remuneração a função de Mestre/proeiro, em torno de 10 partes, o equivalente hoje a 10.000,00 (dez mil reais).

Em virtude da maioria das entrevistas terem sido inicialmente concedidas por pescadores com a função de Mestre/Proeiro, e por ser uma das características da comunidade, a prevalência de pescadores com esta função, daremos maior ênfase à atividade de trabalho deste pescador.

Logo, na tentativa de aproximação com o mundo do trabalho destes pescadores, o trabalhador é convidado a falar de sua atividade:

O comando da embarcação está na minha mão, começo a ver os locais que eu já conheço para procurar o peixe, um grito meu já é alerta, eu com a minha prática, quando acusa no aparelho eu já sei que peixe que é. Se for peixe que eu posso trabalhar, aí eu dou um alarme e cada um corre para sua posição. Sai o caíque, que é aquele barquinho, daí vai o caiqueiro primeiro, depois o chumbereiro, do meu lado fica o contramestre, quando eu vejo que o peixe está na posição de cercar eu grito, aí larga o barco lá atrás, e vai cercando. As anilhas são umas argolinhas que vai fechando a rede por baixo e vai faniar a rede, que é levantar a rede. Mesmo se eu não estiver na hora, estiver sentindo alguma dor, pois são muitas horas de pé e eu tiver descansando eles já são treinados, já sabem o que fazer. Aí depois vamos botar no sacador, que é a parte mais grossa da rede, que segura o peixe com mais força. A rede é um fio de costura, e aí vai tirando no pulsar, e a forma de gelar também é o proeiro que orienta, o gelador pergunta é para hoje ou para amanhã? Senão o cara vai gelar pouco, depois, a gente vê se

dá tempo de cercar mais, de acordo com a capacidade, geralmente de 30 toneladas, se der a gente continua e faz mais um lance.

Entrevista 3 – mestre/proeiro 1

O trabalho prescrito então consiste em primeiro: procurar o peixe com o auxílio das tecnologias a bordo (sonar, sonda) e capturar o peixe com a técnica correspondente, neste caso, o *cercos*. Este procedimento pode ser repetido diversas vezes até que se obtenha a quantidade máxima de estocagem da embarcação. A atividade é comandada pelo pescador que exerce a função de Mestre/Proeiro; é este pescador que determina a hora certa de iniciar o processo de captura da sardinha e o retorno para casa.

Observa-se que o pescador que exerce a função de Mestre/Proeiro, além do saber investido da experiência tem o domínio sobre as normas de navegação e uso das técnicas/tecnologias como instrumentos de trabalho. Logo, existe uma gestão destes recursos, que em parte foram dados pelo trabalho prescrito e em parte é evocado do saber da experiência, da cultura, dos valores e do intelecto. Sendo assim, o uso da tecnologia foi aliado à experiência humana, como algo positivo, para alcançar os objetivos de um coletivo de trabalho, contrapondo-se a ideia inicial de que as novas tecnologias poderiam reduzir e/ou desqualificar o ofício de proeiro (que procura o peixe), o que não se evidencia neste coletivo de trabalho.

Assim, propor mudanças na forma de ser e de fazer o trabalho resulta na confrontação com o novo e com todo tipo de problemas que precisam ser geridos a partir daí (SCHWARTZ; DURRIVE 2010). Evidencia-se desse modo a potencialidade do sujeito trabalhador diante da possibilidade de novas organizações, de implementação de novas formas de operar aquela realidade e da criação de novas entidades coletivas (HENNINGTON, 2008).

Neste contexto, ao apreender este conhecimento, ou seja, ao dominar o uso de tais tecnologias, a função de Proeiro se consolidou como a de maior valor no meio social, superior à posição do mestre da embarcação. Em Provetá, os Proeiros ao assumirem a função de mestre tornaram-se profissionais mais completos, alcançando a maior remuneração da tripulação. Diante disso, o ofício de pescador industrial passou a ser considerado pelos pescadores como uma carreira, onde o ápice seria alcançar a posição de mestre/proeiro.

Antigamente na idade ai de 30 anos, vivendo da pesca ai direto, eu não tinha em quem me espelhar, não existia naquela época, eu com meus 68 anos, patrão de barco assim um mestre/proeiro com 30 anos de idade, tinha patrão era com 70/60 anos de idade, então a gente pensava, quando eu tiver mais velho, eu vou ter um barco e tal, e vou me aposentar. Hoje a pesca está diferente, tem patrão hoje com a idade de ser meu neto, um dessas caras que trabalha na pesca, mas já veio com alguma coisa do futuro, misturado com o princípio do pai né, pois foi ali que ele cresceu. Então hoje os trabalhadores da pesca têm em quem se espelhar, pô eu vou trabalhar, vou lutar pra ser igual a ele, se ele é patrão de barco eu também posso ser, mas tem que lutar e trabalhar muito. Antigamente não existia em quem se espelhar, a gente só trabalhava para ganhar aquilo ali mesmo, aquelas duas partes ali não pensavam em evoluir pra ser um proeiro famoso, ou mestre.

Entrevista 11 – redeiro, aposentado 1

A técnica não é só aplicação da ciência, ela obedece a uma intenção: transformar o meio em função de si (SCHWARTZ; DURRIVE 2010, p. 86). Para o autor tudo isso requer zonas de engenhosidade, de competências e de novos debates, pois já não é o trabalho como há um ou dois séculos atrás, logo, a intenção da técnica foi criar para si modos de dominar os meios, de readaptar esse meio, logo o pescador lança mão do uso de si, pois não há simples execução mais uso, em busca de ser competente no desenvolvimento do seu trabalho, dominando também as novas operações e tecnologias que surgem. E isso, acreditamos que não foi tarefa fácil, pois dominar um protocolo para muitos considerado sofisticado, devido a baixa escolaridade dos pescadores, realmente é algo industrioso, próprio da atividade humana. Para Schwartz e Durrive (2010) “toda aplicação de um princípio técnico é sempre uma reinvenção local” (p. 88).

Eu acho que a tecnologia ajudou. Eu sou dessa era, mas eu me lembro que quando chegou o sonar aqui era caro, uma novidade que os barcos aqui não tinham, era uma evolução. Mas pra mim foi bom, porque eu já tomei conta disso ai e hoje eu não preciso mais ficar na proa que era a posição do proeiro, pegando chuva e vento, procurando o peixe, pois o que os nossos olhos não vê, ele vê né.

Entrevista 18- mestre/ proeiro 2

Muito embora o uso da tecnologia a bordo tenha sido aprendido pelo proeiro ao longo de sua trajetória, é importante destacar que nesta comunidade os demais pescadores industriais não confrontaram ou discordaram do uso de tais tecnologias para rastrear os peixes, diferentemente do estudo de Abdalla Nouroudine (2001)

sobre a introdução de novas tecnologias em comunidades de pescadores, realizada na África- em Comores. Na comunidade de estudo, tais tecnologias foram bem aceitas e validadas pelo coletivo, com relatos de que trouxe melhoria para as condições de trabalho.

Antigamente você na proa pegava vento chuva, tinha que ficar de lanterna na mão para ver o peixe e a pessoa sofria muito com isso, então depois o povo, não nós aqui mais os japoneses começaram a inventar a sonda, o sonar né... Ai veio a sonda, uma coisa que você calculava no olho com a sua experiência, agora você passa em cima e já sabe quantas toneladas de peixe tem no fundo. O sonar já rastreia, fica varrendo aquela área, 1000 metros em 180 graus, então hoje você não vai mais na proa da embarcação, você fica mais protegido, pois enquanto você está trabalhando procurando peixe no aparelho, você está protegido, você pode ficar à vontade igual eu estou aqui, calçado e tudo, não precisa ficar na chuva, só quando vai cercar

mesmo que tem que ir para lá porque é obrigado não tem como escapar da chuva nessa hora, mas a coisa melhorou muito você fica guardado, então isso deu vida ao pescador. Porque que eu digo que deu vida? Deu vida porque o trabalho do pescador, a nossa vida de pesca era muito sacrificada.

Entrevista 11 – redeiro, aposentado 1.

Observa-se com este discurso que o uso de uma tecnologia, neste caso a sonda e o sonar colocam em debate as normas antecedentes, entretanto a introdução destas tecnologias na atividade de trabalho foram consideradas como algo positivo pelos pescadores locais, onde estão presentes valores relacionados com a melhoria das condições de trabalho e de proteção à vida.

Abdallah Nouroudine (2010) quando estudou a transferência de tecnologias entre pescadores artesanais das Ilhas de Comores relatou que a aceitação de uma determinada técnica/tecnologia é realmente uma questão de escolha, orientada por valores e relações sociais que estão inscritos em um determinado meio e em uma determinada história. Ressalta ainda, que a técnica é resultado de um trabalho de concepção, de elaboração, de atividade, de valores que são investidos nestes saberes e práticas e que são mobilizados em função das diferentes situações de trabalho. Portanto tudo isso nos impede de pensar a técnica única e exclusivamente como um meio: a técnica não pode existir sem homens que a produzam, a pensem e a validem, ela está inserida na história (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010).

Muito embora, a transformação do ofício e da profissionalidade do pescador esteja inserida no curso da história, toda mudança, seja ela tecnológica ou não, tem efeito sobre as qualificações, sobre o emprego e sobre uma série de coisas que no

início não são pensadas ou discutidas, onde está em jogo além dos valores, a identidade, os ofícios e a profissionalidade das pessoas (SCHWARTZ, DURRIVE, 2010).

Acreditamos que essa transformação no ofício para o proeiro foi bastante significativa, pois para a comunidade: um bom proeiro é aquele que obtém sucesso em suas pescarias, ou seja, é aquele pescador que se destaca dos outros pela capacidade de encontrar os pesqueiros, identificar o tipo de peixe nas águas, ter domínio e conhecimento sobre o mar, a maré, o tipo de vento, etc. Para a comunidade, proeiro “*madeira*” é aquele que não mata nada, que não encontra pescaria. Se o proeiro manda “largar a rede” e não vem nada, peixe nenhum, ele é desacreditado no meio social local, não haveria uma segunda chance para ele, ou seja, ele não teria mais como seguir a carreira. Assim sendo, o uso de tais tecnologias a bordo da embarcação ajuda o proeiro a alcançar seus objetivos.

Outra figura central para compreensão do processo e das relações de trabalho na pesca industrial é o “patrão”. Observamos ao longo do trabalho de campo que os pescadores chamam de “patrão” tanto o armador de pesca quanto o mestre/proeiro, entretanto, neste estudo estaremos nos remetendo a figura do patrão –dono da embarcação- como armador de pesca e patrão de pesca – o mestre/proeiro. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o “patrão de pesca” é o pescador que tem o comando da embarcação de pesca e que tem as seguintes atribuições:

O patrão de pesca tem a responsabilidade pela segurança dos pescadores a bordo e pela operação segura da embarcação, incluindo, mas não limitado às seguintes áreas: (a) provisão da supervisão que assegure que, dentro do possível, os pescadores realizem seu trabalho nas melhores condições de segurança e saúde; (b) gerenciamento dos pescadores na forma que respeite a segurança e saúde, incluindo prevenção de fadiga; (d) garantia do cumprimento das normas de segurança da navegação, vigilância e de boa navegação (OIT, 2007, p. 5).

Portanto, o mestre/proeiro é responsável pela gestão do trabalho, ele é que decide a tão esperada ordem de “largar a rede”, além disso, ele é que é o responsável pela composição da equipe, pela embarcação, assim como pela organização do trabalho, garantindo que todos os meios estejam disponíveis para a execução do trabalho e também pela negociação do pagamento com o armador de pesca, o que corresponde ao “acerto das contas” e a divisão das partes.

O trabalho de direção e de gerenciamento tem por objetivo normalizar, isso significa que ele tem normas em sua maneira de organizar o trabalho e de organiza-lo no seio de um coletivo. E isso é algo que não se poderá jamais contestar-lhe, caso contrario não haveria vida coletiva possível, não haveria nenhuma eficácia possível (TRINQUET, 2010, p. 110)

Convém a cada gestor, organizador do trabalho, levar em conta todos os imperativos da atividade humana e essa contradição que existe entre *o que ele quer fazer, o que lhe é pedido para fazer e o que ele, in fine, pode fazer*, considerando as situações sempre singulares (TRIQUET, 2010, p. 110, grifo do autor).

O mestre/proeiro, como supervisor do trabalho, precisa então gerir a contradição que existe entre o que ele deve fazer - pautado nos objetivos da produção - e entre o que ele é convocado a fazer diante das diferentes situações que se apresentam na atividade e entre o que de fato ele pode fazer. Contudo, “gerir essa contradição é algo muito particular, pois cada indivíduo vai ter maneiras diferentes de avaliar cada situação” (TRINQUET, 2010, p. 110).

Segundo o autor, essas maneiras pessoais remetem aos objetivos que lhe são atribuídos pelos outros, ou seja, aqueles que estão hierarquicamente acima dele, e aqueles que estão ao seu lado, porque o gestor está sempre inserido em uma equipe. “E suas maneiras de avaliar remetem a sua própria personalidade, a sua posição hierárquica, aos seus valores, a sua cultura, a sua ideologia” (TRIQUET, 2010, p. 109).

No barco, a gente tem que ser psicólogo, mãe, conselheiro, pois a cabeça do pescador é diferente, são treze homens pensando diferente, mas eu tenho que estar com a minha cabeça bem, pra olhar de um a um o problema de cada um, eu tenho que ir até ele e perguntar, às vezes o que está acontecendo, porque que está nervoso, às vezes está muitos dias ali sem vê a família, então, têm momentos em que eu tenho que ir embora levar todos eles para casa.

Entrevista mestre/proeiro 1

Este discurso revela que o proeiro em um dado momento se viu em uma situação em que ele teria que fazer escolhas, de certa forma ele teve que fazer uma avaliação das condições de sua equipe naquele momento, levando em consideração todo o contexto do trabalho, principalmente a jornada de trabalho que se estendia já por muitos dias, o nível de stress que estava muito alto, ou seja, no micro da atividade, escolhas teriam que ser feitas, e sendo assim, ele decidiu voltar para a terra, deixando de lado talvez os objetivos do trabalho e da produção. A escolha de retornar para casa em tempo oportuno, para aquele gestor, talvez possa ter evitado

um mal maior, um acidente no mar, crises e conflitos a bordo, enfim, acredito que em um dado momento ele se deu conta de que não poderia mais governar aquela situação e aqueles seres humanos por muito tempo e de certa forma ele não quis assumir este risco.

Portanto a atividade de trabalho não é algo mecânico, não se resume apenas em seguir as normas impostas pela empresa, pelo patrão, trabalho é uso de si por si e pelos outros, pois o meio é sempre infiel. Dito de outra forma, “todos os tipos de infidelidades se combinam, se acumulam, se reforçam uma na outra, no conjunto de um ambiente de trabalho, que é também um ambiente técnico, um ambiente humano, um ambiente cultural” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p.189).

Eu peço que eles façam o mínimo para não se zangar, pois tem que ter o respeito a bordo, pois é um trabalho, independente do que acontece na comunidade, pois todos se conhecem, e temos que conviver bem. É um trabalho sofrido que exige que você pegue com raiva porque tem outra embarcação ao lado esperando que você perca o peixe, ai perde cerca de 50 mil, ai nesse momento que é mais tenso de nervosismo, pode surgir atrito entre os tripulantes. Eu como proeiro tenho que amenizar a situação, senão o camarada não quer ficar onde o outro está, e dentro da embarcação nós somos família, ali, tem que ter paz, respeito para poder andar bem. Eu falo sempre para eles, está com problema na família me fala antes para gente resolver, de repente está sem comida em casa, pois vamos supor, eu saio de casa bem deixo minha família com comida, e você como tripulante deixa sua casa sem nada. Então eu estou errado, todo mundo tem que ficar bem, se esta precisando a gente fala com o patrão para dar um adiantamento. Isso pra manter a integridade dos meus tripulantes.

Entrevista 3 - Mestre/Proeiro 1

Logo, nesta situação específica, podemos observar uma série de fatores que estão envolvidos nesse meio de trabalho, que se combinam e que se acumulam, fatores inerentes ao convívio em comunidade, pois todos já se conhecem previamente, e isso pode ser levado para dentro de uma situação de trabalho, onde segundo o proeiro, todos tem que ser uma família, ou seja, o respeito um pelo outro no trabalho é um fator importante para aquele gestor.

Além disso, percebe-se que o pescador no mar pode estar com seu pensamento na família, preocupado com a subsistência da família, aliado de repente a um período de pesca não muito satisfatório, tudo isso, todos esses fatores se combinam em um meio no qual o proeiro tem a função de gerir, de arbitrar, e assim fazer escolhas, renormatizar. Vemos neste caso, um encontro de valores presentes na atividade, tais como solidariedade, laços comunitários, familiares. “se eu saio de

casa bem deixo minha família com comida, e você como tripulante deixa sua casa sem nada, então, eu estou errado”. Esse proeiro jamais deixaria um de seus tripulantes nesta condição, não sairia para trabalhar sem antes resolver esta situação, porque no plano psíquico isso seria algo contraditório para ele, contrário a tudo aquilo que ele acredita como sendo justo e correto: “Meu pessoal são tudo meninos criados na comunidade, vizinho, sobrinho, é complicado” – Entrevista 3 – Mestre/Proeiro 1. “A nossa relação com o proeiro é ótima, ele é como um pai para nós” Entrevista 8 – Caiqueiro 1.

Os discursos acima revelam que a relação entre o proeiro e sua tripulação vai muito além das relações de trabalho, pois o “viver juntos” em comunidade faz parte da história desses trabalhadores, suas experiências, relações de amizade, de inimizade, os laços de família e entre famílias, as crenças, enfim, sua relação com a tripulação é carregada de histórias, que é atribuída também ao meio de trabalho, e isso é carregado de sentido para ele – o proeiro. Existe nesse meio, uma relação de cuidado, “são tudo menino”, ou seja, que ele possivelmente viu crescer na comunidade, que conhece seus pais, então, enquanto pescador mais antigo ele se vê nesta missão de ajudar, de fazer o melhor possível para que tudo fique bem. Então, no meio político, social e cultural desse trabalhador ele carrega consigo uma série de valores, comuns às pessoas que vivem naquele meio social e segundo os seus próprios valores.

“Os valores atravessam o micro da atividade, assim como atravessam toda a sociedade” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 71).

“Trabalhar é bem mais do que produzir com a ajuda de técnicas, é viver um projeto/uma herança” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p.100). Esta relação entre projeto e herança para o autor, funciona como uma espécie de dialética, querendo dizer que, depois de um acontecimento, de um movimento social, depois de transformações técnicas e organizacionais “é bem possível que mudemos um pouco o que reconhecemos como herança porque mudamos um pouco aquilo que reconhecemos como projeto” (SCHWARTZ, DURRIVE, 2010, p.100).

Percebemos que esta dialética entre projeto/herança, também se faz presente no mais micro da atividade destes pescadores, pois na situação descrita acima podemos observar que os valores de solidariedade tiveram um peso maior na hora de arbitrar, ou seja, a lógica mercantil não se sobrepôs à lógica de interesse do bem comum. Sendo que o mais interessante é que apesar das transformações

técnicas e organizacionais que ocorreram na atividade destes trabalhadores, que de certa forma mudaram o projeto/herança dessa comunidade ao longo da história, ainda assim, quando avaliamos mais de perto a atividade observamos que não se pode mudar assim tão facilmente essa entidade enigmática que é convocada a arbitrar e a decidir o que fazer em cada situação particular de trabalho.

“O corpo-si, arbitro no mais íntimo da atividade, não é um sujeito delimitado, definido, mas uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado” (SCHWARTZ; DURRIVE 2010, p.196). Para os autores, “cada um procura no trabalho o equilíbrio aceitável entre uso de si requisitado e consentido” (p. 198).

No nível mais micro de nossa atividade, valores que circulam na sociedade tomam forma e sentido – e reciprocamente: as questões sociais não evoluem unicamente graças à ação dos expoentes da economia e da política, mas igualmente decorre da atividade de cada um de nós, como fermentos de mudança. Nossas escolhas, mesmo micro operadas no trabalho, contribuem para dar forma à sociedade em que vivemos e vice-versa (SCHWARTZ, DURRIVE, 2010, p. 245).

De acordo com os autores, existem dois tipos de sociedades: sociedades “mercantis” - nas quais o peso do mercado e a utilização da atividade humana sob o enquadramento de contratos mercantis são aspectos fundamentais. E sociedades de “direito” - pautada em um código de direitos que regulam as relações dos homens, como instituições, constituições, onde os valores são objeto de discussão democrática. Para os autores, elas têm uma relação problemática, mas que apesar disso estão interagindo, ou seja, os valores de um polo estão interagindo com os valores do outro polo e vice-versa.

Como vimos ao longo deste estudo, a história dos pescadores locais se desenvolve em um espaço onde convivem dialeticamente uma lógica mercantil e uma lógica de interesse do bem comum. Neste sentido, o indivíduo tenta readaptar-se nesse novo meio, vivenciando esta dialética, tentando impor suas próprias normas de vida e renormatizando.

8.1.1 Normas antecedentes e Renormatizações

Segundo Telles e Alvarez (2004) as normas antecedentes, assim como o trabalho prescrito remetem aquilo que é dado, exigido, apresentado ao trabalhador antes do trabalho ser realizado, porém as autoras afirmam que as normas

anteriores possuem uma característica bem mais ampla, pois são também construções históricas, que dizem respeito a todo um patrimônio sociocultural e ao saber-fazer historicamente constituído pelos diferentes modos de vida. Além disso, na construção das normas anteriores estão envolvidos diversos valores que são redimensionados nas organizações, nos ambientes de trabalho, na relação com o meio externo, na dimensão político-jurídica e também com as normas do bem comum, que visam atender os anseios das pessoas que vivem em sociedade (ALVAREZ; TELLES, 2004).

Diante disso, as normas anteriores englobam tanto o trabalho prescrito quanto as construções históricas relacionadas ao saber fazer da profissão e para ajudar a compreender essa construção histórica precisamos conhecer a trajetória de vida destes pescadores: com quem eles aprenderam o ofício, quais foram suas referências e como foi o ingresso na profissão.

Eu já venho de família de pescador, toda a minha praia praticamente é pescador, todas as famílias são de pescadores, isso está no sangue, então não precisou nem aprender tanto, a gente com o pai e com o trabalho do pessoal a gente já aprende, sem precisa trabalhar. Então quando você vai, já tem uma visão do que é. Já fui praticamente sabendo de tudo, tive apenas um treino muito rápido.

Entrevista 3 – Mestre Proeiro 1

Percebe-se que o saber-fazer da profissão é passado de geração em geração, como uma herança, e que os mais velhos são os responsáveis por este ensino e por esta formação. Logo a relação trabalho e educação é, neste aspecto, indissociável, são atividades que estão intimamente ligadas e estruturadas como um patrimônio cultural local.

O trabalho em sua concepção ontológica é compreendido como o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas. Podemos dizer que o trabalho é a essência do homem, pois não se trata de uma dádiva divina ou natural, não é algo que precede a sua existência, ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens (SAVIANI, 2007). Segundo o autor, o que o homem é, o é pelo trabalho, logo, o trabalho que se desenvolve ao longo do tempo é um processo histórico, é uma herança. Contudo, se a existência humana não é garantida pela natureza, tem que ser produzida, isso significa que o homem não nasce homem, ele forma-se homem, ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Portanto ele precisa aprender a produzir sua própria existência, e isso é um processo educativo (SAVIANI, 2007).

Para o autor, a origem da educação coincide então com a origem do próprio homem, e diríamos que esta é uma relação de identidade, pois os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Logo, eles aprendiam a trabalhar trabalhando, ou seja, lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações (SAVIANI, 2007).

Na comunidade de Provetá a educação coincide totalmente com as características descritas pelo autor, onde a educação era transmitida como um modo coletivo de produção da existência humana, numa ação espontânea que coincidia com o processo de trabalho que era comum a todos os membros daquela comunidade. Na comunidade de Provetá não existia e não existe uma escola profissionalizante; os ensinamentos se dão através de orientações diárias, pela experiência dos mais velhos, aonde a criança vai aprendendo no seu ambiente social com a aquisição das experiências coletivas: “Aqui é uma escola de pesca, a garotada já acorda de manhã e já vê o pessoal pescando, nossa infância é essa, nem precisa ensinar”. Entrevista nº 15 – Motorista aposentado 2.

As normas antecedentes neste caso estão fortemente ligadas a um patrimônio histórico e cultural local, transmitido entre aqueles que nasceram e/ou cresceram nesta comunidade pesqueira e está relacionado ao saber-fazer historicamente constituído. Entretanto, para Schwartz e Durrive (2010) “a história está sendo feita neste momento” (p.247), e para os autores, entender melhor as normas antecedentes significa também apreender as mudanças ocorridas ao longo da trajetória de vida destes trabalhadores, pois o trabalho foi sempre apreendido na mudança, o que é inerente à natureza do trabalho humano, pois ele se modifica sempre.

Eu acho que a mudança principal na pesca foram às embarcações que foram aparecendo cada vez maiores. Foram construindo barcos maiores e foram chegando aqui em Provetá, para pegar tripulação aqui. Isso aqui, quando vim para cá em 1952, isso aqui era o maior matagal, tinha dez casas de telha, o resto eram casas de estuque. Aqui era tudo mato e carrapicho, agora isso aqui esta uma verdadeira cidade, e se você for perguntar a pesca aqui é a profissão de todos né. Então a pesca aqui melhorou a vida nossa né, aqui hoje tem umas 400 casas.

Entrevista 13 – motorista aposentado 1

O discurso revela que os moradores associam a chegada de barcos maiores na localidade como um fato marcante na história, pois antes disso, os moradores nativos da região tinham uma vida muito simples e moravam em casas de estuque.

Então, na medida em que esses barcos maiores chegavam à comunidade em busca de tripulação, as condições de vida da população também foram melhorando, pois traziam emprego e renda para os moradores, tornando possível melhorar também as suas condições de moradia.

No princípio, como contava meu pai, eles traziam barcos prontos de lá para pegar equipe aqui, já vinha com rede com tudo, meu pai foi um, era mestre, aqui tinha muito pescador que era mestre, eles vinham atrás de mestre que era mais valorizado na pesca antigamente. Foi daqui, que começou a pesca lá em Santa Catarina, com os nossos mestres daqui que foram para lá. Nossa pesca aqui é muito falada lá fora, desde a época do meu pai, do meu avô, até hoje. Essas pessoas carregavam o barco aqui de tripulantes, deixavam a rede aqui para emalhar, começaram a olhar o nosso movimento e a aprender com a nossa gente. Depois, os mestres vendo esse movimento, só dando futuro para eles, resolveram se ajuntar e construir seus próprios barcos e foi assim que começou a pesca de industrial em Provetá, evoluindo pelos próprios moradores.

Entrevista 11 – redeiro, aposentado 1

Diante disso, os pescadores foram saindo da comunidade para pescar em áreas distantes, através destas embarcações que vinham de outras cidades em busca de tripulação, principalmente de trabalhadores com maior conhecimento e experiência acerca da atividade, como os mestres e proeiros. Nesse momento, os pescadores são facilmente atraídos para a pesca industrial devido à baixa condição socioeconômica em que viviam, se inserindo em um novo meio de vida e trabalho.

Segundo Schwartz e Durrive (2010), para as empresas, existem trabalhadores que são considerados empregáveis - pois não apresentam problemas de empregabilidade -, aqueles que podem tornar-se empregáveis e aqueles que não são empregáveis, onde existe uma parte da população que corre o risco de ser estigmatizada. Isso nos leva a compreender o porquê que os pescadores relatam que a pesca era a única oportunidade que eles tinham de trabalho naquela época.

Hoje têm uns 50 rapazes daqui que fizeram curso e saíram da pesca pra trabalhar em rebocador e na Brasfels, mas os mais antigos não puderam fazer isso ai porque não conhecem o A. Se todos aqui fossem alfabetizados poderiam fazer essa prova ai que a rapaziada nova fez.

Entrevista 12– Chumbereiro 1.

Percebe-se que os pescadores mais jovens, ou seja, aqueles que tiveram acesso à educação se tornaram elegíveis às empresas locais como a Petrobrás e a Brasfels. Hoje na comunidade os filhos dos pescadores não querem ficar na pesca, pois tem a oportunidade de estudar fora da comunidade e podem escolher outras ocupações.

Hoje tenho duas residências uma aqui em Angra e outra em Provetá. Hoje Provetá está se esvaziando, muitas famílias estão vindo morar em Angra, pois nossa mulher quer vim pra cá quando nossos filhos terminam o ensino médio para completar os estudos. Hoje a maior parte está fazendo curso de MOC – Moço de convés e trabalhando na Marinha. Ninguém quer que os filhos fiquem na pesca, pois é uma vida muito sacrificante. Meu filho, por exemplo, levei umas duas vezes e ele não aguentou não, trabalhar a noite toda sem parar até clarear o dia, ele não aguentou, porque não está acostumado com o trabalho pesado. Eu também não quero essa vida para ele, quero que ele estude, seja alguém.

Entrevista 4 – motorista.

Percebe-se que houve uma mudança em relação à trajetória de vida dos pescadores locais, que antes, quando seus filhos terminavam os estudos na localidade iniciavam na atividade de pesca industrial e hoje isso está mudando. A pesca não é mais a única oportunidade de trabalho na região, nem tão pouco a melhor, pois consideram que as outras atividades disponíveis, além de fornecer melhores condições de trabalho, respeitam os direitos do trabalhador.

Hoje, quando termina o segundo grau, obrigatoriamente a família vem pra angra para dar o melhor para os seus filhos, fora da pesca. Por isso a maioria tá vindo embora para estudar e ter uma oportunidade na Brasfels, na Petrobras que dá mais direitos para ao trabalhador.

Entrevista 11 – redeiro, aposentado 1

Diante disso, a pesca não é mais considerada a melhor opção de emprego para os filhos dos pescadores na região, o que pode interferir no processo de transmissão do saber-fazer do ofício de pescador e diminuir o número de pescadores na localidade, visto que a força de trabalho da pesca industrial está sendo absorvida pelo mercado de trabalho de grandes empresas da região.

Os mais jovens estão saindo da pesca, eles não tão querendo ficar mais na pesca, pois na pesca eles têm que trabalhar dia e noite, lá não eles trabalham 15 dias e folgam 15. Na Petrobras é assim, de 15/15 dias que se trabalha. Então para a rapaziada é bom, porque eles descansam e tiram 15 dias para se divertir. Enquanto que nós trabalhamos direto, vai até a lua cheia direto, descansa só 2,3 dias no mês. Então a gente pede a Deus para a pesca parar para a gente descansar um pouco.

Entrevista 12 – chumbereiro 1

Em relação às *Renormatizações* ou *renormalizações*, (ainda não existe consenso entre os estudiosos e tradutores da língua portuguesa sobre a melhor denominação) mas para a Ergologia significa a tentativa dos trabalhadores de

superar a defasagem sempre existente entre o trabalho real e o trabalho prescrito fazendo usos de si.

A norma pretende adiantar ou preceder o que se vai fazer, mas a renormatização também é uma forma de antecipação, pois ela vai além do que está previsto, pensado antecipadamente pela norma (DURRIVE, 2011, p. 50).

Para que o trabalho se realize, o pescador precisa ter os meios de trabalho disponíveis, que são os instrumentos de trabalho, a equipe de trabalho constituída, a embarcação de pesca devidamente abastecida com alimento, água potável, gelo, combustível, clima propício para a atividade, sem previsão de vento forte ou tempestade, isso para que tudo corra bem durante os próximos dias que estarão em alto mar. Como vimos, o trabalho prescrito consiste na realização da técnica do cerco para a captura do pescado e de acordo com a capacidade de carga de cada embarcação, finalizando o ciclo com a descarga do produto no porto da cidade de Angra dos Reis e/ou em um porto mais próximo da localização da embarcação.

Contudo, sabemos que existe uma distância entre o trabalho prescrito e o real, como já descrito pela Ergonomia, que nos revela que podem ocorrer variabilidades no decorrer da atividade de trabalho, pois não há como antecipar tudo o que vai ocorrer em um dia de trabalho, principalmente no universo de trabalho dos pescadores, que está sujeito a infidelidades de toda natureza, onde as normas antecedentes poderão não ser suficientes para dar conta da dinâmica da atividade, que se passa no aqui e agora, o que fatalmente convoca o sujeito a gerir a situação, antecipando soluções e renormatizando.

Uma vez peguemos um temporal lá em Barra Grande, quando deu a notícia no rádio, ainda faltava uns 30 minutos até chegar à boia do ronca, essa boia ela ronca quando é sinal de chumbo grosso pela frente. O temporal era tanto que o barco nem saía do lugar, não dava mais para voltar para terra, para fugir da tempestade, tínhamos que avançar mar afora, ainda rinha um barranco de areia pela frente de uns 15 metros de altura que se pegasse era morte na certa. Então nós fomos largando o ferro na água, ancora, tudo, para deixar o barco mais leve, ai de repente o mestre desmaiou, todo mundo chorando, peguei o leme na hora, largamos o peixe no mar para a tripulação viajar no porão, porque se caísse no mar já era, ai servir de lanche para tubarão. Pelejei ali, uma hora navegando, a hora mais longa da minha vida, mas conseguimos chegar, eu sei que terminei aquele ano lá no Sul porque precisava juntar um dinheirinho e voltei para casa.

Qualquer semelhança com as diversas histórias de pescadores que já ouvimos por aí é mera coincidência, pois este é um relato verídico de um pescador local que diante de uma situação adversa de trabalho e do vazio de normas para lidar com a situação real, não conseguiu antecipar soluções possíveis para contornar o pânico que já tomava conta da tripulação. Entretanto percebe-se que outros membros da tripulação se engajaram para encontrar a solução, servindo-se dos meios disponíveis e inventando outros meios para enfrentar o problema. Neste caso, o trabalhador é convocado a governar a atividade com o desafio de atravessar a tempestade mantendo a integridade física e psíquica da tripulação e para tal o trabalhador precisa arbitrar, ou seja, fazer escolhas e como centro dessas arbitragens ele opta em descartar toda a produção de pescado no mar, correndo todos os riscos dessa decisão, para deixar o barco mais leve e poder atravessar mais rápido o trecho da tempestade em direção ao continente.

Observamos que esta situação demanda o uso de si por si e pelos outros, convocando a atividade do corpo-si ou corpo-pessoa que se engaja buscando soluções, pois o trabalho não é algo simples, ao contrário, ele manifesta seus limites quando é colocado em prática e existem situações em que pode haver crises e conflitos (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Segundo o autor, a incapacidade de controlar o próprio curso do trabalho, faz com que o trabalho se intensifique mais, de modo que a carga se torne cada vez mais difícil de controlar (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p.30).

De alguma maneira o mestre/proeiro que tinha o comando da embarcação em suas mãos ao se deparar com esta situação adversa, teve dificuldades de contornar a situação, de arbitrar, visto que havia a possibilidade dele falhar e o barco virar e/ou afundar e morrer toda a tripulação. De certa forma, o outro trabalhador observando a situação e de forma equilibrada, consegue convocar a sua inteligência, os saberes da sua experiência - adquiridos ao longo da sua história - em uma *dramática do uso de si*, onde ele se vê elaborando suas próprias normas e/ou o seu próprio protocolo, no aqui e agora, respondendo às exigências do meio muito além daquelas enumeradas pela tarefa (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010).

Todo trabalho, porque é lugar de um problema, apela ao uso de si, isto quer dizer que não existe mera execução mais uso, convocação de um indivíduo singular, com capacidades bem mais amplas do que as enumeradas pela tarefa (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 27).

O curioso é que ao longo deste relato de experiência de vida e trabalho, este pescador que naquele contexto exercia a função de caiqueiro. Após esta experiência foi convidado a exercer a função de mestre/proeiro daquele dia em diante, função pela qual se aposentou por idade.

8.2 PESCADOR INDUSTRIAL: “O VERDADEIRO PESCADOR”

8.2.1 Pescador Industrial Versus Pescador Artesanal

No decorrer do trabalho de campo podemos observar, a partir da fala dos sujeitos da pesquisa, algumas diferenças entre os pescadores artesanais e os pescadores industriais e, muito embora não haja uma definição única, nem tão pouco, uma delimitação precisa entre o que é ser um pescador artesanal ou industrial, neste estudo levou-se em consideração a definição da atividade pesqueira que está contida na legislação brasileira – Lei da pesca - LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009, conforme discutido anteriormente (BRASIL, 2009).

Partindo desta referência, os pescadores tanto artesanais quanto industriais são considerados pescadores profissionais, porque exercem a atividade com fins lucrativos e comerciais. A partir daí, nos interessava entender como era a dinâmica do trabalho destes pescadores na localidade, como se dava essa divisão de “classes” na localidade, se os pescadores artesanais migravam para pesca industrial, enfim, quem eram os artesanais e quem eram os industriais do ponto de vista dos pescadores locais.

Ao conhecer a comunidade de estudo, logo percebemos que na localidade havia poucos pescadores artesanais, e que estes se apresentavam muito discretamente na praia, enquanto que paralelamente havia uma grande movimentação de pescadores industriais, de traineiras chegando e saindo e de redes de todos os tamanhos que nos chamavam a atenção no cais da comunidade.

A pesca artesanal, apesar de ser considerada uma atividade profissional, com fins lucrativos, se difere da pesca industrial na medida em que é exercida de forma autônoma, sendo muitas vezes considerada como uma atividade informal,

como já dito anteriormente. Nouroudine (2011) denomina o trabalho informal ou as formas de trabalho diferentes das normas de referência atuais como “trabalho que não é mais trabalho”, porque se diferem da norma dominante impulsionadas pela globalização da economia e do comércio, que ele denomina de trabalho mercantil.

Logo, o trabalho mercantil ou o trabalho “stricto sensu” como denomina Schwartz e Durrive (2010) possui uma característica estruturalmente determinante na sociedade atual e está centrado no objetivo do ganho. Já o trabalho não mercantil, apesar do fator econômico estar presente, a característica mercantil não está, pois mesmo que sejam produzidos bens e serviços e que estes circulem na rede social, as atividades e as trocas não são mercantis, pois as trocas não estão focadas apenas no valor das coisas. Para o autor, a lógica de reprodução familiar prevalece sobre a lógica de crescimento da empresa e de maximização dos lucros (NOUROUDINE, 2011).

Partindo deste pressuposto, podemos considerar nesta discussão a pesca artesanal como “trabalho não mercantil” e a pesca industrial como “trabalho mercantil” para melhor compreensão. Nouroudine (2011) ao estudar comunidades de pescadores africanas, observou que o trabalho não mercantil era um modo de trabalho valorizado e reconhecido no meio social, que permitia a satisfação das necessidades vitais dos indivíduos e a aquisição de bens e serviços, através de um esforço social mútuo de resolver problemas de alimentação, educação, de força de trabalho, e que nestas comunidades funcionavam como um importante vetor de reconhecimento e integração social, muito mais poderoso do que o trabalho mercantil, pois estava imbricado na cultura e na história local.

Partindo dos mesmos pressupostos, podemos dizer que a comunidade de pescadores de Provetá, nosso lócus de estudo, apresenta diferentes aspectos a serem analisados. O primeiro aspecto é que a atividade de pesca local se distanciou das práticas artesanais na medida em que o trabalho mercantil se instituiu socialmente como trabalho dominante, ou seja, a lógica mercantil na localidade em um dado momento da história se sobrepõe aos valores simbólicos e culturais não mercantis praticados anteriormente quando a pesca artesanal era tida como principal meio de subsistência.

Podemos observar que a pesca industrial na comunidade de estudo se consolidou como atividade econômica dominante, garantindo a possibilidade de

ascensão social aos pescadores, sendo valorizada e reconhecida no meio social, com uma significação econômica importante, tendo em vista a baixa escolaridade dos trabalhadores devido às dificuldades de acesso à educação na localidade.

No meu tempo, na minha época aqui, o estudo não tinha o 1º ano, eu, por exemplo, tenho estudo até a 4ª série primária e a maioria de nós, inclusive nossos pais, eram analfabetos devido à dificuldade do estudo aqui. O meu pai e os outros idosos do passado eram analfabetos, então a maioria de nós rapazes como nós mais pobres, não tinha outra saída tinha que sair para a pesca.

Entrevista 5 - cozinheiro

As dificuldades de acesso à educação aliada à tradição pesqueira local colaboraram para que a atividade de pesca se mantivesse como a principal atividade econômica na comunidade. Observa-se que em Provetá os rapazes “mais jovens” são alistados para a pesca industrial por volta dos 18 anos - idade de iniciação profissional na pesca industrial - além de ser uma para eles uma ótima oportunidade de crescimento do ponto de vista econômico e social.

Na pesca industrial o pescador tem outro pensamento, vai fazer a sua vida, mudar de vida, e o artesanal não quer mudar de vida. O pescador artesanal é aquele que não sai da área, não sai da praia, só pesca ali de canoa ou de barquinho, ou de rede, só para sustentar a família, então, claro que todo pescador quer ser industrial.

Entrevista 3 – Mestre proeiro 1

A pesca artesanal na localidade é considerada de menos valia do ponto de vista técnico e econômico, hoje em dia quase que inexistente nesse meio social. A pesca artesanal geralmente é praticada pelos pescadores mais velhos e pelos mais jovens como forma de lazer e como aprendizado quando ainda crianças.

Aqui, na verdade o primeiro passo do pescador é na canoa né, num botinho, ainda moleque, depois já passa para uma coisa mais séria, que é a industrial. Quando eu comecei a pescar profissional foi quando terminei os estudos aqui, no 4º ano de escola. Então não tinha opção, a gente era obrigado a entrar na pesca, porque já tinha a tradição, já tinha o sangue nisso aí, desde criança você crescendo nesse meio, se torna meio que uma paixão, a gente gosta muito da pesca aqui. Eu vejo a pesca artesanal como um lazer, pois eu também pratico a pesca artesanal, eu pesco de linha, faço pesca submarina e rede de espera, isso é pesca artesanal.

Entrevista 18 – Mestre proeiro 2

Em Provetá os pescadores mais velhos estão bastante envolvidos com a pesca artesanal e possuem um saber valorizado no meio social, sendo os responsáveis pela arte de entalhar a rede, que é uma tarefa complexa de se fazer os

consertos necessários na rede para que ela esteja pronta para a próxima temporada de pesca e isso não se ensina na escola. Este conhecimento é passado de geração em geração.

Quem ficou na pesca artesanal foram os mais os idosos, hoje aqui tem em torno de uns 300 pescadores trabalhando embarcado. A pesca artesanal mal dá para sustentar a família do pescador. Quando o pescador sai da pesca é que volta a pescar de canoa, ou fica na praia para entalhar a rede, que é uma ciência forte do pescador mais antigo.

Entrevista 5 – cozinheiro

O filho de pescador que não obtém êxito na pesca industrial é chamado pelos seus pares de “braço quebrado” porque “(...) é uma profissão que tem que “pegar com força” e é uma vida muito sacrificada, nem todos aguentam, tem que ter muita determinação para crescer na profissão e mudar de vida” Entrevista 3 - Mestre proeiro. Portanto a pesca industrial na comunidade é destinada aos mais hígidos e determinados e segundo eles nem todos da comunidade são elegíveis para a profissão.

Na comunidade de Provetá o pescador industrial não reconhece o pescador artesanal como um “pescador profissional” como eles, pois acreditam que a maioria deles – os artesanais – não vivem exclusivamente da pesca, ou seja, a pesca não é a sua principal ocupação, de onde tiram o sustento de suas famílias. Além disso, os pescadores artesanais não são considerados como pares, pois não desenvolvem o mesmo processo de trabalho e não estão sujeitos às mesmas condições de vida, portanto não são considerados pescadores profissionais “de verdade”.

O pescador artesanal não é pescador de verdade, ele não pesca todo dia como nós, 24 horas por dia. Ele joga a rede lá, vai para casa todo dia, se der peixe deu se não der ele recebe salário do governo mesmo, pois não sobrevive só daquilo, ele faz por lazer, pois ele geralmente tem outra ocupação, tem tempo pra isso, não é igual a gente que não tem tempo pra nada.

Entrevista 5 – cozinheiro

O pescador artesanal que é valorizado, mas o industrial não, mas este é que deveria ser, pois este é o verdadeiro pescador.

Entrevista 11 – redeiro, aposentado 1

Percebe-se que para os pescadores locais, a pesca artesanal é considerado um trabalho que não é mais trabalho e sim um lazer, um hobby e isso nos leva a crer que as transformações da sociedade contemporânea afetam tanto as estruturas concretas de organização social, quanto às relações sociais e de identidade.

O 'trabalho que não é mais o trabalho' seria (para usar a linguagem platônica) uma aparência de trabalho em relação ao verdadeiro trabalho, ou ao trabalho 'real'. Se o verdadeiro trabalho é o trabalho mercantil (modelo do trabalho), então se pode supor que 'o trabalho que não é mais o trabalho' seria o trabalho não mercantil e o 'trabalho informal' (cópias imperfeitas do modelo) (NOUROUDINE, 2011, p. 14).

Sendo assim, se o verdadeiro trabalho é o mercantil, ou seja, o industrial, então o pescador industrial seria o verdadeiro pescador e a pesca artesanal seria uma cópia imperfeita do modelo, pois consideram que a pesca artesanal não dá nem para sustentar a família, ou seja, não garante a subsistência nem o acesso a bens e serviços. Então este modelo de trabalho acabou sendo reduzido, o que deve ter acontecido não de forma abrupta, mas sim como um processo de construção histórica.

Logo, a pesca artesanal como uma atividade humana de interação homem e natureza com o objetivo de retirar dela sua subsistência hoje é praticamente inexistente em Provetá. O tipo de pesca industrial é hegemônico na localidade e transformou-se de fato em um "emprego", com regras baseadas em princípios econômicos, tais como: o recrutamento da força de trabalho, o aumento da produtividade, a intensificação do ritmo de trabalho e da jornada de trabalho, a produção de mercadoria em grande escala, dentre outros aspectos característicos da sociedade capitalista.

Para Schwartz e Durrive, "o emprego constitui uma modalidade particular de enquadrar o trabalho às pessoas nas sociedades capitalistas" (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 276). Quando o autor diz "enquadrar o trabalho" entende-se também como um "controle do trabalho" de outro por parte dos capitalistas ou dirigentes das empresas e por meio deste controle, do trabalho do outro, há certamente um empobrecimento da riqueza do trabalho e do significado pelo qual o homem trabalha, pois existe um empobrecimento de raciocínio, neste caso voltado para a lógica mercantil de produção, o que é observado também na pesca industrial.

O ponto negativo da pesca industrial é que você é empregado de outra pessoa, você trabalha para outra pessoa, hoje eu tenho meu barco, mas

antes não, podia está tempo ruim, frio, que eu tinha que sair para o mar, pois quando a gente tem patrão é obrigado a sair, não tem liberdade pra nada.

Entrevista 1 – mestre/proeiro 3

Segundo Schwartz e Durrive (2010) a definição de emprego é da data do fim do século XIX e esta definição foi mais ou menos estabilizada nos anos 1930 - um grande período da economia política - que condiz também com o período de ascensão da pesca nos moldes industriais no Estado do Rio de Janeiro principalmente a pesca da sardinha, realizada em grande escala e que deu origem às primeiras indústrias de salga e secagem (depois enlatamento) surgidas nas décadas de 1920-30 (DIEGUES, 1999).

O trabalho mercantil ao se constituir como determinante de pertencimento social, ou seja, ao ser valorizado no meio social, suas características refletiram-se na identidade do pescador local, ou melhor, dando origem a construção de novas identidades coletivas no âmbito do trabalho. Antunes (2009) chamaria essa outra classe de classe-que-vive-do-trabalho, que compreende a classe trabalhadora da contemporaneidade que engloba tanto o proletário industrial como a massa de assalariados que vendem sua força de trabalho.

O conceito de identidade busca compreender a inserção do sujeito no mundo e sua relação com o outro (COUTINHO, et al, 2007). Pensar esta inserção no mundo implica em reconhecer uma concepção dialética entre indivíduo e sociedade, na qual um se identifica e se transforma a partir do outro, ou seja, o sujeito assimila a realidade e reproduz ativamente sua experiência social (COUTINHO, et al, 2007).

Cabe destacar que o trabalho na contemporaneidade não mais tem o objetivo de intermediar o atendimento às necessidades imediatas da sobrevivência; ele gradualmente passa a ser considerado como criador de riquezas e totalmente investido de conotação econômica, a partir daí o trabalho passou a significar um instrumento de valor e de dignidade humana (COUTINHO, et al, 2007).

A pessoa olha pra mim assim, do jeito que estou aqui vestido e não acha que eu sou pescador, acha que pescador tem que andar molhado, sujo e cheirando a peixe. Não sou dessa era, a pesca profissional hoje dá vida boa pro pescador, se você for lá em Provetá você vai ver que a melhor casa é a minha e que todos os meus tripulantes tem casa própria.

Entrevista 3 - Mestre proeiro

Neste sentido, entendemos que o trabalho – a pesca industrial – é um dos objetos pelo qual o homem idealiza a sua vida: ele existe enquanto objeto de desejo, como afirma Schwartz e Durrive (2010), temos a tendência de considerar o trabalho como uma obrigação, como uma necessidade e não como um desejo. “No plano psíquico, o trabalho é um “objeto duplo”: coletivo, social, normalizado, mas também um assunto pessoal, a expressão social de coisas vividas no mais íntimo de si” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 228, grifo do autor).

É o trabalho, associado a tudo o que toca a dimensão do *ter*, isto é, o fato de se ter um lugar e de ter uma remuneração que permita uma sobrevivência autônoma (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 229, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, há uma pressão talvez ainda mais forte das estratégias econômicas, dos critérios segundo os quais se declara que uma atividade deva ser mantida ou ao contrário suprimida, algo talvez em matéria de política de emprego, que impulsiona novos rumos e iniciativas em termos de investimento econômico, na tentativa de pré-determinar as atividades dos homens (SCHWARTZ, DURRIVE, 2010). Para os autores, não podemos deixar de nos movimentar dentro deste campo de contradições, pois a mudança existe, novas formas de trabalho aparecem enquanto outras estão em declínio, isso é indiscutível, e é preciso reconhecer que as formas modernas de produção, deslocam o trabalho e modificam muitas coisas inclusive na conformação social.

8.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO

8.3.1 A Jornada de Trabalho

O exercício da atividade de pesca industrial, assim como a duração da jornada de trabalho são orientados por dois calendários ao ano: um determinado pelos Ciclo da Lua, onde o período de Lua Cheia é denominado de período do “claro”, época quando os pescadores não saem para trabalhar e permanecem na comunidade porque acreditam que a claridade refletida na água pela Lua Cheia, “espanta e fracassa” a pescaria. Os demais dias do mês são compreendidos como o período do “escuro”, que segundo os pescadores locais dura cerca de 23 dias, período em que os pescadores estão no mar em plena atividade. Este calendário foi instituído pelos

próprios pescadores, sendo denominado como “calendário nativo” (DIAS, NETO, 2010).

Outro calendário utilizado pelos pescadores determina o período de permissão da pesca, que foi instituído pelo IBAMA, denominado “calendário legal” que marca os períodos de defeso em que o pescador não pode capturar determinadas espécies em reprodução (DIAS, NETO, 2010). A partir daí, se inicia a organização do trabalho dos pescadores e o planejamento de suas atividades. Geralmente eles trabalham durante todo o período de “escuro” e folgam no período do “claro”, época em que retornam à comunidade e ao convívio com a família.

O calendário Legal, instituído pelo IBAMA, proíbe a pesca da sardinha-verdadeira de 12 de novembro a 20 de fevereiro, sendo esta a primeira parada do ano, e a segunda é de 06 de julho a 25 de agosto, sendo um período de aproximadamente quatro meses ao ano, onde a principal atividade econômica destes trabalhadores é suspensa para a reprodução e manutenção da espécie (IBAMA, 2006).

No período do claro, muitas vezes a pesca está permitida legalmente, no entanto, existe esta cultura entre os pescadores de que neste período não se obtém êxito nas pescarias. Na pesca industrial muitos armadores não permitem a parada da pesca nestes dias, visto que, nos dias atuais a pesca é orientada por aparelhos que rastreiam o cardume e que facilitam o êxito das pescarias.

Muito embora seja o armador - o dono da embarcação - quem controla o ritmo da produção, na comunidade de estudo o período do claro ainda é respeitado pela maioria dos armadores de pesca, que aproveitam para realizar o acerto de contas do período trabalhado e fazer o pagamento da tripulação. Para os pescadores essa parada é importante, pois durante o mês, é o período em que eles podem parar a pesca para descansar, estar em casa com a família, além de receber o pagamento.

O tempo que fica no mar trabalhando varia, tem vez que sai hoje fica dois, três dias, mas se encontrar muita pescaria a gente vai ficando, descarrega e volta para o mar, aí fica direto e volta só na lua cheia. Pois quando a gente sai para o mar não sabemos o que vamos encontrar, é uma coisa que está sempre em movimento, temos que procurar navegar, navegar até encontrar.

Observa-se que a jornada de trabalho do pescador varia bastante: podendo durar de 1, 2, 15 dias, até três meses. E em relação ao número de horas trabalhadas por dia, não houve um consenso do grupo entrevistado, mas a maioria relata que em um período de trabalho de 24h, descansam aproximadamente 2h. Os pescadores referem que um dos fatores que interfere diretamente no número de horas trabalhadas é a capacidade de encontrar os cardumes: quanto mais tempo demoram a encontrar os peixes, mais tempo dura a jornada de trabalho. E mesmo que a pescaria seja satisfatória, não possuem autonomia para retornar para casa, pois isto fica a critério do patrão e do armador de pesca. Geralmente descarregam o peixe e retornam para o mar, podendo permanecer até três meses fora de casa. E muito embora a jornada de trabalho seja estendida, afirmam que isto não dá direito a um número maior de horas de descanso.

A condição que o barco te dá para você trabalhar varia, mas no geral, não temos hora certa para comer, nós comemos na correria, debaixo de mal tempo, é tudo muito rápido, higiene é só quando o tempo está bom, pois o chuveiro é lá fora e dormir é raridade, você trabalha o dia todinho e no dia seguinte trabalha descarregando peixe pra começar tudo de novo então não tem descanso, uma hora ou duas que você deita no beliche é nada!

Entrevista 20 – Gelador 1.

Segundo a OIT - Organização Internacional do Trabalho – CONVENÇÃO 188 - Referente ao Trabalho na Pesca - embarcações de pesca independentemente do tamanho, que permanece no mar durante mais de três dias, com a finalidade de limitar a fadiga, deve estabelecer um número de horas mínimas de repouso a ser proporcionado aos pescadores, que não deverão ser inferiores a: art. 13 (i) dez horas em qualquer período de 24 horas; (ii) e setenta e sete horas em qualquer período de sete dias. Refere que o patrão de pesca pode permitir exceções, entretanto, nessas circunstâncias, os pescadores devem receber períodos compensatórios de repouso tão logo seja possível.

Essa questão parece ser uma tarefa difícil de gerir, pois na verdade como os pescadores ganham por produção precisam ficar atento aos aparelhos e cada um alerta na sua posição, para estar pronto para iniciar o cerco quando o mestre/proeiro identificar o peixe no sonar, caso contrário eles perdem a pescaria, sem saber quando vai aparecer outra oportunidade. Então esses trabalhadores se veem intimados a aumentar o ritmo de trabalho, visando o aumento da produção, visto que ganham de acordo com o que é produzido/pescado.

Nós ganhamos por produção, então não podemos perder o peixe, a gente força um pouco a barra, mas existe uma compensação assim: enquanto um lado procura o peixe, o outro descansa e vice-versa. Mas passamos noites e noites sem dormir.

Entrevista 3 – Mestre/Proeiro 1

Além de descansarem bem pouco, a alimentação e higiene é realizada a bordo da embarcação, e dependendo do ritmo de trabalho a alimentação só será realizada ao final da atividade.

Banho? Só quando vai descarregar o peixe, pois tem que economizar água, pra duas semanas no mar né, pra cozinhar, essas coisas. Às vezes ficamos 2, 3 dias sem descarregar e sem banho. Os braços é que ficam mais sujos, de escama de peixe, agente se transforma em uma sardinha quase né.

Entrevista 8 – caiqueiro 1

Segundo os pescadores a alimentação é boa, não falta alimento nem água para o consumo, entretanto o banho já fica um pouco prejudicado dependendo do tempo em que permanecem no mar, e isso tudo quem controla é o proeiro no sentido de calcular os suprimentos de acordo com o tempo de duração da jornada de trabalho, que apesar de ser bastante variável existe já uma rota previamente estabelecida para aquela embarcação, ou seja, um percurso já estabelecido que é informado a Capitania dos Portos, ou seja, à Marinha Mercante.

Após a jornada de trabalho no mar, ao chegarem no porto, os pescadores fazem a descarga do pescado e esse transporte de cargas é realizado de forma manual, sem equipamentos/ou guinchos para o auxílio, ou seja, os trabalhadores descarregam cerca de 30, 40 toneladas de peixe sozinhos. Dependendo da função a bordo podem estar mais expostos ao ruído e a vibração do motor, e a altos índices de temperatura na casa de máquinas. Além disso, estão expostos ao vento (velocidade do ar), à baixa luminosidade, à radiação solar e umidade, pois o ambiente de trabalho não possui cobertura em toda a sua extensão; a embarcação possui cobertura apenas na sala de comando, na casa de máquinas e na área de repouso e alimentação, ou seja, todo o trabalho é realizado a céu aberto e nem sempre utilizam EPI – Equipamento de proteção Individual, pois relatam que na maioria das vezes este material não é fornecido pelo empregador.

A proteção a gente é que tem que comprar, que nem o EPI eles tem coragem de dar pra gente, que é nossa proteção de trabalho. Que é outra coisa totalmente errada, pois qualquer firma ai legalizada que você for trabalhar, qual é o dever da firma? É fornecer isso ai, EPI que é o material para você se proteger no trabalho. Então até isso ai eles roubam da gente,

pois se você quiser usar vai ter que pegar como vale com eles e aumentar a sua dívida. Que nem na época da seringueira que tinha que trabalhar para pagar a venda. É a mesma coisa a vida do pescador, é serviço escravizado.

Entrevista 20: gelador 1

Segundo a Legislação Brasileira - Código Penal - o trabalho em condição análoga a de escravo no Brasil, é definido como uma condição sobre a qual é exercido qualquer poder de propriedade sobre a pessoa.

Reduzir alguém á condição análoga á de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados, ou a **jornada exaustiva**, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer **restringindo por qualquer meio a sua locomoção**, em razão de **dívida contraída com o empregador** ou preposto (BRASIL, 2012, p. 19, grifo nosso).

Segundo o Código Penal Brasileiro, o cerceamento da liberdade do trabalhador quando ocorre é relacionado a presença de um ou da combinação de alguns elementos, citados aqui apenas os elementos semelhantes ás condições de trabalho relatada pelos pescadores.

Exemplos de jornada exaustiva podem ser vistos principalmente em atividades laborais cuja remuneração depende de maior produção diária e semanal, inclusive em alguns casos nos quais o trabalhador é contratado pretensamente como se fosse autônomo, mas o alcance de uma remuneração mínima depende de uma jornada ainda mais gravosa em termos de quantidade de horas e/ou intensidade de trabalho do que lhe seria exigido caso fosse empregado remunerado com salário mínimo (BRASIL, 2012, p.20).

(..) a retenção de documentos é prática que dá início ao processo de servidão. Na fase de recrutamento o aliciador se apodera dos documentos do trabalhador (especialmente, embora não somente, a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e documentos originais de identidade), ao tempo em que inicia a anotação de despesas no “caderno da dívida”. Esses documentos ficam retidos pelo intermediário ou preposto do empregador durante o curso da prestação laboral (BRASIL, 2012, p.20).

SERVIDÃO POR DÍVIDA: desde a fase inicial (de aliciamento/recrutamento) os pequenos adiantamentos em dinheiro, o pagamento de dívidas já contraídas pelo trabalhador em pensões, eventuais despesas com a viagem até o local da prestação de serviços, entre outras, são anotados pelo aliciador. No decorrer da atividade laboral, estes são adicionadas àquelas outras despesas com ferramentas, alimentação, remédios, bebidas alcoólicas, etc., a preços superfaturados. Essa dívida é crescente e impagável e, portanto, constitui um dos grilhões que mantém o trabalhador em regime de servidão (BRASIL, 2012, p.20).

Remuneração inadequada e salários atrasados – mesmo quando não há escravidão por dívida, caso no qual os trabalhadores não recebem salário

em espécie, é comum receberem menos do que o acordado, terem seus salários retidos ou pagos com atraso (OIT, 2010, p.17).

No caso dos pescadores observamos a presença de práticas semelhantes a estas, pois pescadores não são pagos de forma regular, são submetidos a jornada de trabalho exaustiva para terem garantias mínimas de recebimento, documentos como contrato de trabalho não são entregues ao trabalhador, os vales que são dispensados como empréstimo pelo patrão são anotados e retidos com eles, ficando o pescador com dívida a pagar para o empregador e sobre a qual não tem controle. Os trabalhadores geralmente não recebem uma especificação das despesas pelas quais devem pagar, e nem mesmo tem conhecimento de quanto ainda devem.

A concessão do “vale” geralmente acontece quando o pescado é vendido a baixo preço. Nestes casos o pescador não recebe nada, pois o empregador refere que o lucro obtido só deu para pagar as despesas da embarcação. Assim sendo, o pescador para sustentar sua família, pega vale com o patrão para acertar na próxima temporada de pesca, ou seja, ele vai trabalhar a próxima temporada de pesca para descontar o valor do empréstimo, ficando novamente sem salário, tendo que novamente pegar vale com o patrão, aumentando ainda mais a sua dívida.

Quando a gente fica trabalhando longe é complicado, pois você só pode voltar quando eles querem, senão é abandono de barco, você fica preso lá, pois se você quer vir embora, você vai vir com o quê? Com que dinheiro? Pois você só recebe no claro, isso se você ainda tiver alguma coisa para receber.

Entrevista 8 – caiqueiro 1

Quando para a pesca, eu vou pra minha casa entendeu, não fico mais distante não, cansei, depois ninguém conhece agente, não tem como pegar e vir embora, pois fica devendo o patrão, ai agente vai ficando e trabalha de escravo pros outros.

Entrevista 7 – cozinheiro

Apesar dos pescadores terem relatado que possuem a carteira assinada, ou seja, um vínculo empregatício formal, através de um contrato de trabalho, ao solicitar a carteira de trabalho e/ou o contrato de trabalho para observar como que se dava essa relação de contratação dos mesmos, percebi certa desconfiança por parte dos pescadores. Muitos perguntaram se eu estava a mando do patrão, outros se eu estava fiscalizando, enfim, resolvi não aprofundar a questão para não prejudicar o bom andamento das entrevistas. Percebi então que existe certo temor por parte dos trabalhadores sobre este assunto, e que este era um assunto que não deveria estar

em pauta para as entrevistas. Deste modo, direcionei a questão apenas para os pescadores já aposentados, onde constatamos que eles apenas sabem que estão trabalhando embarcados, ou seja, contratados, com a carteira assinada, mas não sabem os detalhes do contrato e não possuem a cópia do documento.

Então eu digo para você que essa carteira assinada nossa é só fachada, os contratos que a gente assina é tudo falso, não são verdadeiros, uma vez um amigo meu que entende de contratos me disse.

Entrevista 12- chumbereiro 1.

De acordo com Organização Internacional do Trabalho sobre o contrato de trabalho dos pescadores:

Será responsabilidade do proprietário da embarcação de pesca assegurar-se de que cada pescador tenha um Contrato de Trabalho de pescador por escrito, assinado tanto pelo pescador como pelo proprietário da embarcação de pesca ou por um representante autorizado do proprietário da embarcação de pesca (ou, quando os pescadores não forem empregados ou contratados pelo proprietário da embarcação de pesca, o proprietário da embarcação de pesca deverá ter prova de acertos contratuais ou acertos similares) estipulando o trabalho e condições de vida decentes a bordo da embarcação (OIT, 2007, p. 27).

O Contrato de Trabalho do pescador, cuja cópia será fornecida ao pescador, deverá estar disponível a bordo, à disposição do pescador e, de acordo com a lei e a prática nacional, de todas as outras partes envolvidas que a solicitarem (OIT, 2007, p. 27).

Segundo os pescadores toda a despesa com óleo, gelo, combustível e com alimentação é descontado do total da produção e o resultado desta conta é dividido em partes iguais, onde uma das partes é destinada ao armador de pesca e a outra para a tripulação que é dividida entre eles. Segundo os pescadores locais, é descontado neste montante, ou seja, do total da produção além dos custos da embarcação, 10% para a manutenção da embarcação e o INSS dos pescadores. Contudo, os pescadores não sabem informar se estes acordos constam no contrato de trabalho dos mesmos.

Segundo a OIT,

É obrigação do empregador, suprir a embarcação de pesca com água e alimento sem custo para o pescador. Entretanto, de acordo com as leis e regulamentos nacionais, o custo pode ser recuperado como um custo operacional se o acordo coletivo que rege o sistema de participação ou o contrato de trabalho do pescador assim estipule (OIT, 2007, p.28).

Evidencia-se neste contexto a flexibilização que existe em relação aos contratos de trabalho dos pescadores, que é caracterizada pelo afrouxamento, adaptação e até a eliminação da proteção trabalhista, no seu sentido mais clássico, que tem sido desenvolvida por medidas legais ou convencionadas, que afrouxam imposições jurídicas nos contratos de trabalho, cujo resultante é a precariedade do trabalho (ALMEIDA, 2006). Para o autor, a flexibilização não afeta as normas, ou seja, a lei trabalhista vigente, ela simplesmente estabelece um acordo entre as partes, entre empregador/empregado, sem, no entanto regular, ou seja, mediar essa relação. “O que vemos é um Estado absentista, mínimo, quando se refere a garantir direitos e um Estado forte, máximo, quando se trata de retirar, flexibilizar e tornar precário estes direitos, frente aos interesses do capital” (MARCOSIN; CAETANO, 2010).

O dono do barco virou para mim e disse: vou te mandar embora, não quero você no barco mais ai vamos fazer o seguinte você me deve 800,00 de vale e eu 1.140,00 a você então eu vou descontar e te pagar apenas o aviso e morreu tudo ai. Eu disse então tudo bem, a minha mulher ficou chateada

com ele sabe, e ele disse para ela não precisa ficar chateado comigo não, o que vocês precisarem ai eu ajudo. Mas foram 12 anos nesse barco, para esse patrão, então eu deixei para trás esses 12 anos, mas pelo menos ainda conta para minha aposentadoria. Eu poderia ir atrás dos meus direitos nisso ai, mas e se depois eu precisar bater na porta dele para trabalho? vai estar fechada entendeu? Ele podendo falar bem de mim para os outros patrão é melhor né, caso contrario fecham-se as portas.

Entrevista 11 – chumbereiro 1.

De acordo com Marconsin e Caetano (2010), os pescadores costumam ter seus direitos trabalhistas desrespeitados em várias partes do mundo, “submetendo-se a flexibilização – intensificando a exploração da força de trabalho” (MARCOSIN; CAETANO, p. 40, 2010).

O neoliberalismo tem como pressuposto reduzir ou até eliminar a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividade, ou seja, o mercado se sobrepõe e institui o espaço em que o Estado deve atuar fazendo com que os direitos dos trabalhadores sejam negados como obrigações do Estado (MARCOSIN; CAETANO, 2010).

Há então uma perfeita funcionalidade do pensamento neoliberal ao novo padrão de acumulação capitalista, e por isso ela é diretriz ideológica da grande burguesia, que patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta de ‘Estado mínimo’ pode viabilizar o que foi

bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política, ao 'Estado máximo para o capital' (MARCOSIN; CAETANO, 2010, p. 31, grifo do autor)

Segundo os autores, a reestruturação produtiva marca historicamente a crise do capitalismo e o esgotamento do padrão fordista e taylorista, consolidado como padrão de *acumulação rígida*, servindo de base para o que chamamos no cenário atual de processo de *acumulação flexível*. Logo, a *flexibilização*, mecanismo central neste cenário, possibilitou diferentes formas de regimento do contrato de trabalho, flexibilizando também o salário dos trabalhadores de diversas maneiras (grifo nosso).

O salário do pescador industrial na localidade de estudo é baseado no que eles chamam de “divisão de partes” que é realizado após o término da jornada de trabalho, momento que eles definem como “Acerto de Contas” com o patrão e o armador de pesca. Este acerto de contas costuma ser algo bastante conflituoso entre as partes, pois as contas não são realizadas de forma transparente, com a participação do grupo, apresentando as notas e demonstrativos de despesas da tripulação; o acerto de contas é realizado apenas entre o mestre/proeiro e o armador de pesca.

Tem patrão de barco que é honesto, mostra para gente as notas, quanto que vendeu a sardinha, e nós tudo toma conhecimento. Mas tem proeiro que não toma conhecimento, o patrão não participa ele de nada.

Entrevista 7 – cozinheiro 2

A partir daí, cada pescador vai receber seu salário de acordo com os valores resultantes desse acerto de contas e de acordo com o número de partes correspondente a função desempenhada na produção, pois, existe diferença de remuneração. Além disso, esse valor sofre influência da variação no preço da sardinha, que é negociado pelos armadores de pesca com a indústria, o que pode comprometer ainda mais o salário do pescador.

Segundo dados da Secretaria de pesca e Aquicultura da cidade, as grandes fábricas de enlatados absorvem maior parte da produção, e realizam a distribuição para grandes e pequenas redes de mercados e varejistas e a comercialização acontece com a entrega direta realizada entre os donos da embarcação e indústria ou através dos mercados atacadistas como Ceasa e Ceagesp (PMAR, 2014). Os armadores de pesca são os responsáveis pelo transporte e entrega da mercadoria

ao seu destino, ou seja, são os atravessadores – aqueles que compram a mercadoria dos pescadores e vendem para o mercado.

Os donos do barco é que fazem a venda e a travessia do peixe, nisso ai que eles comem nosso ganho, é percentagem daqui, gasto dali, prejuízo que ele teve de 30 toneladas, de resíduo, que ele falou que jogou fora. Só isso ai já são 30 mil no bolso dele limpinho, pois 30 toneladas a 1,00 são 30 mil. Pois na verdade ele fala isso para o pescador, mas a gente sabe que é tudo malandragem. E hoje em dia você vê ai todo patrão fazer isso. Então, é um, dois dias de trabalho nosso, uma noite e um dia inteiro sem dormir para pegar essas 30 toneladas e colocar no bolso e ninguém saber de nada, essa é a realidade!

Entrevista 20 – gelador 1

Segundo Diegues (1999) a vida do pescador marítimo é marcada pela flutuação dos preços do pescado e pela extrema perecibilidade do produto que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis.

Portanto, a ausência de normas que regulem o preço mínimo para a venda e comercialização da sardinha colabora para a perpetuação da atual situação de vulnerabilidade social desses trabalhadores, visto que, estão sujeitos apenas às normas instituídas pelo patrão, ou seja, estão sujeitos á conformação do poder patronal, destas empresas. Portanto, é nítida a fragilidade dos pescadores frente às imposições que são realizadas pelas empresas de pesca da região que é agravado pela ausência de um sindicato de classe, o que confere a estes trabalhadores a perda de direitos sociais e trabalhistas.

Muito patrão enrola a gente, porque o pescador precisa do barco para trabalhar e se a gente não aceita as condições, não libera vale, é isso que eles fazem com a gente.

Entrevista 7 – cozinheiro 2

Os pescadores industriais apesar de serem inseridos no mercado formal de trabalho, e terem carteira assinada, não recebem o salário mensal estipulado na carteira de trabalho, restando a estes trabalhadores recorrer ao empréstimo realizado pelo patrão, que libera o vale, ficando este trabalhador com dívida com o empregador e geralmente não possuem meios próprios de quitação da mesma, pois além de não receberem o salário da carteira de trabalho, o pagamento por produção não oferece garantias de remuneração regular.

Pra mim carteira assinada é só fachada, mas não, eles dizem que a gente ganha por produção, que a gente ganha até mais, ganhamos mais sim, mas e quando a pesca está parada? Três quatro meses? Não tem como um chefe de família ficar quatro meses parado em casa, e você não tem como poupar nada porque na verdade a gente já não ganha muito quando a

pesca está aberta, que nem agora, por causa dessa judiaria nas contas ai que eles fazem com o pescador. Pois se você está lá com sua carteira assinada, você não tinha que receber salário na parada da pesca? Então para mim isso tudo é fachada. Uma vez fui falar isso na frente do despachante do patrão lá, fui repreendido e tudo, mas é aquilo, uma andorinha só não faz verão.

Entrevista 20 – gelador 1.

Os períodos de defeso que foram instituídos pelo IBAMA surtiram efeito significativo na atividade de pesca industrial na localidade, pois antes, a pesca era permitida o ano todo e não havia normas estipulando os períodos de proibição da pesca para reprodução das espécies.

“Na minha época pescador não ficava sem salário não porque não tinha essas paradas de pesca que tem hoje, ficava trabalhando direto, pois a pesca ficava aberta”. Entrevista 13 – motorista aposentado 1.

Não tem fiscalização do governo não, eu nunca vi isso até hoje, não sei o que é isso, alguém olhar para o nosso lado, nessa parte da carteira. Eu vejo sim é proibir isso, proibir aquilo, eu acho que o peixe tem mais valor que a gente trabalhador, nessa história toda. A IBAMA proíbe isso, a capitania proíbe aquilo, mas e em defesa dos nossos direitos? Para favorecer nós na carteira, até hoje nada. A gente, pescador é uma classe esculachada mesmo se ainda tivesse pescador unido aqui, mas nem isso tem.

Entrevista 20 – Gelador 1

A fiscalização do Ministério do Trabalho é inexistente na localidade, de acordo com o relato dos pescadores o que é eficiente em relação aos órgãos públicos é a fiscalização do IBAMA e da Capitania dos Portos.

O IBAMA complicou muito o nosso trabalho, pois aplica multa e desconta tudo no valor da pescaria, agente tem que ficar a um mil metros da costa senão corre o risco de ser multado, só que quando nos distanciamos um quilometro de uma ilha já estamos entrando no raio de outra e tem muito barco ai que não aguenta pescar lá fora, ai fica difícil, acaba com a vida do pescador.

Entrevista 8 – caiqueiro 1

Atualmente, os pescadores precisam conhecer as normas elaboradas pelo IBAMA para não serem multados, pois o armador de pesca desconta todo o prejuízo do total da produção, portanto uma multa dessas corresponde a mais um mês sem receber salário, que corresponde a mais um valor a ser atribuído a dívida que os pescadores possuem com o armador de pesca.

Quando o IBAMA para a embarcação, o pescador tem até medo porque a dívida é da tripulação em parte e em parte do pescador. Hoje tem regra para tudo, o pescador tem que conhecer para não se prejudicar, mas muitos não explicam para o pescador isso aí, tem que orientar, pois muitos têm dificuldade de leitura.

Entrevista 5 cozinheiro 1

Mesmo diante deste cenário, os pescadores são a favor dos períodos de defeso e entendem que estes foram instituídos para a reprodução das espécies e sustentabilidade dos recursos naturais. Entretanto, em alguns relatos percebemos que estes pescadores se sentiram prejudicados, porque isso refletiu na perda de direitos quando comparado a liberdade que eles tinham de pescar no passado onde a pesca não era alvo de restrições. Atualmente, o sujeito/trabalhador ou não, deve estar ciente das normas que regulam a atividade, pois caso contrário, está sujeito á ações de fiscalização e a penalidades durante o exercício da atividade de pesca no país.

Matar sardinha miudinha eu sou contra, agora esses homens, os federais, chegarem armados de fuzil na embarcação? Pra que isso, ninguém ali é bandido não, somos trabalhadores, que luta para colocar mantimento na sua casa. Há minha filha isso não podia acontecer não, pescador não faz nada de errado, ele luta pelo trabalho dele, pelo direito dele de pescar, pois pescador é chefe de família e tira o sustento daquilo ali. Estão tirando nosso direito de viver!

Entrevista 16 – contramestre, aposentado.

As mudanças ocorridas no meio ambiente nas últimas décadas deixou claro que havia a necessidade de regular e/ou normatizar a ação do homem em relação à natureza, e isso trouxe resultados positivos em termos ambientais, o que é indiscutível. A questão é que do ponto de vista do trabalho essas mudanças trouxeram consequências para o contexto de vida e trabalho de muitos pescadores.

Olha antigamente agente botava muito peixe fora, peixe pequeno, então o crescimento deles não completava entendeu? Então esse período é o período dentro de um ano em que ele vai crescer, eu acho certo, o problema só é que pescador fica cinco meses sem receber salário e nós temos família. Então nesse ponto o defeso para nós pescadores não compensou. Por quê? Porque esse período não conta como tempo de serviço, ficamos desembarcados quando a pesca esta parada.

Entrevista 12 – chumbereiro 1.

Outra questão que foi levantada pelo grupo, em relação a atuação do IBAMA, foi a maneira pela qual são conduzidas ás ações de fiscalização, ou seja, a forma como os trabalhadores são abordados no cotidiano do seu trabalho que é algo bastante questionado pelo segmento industrial, que acredita que esta ação deveria ser diferente, de forma mais amigável e acessível, visto que são pessoas de baixa

escolaridade e que estão no exercício de sua atividade laboral. Ademais, o uso da violência é algo totalmente desnecessário em qualquer ação de fiscalização e vigilância. Em relação à atuação da Capitania dos Portos a maioria dos pescadores considera algo positivo para a categoria.

A capitania é uma coisa boa, faz a pessoa embarcar com documentação certa pra que a gente possa viajar sem perigo, é bom porque o patrão é obrigado a andar certo com a tripulação, pois se a capitania pega, o patrão tem prejuízo né. Se forem 12 homens, tem que estar toda tripulação embarcada na carteira entende? E às vezes o patrão não quer embarcar o pessoal. O problema é que quando a pessoa não está embarcada e dá uma multa dessa aí, ele põe o pessoal para pagar, muito barco faz isso ai com o pescador, que nem tem culpa disso ai, ele tem que trabalhar né. Quem deveria pagar era o patrão que não acerta a documentação, não nós.

Entrevista 11 – redeiro, aposentado 1

A respeito das relações de trabalho entre os tripulantes, esta é descrita como amigável, cooperativa, entretanto em momentos de maior tensão podem ocorrer desentendimentos que são considerados inerentes ao trabalho: “A nossa relação a bordo é amigável, cada um tem a sua profissão, mas na hora de cercar o peixe eu ajudo, todos ajudam” Entrevista 5 – cozinheiro 1.

“Nós somos brincalhão no barco, todo mundo é unido, pois no barco a tripulação é igual a uma família né, ficamos mais tempo com eles do que em casa com a família. É como um irmão um com o outro” Entrevista 8 – caiqueiro 1.

Nossa relação é boa, mas já aconteceu atrito sim, mas eu creio que isso é do trabalho mesmo, da tensão que a gente fica, devido ao confinamento, ai eu não sei se você está estressado e vou brincar com você, ai você se estressa no momento ali, mas daqui a pouco você olha para pessoa e ela já está sorrindo para você entendeu. Então para mim isso é normal, é uma coisa do trabalho mesmo.

Entrevista 20- gelador 1

8.4 O PROCESSO SAÚDE-TRABALHO-DOENÇA

Segundo Canguilhem, ser sadio é ter a capacidade de normatizar e de renormatizar, caso necessário, ao longo da vida – a saúde “é a margem de segurança às infidelidades do meio” (CANGUILHEM, 2012 p.138). Para o autor, é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal, assim sendo, a saúde é fruto da tolerância às infidelidades, às infrações à norma habitual e a capacidade de instituir novas normas, dependendo da situação. O normativo se opõe ao normal, a uma norma preexistente: “é normativo tudo o que institui por si mesmo uma norma original, não identificada antecipadamente” (DELLA VALLE, 2007 apud DURRIVE,

2011, p.50). E para Schwartz, o adoecimento surge quando não se consegue superar a padronização, quando se é determinado por normas impostas externamente (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 190).

A saúde começa com a tentativa de se redesenhar parcialmente o meio em que se vive, em função de suas próprias normas, elaboradas por uma história. Nada é portanto inteiramente previsível na confrontação, aqui e agora, entre as normas antecedentes, suas lacunas e as normas de saúde próprias à pessoa, convocadas para gerir aquilo que não foi previsto nem ainda vivido por ninguém (SCHWARTZ, 2011, p.139).

Uma norma é conseqüentemente a expressão daquilo que uma instância avalia como devendo ser e essa instância pode ser exterior ao indivíduo ou pode ser também o próprio indivíduo, porque cada um tende a definir suas próprias normas de vida (DURRIVE, 2011). Segundo o autor, cada vez que o indivíduo é convocado a agir é confrontado com o que exigem dele e com o que ele exige de si mesmo, pois o homem está sempre em uma relação polêmica com o mundo das normas, o que não quer dizer que ele está sempre em oposição ao meio, pois saúde significa vida em flexão, vida com capacidade própria de ajustamento. “É em nome da saúde precisamente que o indivíduo não renuncia a viver sendo ele próprio o centro de referência” (DURRIVE, 2011, p. 49).

O homem está em diálogo permanente com seu meio, isto o provoca, o incita a tomar posição, a organizar o meio em função de si, a escapar da neutralidade e da indiferença a fim de viver com saúde (DURRIVE, 2011, p.51).

Então, para viver com saúde, o pescador necessita ter a capacidade de se ajustar o meio em que vive, ou seja, precisa saber agir diante das “infidelidades” do meio, infidelidades estas tão presentes nas histórias dos pescadores. Diante disso, ter um mestre/proeiro experiente no comando da embarcação com capacidade para gerir as dificuldades é fundamental. Percebemos durante a observação de campo que a função de proeiro geralmente é desempenhada por pescadores mais velhos e experientes (dentre os entrevistados apenas um mestre/proeiro tinha idade menor que 40 anos). Entretanto todos tinham mais de 20 anos de carreira, o que confere a estes trabalhadores maior patrimônio e uma maior capacidade de lidar com as infidelidades do meio.

Segundo Schwartz e Durrive (2010) pode-se dizer que há infidelidades crônicas do meio, devido a impossível padronização absoluta da atividade ou pode-se partir do fato de que o meio, qualquer que seja, não pode predeterminar inteiramente a atividade viva. Partindo deste pressuposto e considerando que a pesca se baseia na captura de recursos não totalmente controlados e sob forte influência da dinâmica da natureza, poderíamos dizer que existem infidelidades crônicas no meio de trabalho destes sujeitos? Ora, existe a frequência de relatos onde situações extremamente adversas, desencadeadas pela força da natureza, atravessaram a atividade de trabalho dos pescadores de tal forma que os objetivos do trabalho não tinham mais nenhum significado. “O problema mesmo é mar bravo né, o mar bate na proa e leva tudo, é forte, muitos caem se não se segura, o mar é muito perigoso” Entrevista 15 – motorista aposentado 2.

Isso nos leva a crer que existem infidelidades crônicas no meio que não tem como serem evitadas, pois não há como antecipar tudo o que irá acontecer quando o pescador sai para o mar. De certa forma a atividade pesqueira é algo imprevisível. Schwartz e Durrive (2010) afirmam que “trabalhar é arriscar”, é de certa forma colocar á prova seus próprios limites, suas capacidades. Diante disso, a atividade de trabalho do pescador está sujeita a diferentes ‘dramáticas’, ou seja, é uma atividade que apela para os usos de si, que não é apenas mera execução, mas uso, que convoca um enigmático corpo-si para entrar em cena, visando preencher o vazio de normas que existe entre o trabalho prescrito e o real.

Diante disso, a atividade de pesca necessita de “homens normativos”, ou seja, capazes de renormatizar o meio em que vivem, em função de si, daquilo que acreditam como devendo ser, e em função dos outros, o que está relacionado também com a história coletiva desses indivíduos, visto que fazem parte de uma comunidade pesqueira comum.

Observamos na atividade de trabalho dos pescadores, que a capacidade de renormatização se faz presente, pois apesar de estarem inseridos em um meio de trabalho em que as normas mercantis se sobrepõe às normas individuais e coletivas do bem comum, os pescadores, representados especialmente pelos mestres/proeiros (porque fazem a gestão do coletivo de trabalho) estão todo o tempo renormatizando este meio, mesmo que minimamente, em função de critérios de valores, de solidariedade, de humanização, de vínculos familiares, dentre outros. Dessa maneira, o sujeito faz a transgressão da norma (vinculada a valores

mercantis), visando torná-las mais próxima àquilo em que ele acredita , escapando da neutralidade e da indiferença, pois percebemos que a atividade de trabalho dos pescadores é unida a uma vida em aderência e uma vida em comunidade.

Percebe-se que os pescadores industriais fazem um grande esforço para continuar a viver em um 'meio' que preserve ainda a solidariedade, os valores do bem comum, do viver juntos em comunidade e que remete a um patrimônio histórico e cultural intimamente ligado aos pescadores que cresceram em comunidades pesqueiras tradicionais, cujo meio de vida e trabalho não era conduzido por valores mercantis como nos dias atuais, devido o processo de globalização e de industrialização vivenciado no contexto atual. Diante disso, os valores, muitas vezes contraditórios estão em jogo e os pescadores vivenciam esta dialética do homem local e global no mais micro da atividade, e existe a necessidade de se reposicionar e/ou (re)centrar nesse “novo meio” , a partir dos seus valores individuais e coletivos, para viver com saúde.

Isso porque há sempre uma tentativa de fazer valer no meio de trabalho as normas de vida oriundas da história daqueles que trabalham, do que para eles é viver com saúde (BRITO, 2004, p. 104).

Sendo assim, o pescador para viver com saúde precisa antecipar soluções possíveis diante das diversas infidelidades do meio. No entanto, sabemos que efetivamente existe o risco de “falhar” ou “fracassar”, como eles mesmos dizem. Para os pescadores o ato de “falhar” significa voltar para casa sem pescaria; é navegar, navegar e não encontrar nada, voltar para casa sem nada, o que significa ficar sem pagamento algum, que é uma das principais preocupações do pescador. “Na pesca ninguém pode fracassar porque são 12 homens a bordo, tudo chefe de família” – Entrevista 12 – chumbereiro 1.

Quando ocorre da pesca “fracassar”, os pescadores costumam recorrer ao patrão do barco - o proeiro - para interceder junto ao armador de pesca por um adiantamento. Caso isso não seja possível, o pescador se vê novamente diante do vazio de normas, seja ele jurídico ou regulamentar, pois não possuem garantias contratuais, nem de proteção social regulamentada pelo governo no caso da pesca “falhar”, visto que ganham por produtividade. Então, como esses pescadores sustentam suas famílias diante de um conjunto de normas impostas pelo patrão-armador de pesca e de outras impostas pelo IBAMA e/ou pelo Poder Público? que estratégias utilizam para garantir o sustento de suas famílias? Daí a necessidade de permanente renormatização e de busca de alternativas de sobrevivência.

Para Schwartz e Durrive (2010),

Entendemos a saúde como um equilíbrio mais ou menos aceitável entre as suas próprias normas, proveniente da sua própria história, a do coletivo relativamente pertinente, a do coletivo social, que é mais amplo, ou da vida da nação ou do universo social, econômico, humano (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p.198).

Segundo o autor, a doença ou patologia, é também o risco permanente de não manter este equilíbrio, pois existe o risco de que esse debate de normas se desenvolva em desvantagem permanente, o que pode fazer com que essa dramática se torne trágica, levando o indivíduo a um grande sofrimento. Esse debate de normas, entre as normas de vida de cada sujeito, as normas de uma organização - empresas de pesca - e as normas provenientes do coletivo social é no mínimo uma situação tensa para o pescador. Tais normas, na verdade estão tomando um sentido bastante desfavorável para estes sujeitos, o que precisa ser melhor discutido pois o bem estar de todos inclui também este coletivo de trabalhadores, cuja ocupação vem sendo prejudicada mesmo se tratando de um trabalho regulamentado- mercantil -que deveria pelo menos satisfazer as necessidades básicas de trabalhador assalariado.

Diante deste contexto, o trabalho perde então, o seu significado para o homem, no sentido de poder agir sobre a natureza para transformá-la, produzindo sua própria existência e se tornando inclusive fonte de satisfação pessoal. Para os pescadores, sair para trabalhar, ou seja, buscar o produto/peixe, e não ter na mesma proporção, o resultado desse trabalho é no mínimo algo frustrante.

Eu tenho um desejo de melhorar o preço da pescaria e não o patrão chegar pra nós e dá o preço da pescaria, exemplo, 0,60 centavos, porque eu tenho que engolir aquilo ali e pronto e acabou. Então você não se sente satisfeito em ter ido trabalhar, não tem aquele prazer em trabalhar, entende? Não é justo, nós é sofremos para ir buscar lá fora o produto, e pra que? Para o patrão ficar com o dinheiro? Então não compensa ter ido trabalhar, o que você recebe mal dá para suas despesas e para manter a sua família, muito mal.

Entrevista 11 – redeiro, aposentado 1.

Existe ai um debate de normas que avalia e de certo modo julga os *usos de si*, ou seja, que coloca na balança todo o esforço que foi investido pelo sujeito naquela atividade, para “ir buscar o produto”, enfrentando as *infidelidades do meio*, renormatizando os protocolos, enfim, este trabalhador de certa forma se questiona -

qual o sentido disso? E para quê? Para o patrão ficar com o dinheiro? - Então, na medida em que essa *dramática do uso de si* se repete, o trabalhador se vê cada dia mais desmotivado em ter ido trabalhar, pois, o trabalho para ele está sendo capaz apenas de produzir minimamente o sustento de sua família e de certa forma esse trabalho não está sendo bem-sucedido, não está sendo fonte de satisfação.

E viver em saúde nunca pode ser isto: aceitar sem ao mesmo tempo julgar este uso, deixando-se tornar puro instrumento de injunções, de trajetórias de agir previamente pensadas pelo meio, previamente pensadas e elaboradas pelos outros. Eu jamais posso fazer uso de mim mesmo sem, o mesmo tempo, avaliar esse uso que eu faço e/ou que fazem de mim mesmo (SCHWARTZ, 2011, p. 138).

Deste modo, para Schwartz (2011) a imposição de normas exteriores por um determinado meio de trabalho acaba por favorecer o adoecimento ou suscitar a revolta do trabalhador, o que afetará sua motivação e, conseqüentemente, gerar um desequilíbrio que poderá repercutir na sua saúde.

(..) A tentativa muito difícil e frágil de encontrar equilíbrio entre as minhas normas e as do meu vizinho, minhas normas e as do coletivo e de uma organização, minhas normas e do universo político em que eu estou, mexe com o que tem valor para o sujeito, com o que não é a princípio sua fraqueza ou sua doença, mas com o que é em princípio uma tensão em direção à saúde. É a partir daí que se pode achar a alavanca para transformar a situação (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p.198).

Os autores afirmam ainda que existe aí uma tensão psíquica permanente, pois o trabalho é um objeto extremamente enigmático, responsável pelos investimentos inconscientes da pessoa. Não se pode apenas dizer às pessoas “façam seja qual for o trabalho que garanta a alimentação, já que vocês têm que comer” porque isso é uma agressão para o homem. “O homem não vive só de pão, ele vive de sentido” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 242).

Como vimos ao longo deste estudo, a “saúde” para os trabalhadores da pesca não aparece como um problema, ou seja, como uma *dramática*. Problema para eles no trabalho é o mau tempo, o vento, a chuva, o não pagamento dos salários, o baixo preço da pescaria. Enfim, as “cargas de trabalho” previamente mencionadas neste estudo existem, mas, o desgaste gerado não foi mencionado de forma significativa pelo grupo, que acredita que o desgaste é inerente à profissão.

Como dito anteriormente, o que torna a atividade de trabalho dos pescadores mais danosa à saúde segundo os pescadores, são as “variabilidades”, as forças da natureza, as intempéries que podem levar a tripulação a riscos imprevisíveis e ao risco de morte e naufrágio, o que foi descrito como um grande

temor pela maioria dos pescadores entrevistados neste estudo. Recentemente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), revelou que com o esgotamento e diminuição de alguns estoques pesqueiros, muitos pescadores tentam compensar a situação indo cada vez mais longe, permanecendo mais tempo nos locais de pesca e menosprezando as condições adversas do meio (GARRONE, NETO, et al, 2005).

As condições adversas do meio aumentam o risco de acidentes de trabalho no mar, pelo menos é o que revela pesquisa realizada no estado do Tocantins, com pescadores artesanais, que revelou o índice de acidente em torno de 85% ao ano, considerado um valor altíssimo quando comparado a trabalhadores urbanos que é em torno de 5,0% ao ano, valores já corrigidos em relação à subnotificação da CAT e incorporando o mercado informal da economia (GARRONE, NETO, et al, 2005).

Ao longo do estudo observamos nos discursos dos pescadores, o relato de pelo menos um acidente de trabalho por pescador entrevistado, ou seja, cada pescador do grupo já sofreu pelo menos um acidente de trabalho no mar durante a sua trajetória de vida e trabalho na pesca. No entanto, percebe-se que muitos não têm a consciência de que se trata de um acidente de trabalho, consideram os fatos ocorridos como inerentes ao trabalho em alto mar. Acidentes de trabalho para eles são aquelas ocorrências de maior gravidade, talvez pelo fato de que as pequenas ocorrências do dia a dia não sejam valorizadas no meio, sejam encaradas de forma naturalizada.

O que vale para o patrão na pesca é um moitão desse ai cair na sua cabeça e você ficar entre a vida e a morte, ou se você se machucar no barco, todo o sacrifício que a gente passa no mar, o stress mental, o nervoso de você ficar confinado dias, semanas, sem poder vir embora, sem saber se vai encontrar pescaria e trazer o sustento para sua família, isso cai tudo em cima do cara, pra mim essa é a prejudicação maior à saúde que tem na pesca.

Entrevista 20 – gelador 1.

O relato deste pescador vai ao encontro dos resultados da pesquisa realizada na região do Belém que revelou que deixar a terra firme sem a certeza de que vai encontrar pescaria passou a ser uma das principais preocupações para a maioria dos pescadores, inclusive apontando prejuízos para a saúde desses trabalhadores, que apresentaram maior índice de problemas psiquiátricos e de consumo de álcool e tabaco em relação aos demais moradores da região de estudo. Afirmaram ainda que a dura jornada de trabalho torna a aguardente, denominada de “cachaça” pelos pescadores, um equipamento quase que obrigatório nas pescarias,

pois além de “esquentar” e “espantar os mosquitos”, é muito utilizada para a limpeza de ferimentos sofridos durante o exercício da atividade pesqueira (GARRONE, NETO, 2005).

O consumo de álcool e outras drogas foi também um aspecto observado durante o trabalho de campo, tanto durante as nossas caminhadas pela comunidade de estudo, quanto na observação da dinâmica de trabalho da equipe de saúde no local, que ao longo de nossa estadia na comunidade. Inclusive, nesse período presenciamos um atendimento de urgência/emergência relacionado ao uso abusivo de álcool e drogas na localidade. Contudo, a unidade de saúde não possui um registro oficial do número de casos atendidos relacionados ao uso abusivo de álcool e outras drogas, pois muitos pacientes ao serem atendidos negam o uso de tais substâncias devido à repercussão que pode ocorrer na comunidade, visto que é composta em sua maioria por evangélicos e, além disso, a equipe de saúde relata que a presença de familiares durante o atendimento prejudica a coleta de tais informações.

Além disso, foi observado que a extensa jornada de trabalho dos pescadores, aliado ao curto período em que permanecem no continente, diminui a disponibilidade desses trabalhadores para a marcação de consultas e exames pelo SUS, inclusive no que se refere à assistência odontológica que geralmente é realizada de forma padronizada com dias e horários fixos, não levando em consideração o calendário e a dinâmica da pesca na organização da assistência local prestada a este grupo de trabalhadores.

A concepção sobre a relação saúde/trabalho tem implicações mais abrangentes, entendendo que o trabalho é central no estabelecimento do quadro de saúde dos diferentes grupos humanos, pois define os meios que os indivíduos terão disponíveis para lutar contra os agravos e sofrimentos e mesmo a possibilidade de “ficar doente e recuperar-se” (BRITO, 2004, p.53).

Partindo do pressuposto de que a relação saúde e trabalho é central no quadro de saúde de diferentes grupos humanos, cada indivíduo tentará organizar o meio de vida em torno de si, fazendo escolhas, antecipando soluções para lidar com a pressão do meio e as variabilidades que surgem. No caso dos pescadores observamos que esse meio de vida e trabalho possui normas bastante enrijecidas, na medida em que elas são estabelecidas a partir de relações de poder que visam enquadrar a atividade nos moldes capitalistas, modelo caracterizado na localidade

pela exploração da força de trabalho e concentração do lucro nas mãos dos grandes proprietários/empresários de pesca.

Por outro lado, existe ainda o afrouxamento das normas de contrato de trabalho destes profissionais, que torna o trabalho deles ainda mais precarizado. A relação de subordinação entre empregado/empregador pode se tornar um ciclo de vida extremamente patológico, na medida em que estes trabalhadores por motivo de dívida tem pouca mobilidade para modificar o meio em que vivem, se mantendo em um meio que se torna cada dia mais “invivível”, como diria Schwartz. Diante disso, para transformar a realidade de trabalho destes pescadores no sentido de promover a saúde, seria indispensável à intervenção do Estado, primeiramente para regular a relação entre empregador/empregado, estabelecendo normas mais justas para a contratação e para remuneração destes trabalhadores, que diante do cenário atual de degradação ambiental, não podem permanecer submetidos à lógica de produtividade.

Paralelamente, os pescadores precisam, por meio da consciência de classe, estabelecer formas de organização social para lutar pelos seus direitos, entendendo que sem eles o patrão/empregador não tem como obter êxito no seu negócio, pois os empregadores não possuem o saber-fazer da profissão, ou seja, não dominam o processo de trabalho deste ramo produtivo. Seria importante a organização dos pescadores enquanto classe e a instituição de um sindicato de pescadores na localidade, que seja atuante e representativo, com um corpo jurídico que acompanhe as contratações, rescisões de contrato, o direito à férias, décimo terceiro salário, dentre outros direitos trabalhistas que não são respeitados pelos empregadores na região.

Contudo acreditamos que a transformação dessa realidade não está limitada apenas na atuação de um sindicato. Acreditamos ser fundamental o diálogo entre as diferentes disciplinas, entre os protagonistas – pescadores - e os diferentes atores presentes neste universo de vida e trabalho, o que não é nada simples. Conhecer a experiência do trabalho destes pescadores é fundamental para buscar o equilíbrio da relação homem-natureza. Desse modo, baseado na concepção ergológica que adotamos ao longo deste estudo, para conhecer e transformar o meio de vida e trabalho dos pescadores industriais em direção à produção de saúde, o dispositivo dinâmico de três polos seria extremamente válido, pois os pescadores também necessitam dos conhecimentos produzidos pelas diversas disciplinas, tais como, a

biologia marinha, a educação ambiental, a saúde do trabalhador, a vigilância em saúde e a partir deste diálogo ajudar a instituir novas normas de vida para transformar a situação de trabalho dos pescadores industriais.

8.4.1 A potência da atividade como afirmação da vida

Percebemos ao longo deste estudo que a atividade de pesca industrial na comunidade de Provetá se consolidou como a principal atividade econômica dos moradores, sendo a atividade historicamente valorizada no meio social como uma boa oportunidade de emprego. Sendo assim, o saber-fazer do ofício de pescador era transmitido de geração em geração, onde os mais velhos passavam toda a sua experiência e seus valores aos mais jovens em um processo de transmissão de saberes fortemente ligado a cultura local que impulsionava os jovens a trabalhar no ofício e que era comum a todos os moradores da localidade. Entretanto, observamos que nem todos os pescadores pensam mais desta forma; muitos estão insatisfeitos com a atividade de pesca e saíram da pesca para trabalhar em outras profissões como na Marinha Mercante -em rebocadores- e além disso, muitos não desejam mais que seus filhos ingressem na atividade, o que era comum na localidade.

Eu gosto muito da pesca, pra mim foi muito boa, pois agente ganha bem, tenho pouco estudo sabe e tudo que eu consegui na vida foi através da pesca, aprendi muito na pesca, fui valorizado, teve patrão de barco que vinha bater na minha porta para eu trabalhar com ele. Graças a Deus nunca me faltou nada, moramos em uma vila de pescadores, meu tio que me criou era pescador, nas horas mais difíceis a gente sempre tinha o peixe garantido.

Entrevista 10 – mestre 4

Percebemos que, os profissionais que exercem a função de mestre/proeiro se sentem mais satisfeitos e mais incluídos no meio social local. Entretanto o pescador que está inserido nas funções menos remuneradas, relatam passar mais dificuldades, principalmente nos períodos de parada da pesca o que gera um sentimento de insatisfação e frustração em relação a pesca.

Uma das principais preocupações do grupo é o *sustento de suas famílias*; o fato de não encontrar a pescaria é algo extremamente sofrido para eles, pois precisam intensificar a jornada de trabalho, ou seja, continuar navegando até encontrar, pois existe uma preocupação muito grande em garantir o sustento de

suas famílias. “Todo pescador que mata o peixe e durante 15 dias já produziu o suficiente para o sustento de todas as famílias, então ele fica feliz e sorridente” Entrevista 3 - Mestre/proeiro 1.

Portanto, é um motivo de satisfação para eles, sentimento de dever cumprido quando eles retornam para casa com o sustento garantido. Sair para o mar sem garantia de salário no fim do mês é algo preocupante para qualquer trabalhador. “A pesca é boa, o que não é bom é o que o patrão faz com a gente, a indiferença. Mas você acha maneiro pegar um peixe, é maneiro, o ruim é o sofrimento que eles fazem a gente passar para ganhar muito pouco”. Entrevista 20 – gelador 1.

Em relação a todos esses problemas relatados pelos pescadores, percebe-se que a religião exerce um papel fundamental neste contexto, pois é o momento em que o pescador revigora suas potencialidades em relação à vida difícil que eles levam e frente às dificuldades que enfrentam para sustentar suas famílias, que é uma das principais preocupações do grupo.

Eu creio muito em Deus, se não é Ele na minha vida eu já tinha desanimado, criei meus filhos lutando, lutando, trabalhando em um barco, trabalhando em outro, mas consegui criar meus filhos Graças a Deus. Entrevista 12 – chumbereiro 1

O pescador ele passa 80% da sua vida sujo, se sente diminuído, mas na igreja não, lá ele é valorizado, pois coloca seu terno e se sente alguém, se sente incluído, pois ai fora, ninguém vê nós como cidadão.

Entrevista 7 – cozinheiro 2.

8.5 O CONTROLE SOCIAL

A Ergologia propõe conhecer o trabalho para intervir e transformá-lo (Schwartz, 2010). Neste sentido, diante do cenário apresentado e dos resultados de pesquisa, como poderíamos refletir a respeito do trabalho dos pescadores industriais e quais seriam os possíveis caminhos para transformar essa situação de trabalho?

Como vimos, a área de Saúde do Trabalhador considera que o trabalhador é o ator principal para desenvolver ações cuja finalidade seja a mudança no processo de trabalho e das condições de trabalho como um todo. Desse modo, isso não seria possível sem a atuação dos próprios trabalhadores como sujeitos ativos da mudança, o que, em todos os aspectos, engloba a atuação de um sindicato de classe que possa fazer vir à tona as vozes desse movimento buscando transformar a realidade vida e de trabalho destes pescadores.

Muito embora na cidade de estudo não exista até hoje um sindicato de classe que lute pelos direitos dos pescadores industriais, como diz Schwartz (2010) “a história esta sendo feita agora”, logo, ainda há tempo de reescrever esta história. Além disso, percebemos nos discursos dos sujeitos que é da vontade de todos a formação de um sindicato, porém ainda não conseguiram se organizar neste sentido.

Angra dos Reis não tem sindicato de pescadores não. Os patrões de pesca não permitiram que isso fosse adiante aqui, aí nós tivemos que desistir. Onde tem sindicato forte que briga pelos pescadores é em Itajaí em Santa Catarina. Lá eles recebem o salário certinho, aqui não, agente é obrigado a assinar o contra cheque todo mês e não recebe salário nenhum.

Entrevista 10 – mestre/proeiro 4

A maior parte dos pescadores considera que a pesca industrial na cidade não é organizada principalmente porque não tem um sindicato de classe, o que acaba intensificando os problemas relacionados ao trabalho desta categoria profissional, dentre eles: 1) o não pagamento do salário estipulado na carteira de trabalho na parada da pesca, 2) não existe uma normatização que estipule o preço mínimo da sardinha, 3) os armadores de pesca não depositam o INSS dos pescadores de forma regular, 4) Não fornecem EPI de forma gratuita, 5) Não respeitam o horário de descanso do pescador, férias não são concedidas 6) Não mostram as notas com as despesas da embarcação para a equipe, 7) Não fornecem a cópia do contrato de trabalho para os pescadores, nem dos acordos que são realizados no ato da rescisão de contrato, dentre outros.

Diante disso, os pescadores industriais se remetem a pesca industrial do Sul – da cidade de Santa Catarina como exemplo de pesca organizada, de sindicato de classe presente, que luta pelos interesses dos pescadores, regulando a relação empregador/empregado e minimizando todos estes problemas e conflitos. Em quase todas as entrevistas, a pesca industrial de Itajaí era mencionada como “a pesca verdadeira” como um horizonte a ser conquistado.

Não temos um sindicato forte como em Itajaí, para brigar pelos direitos dos pescadores. Ai fica a critério de cada um, de cada patrão de pesca. Aqui em Angra dos Reis tem uma força maior de patrão de barco que impede isso ai de ir pra frente. Onde tem uma pesca verdadeira é em Itajaí, lá todo pescador com carteira assinada, recebe seu salário.

Entrevista 1 – mestre/proeiro 3

A sindicalização, direito político consagrado, reconhecido como a forma mais adequada de que dispõe o trabalhador para encaminhar suas reivindicações, é de certa maneira inibida na região. Segundo a Constituição Federal (1988)– art. 8: “É

livre a associação profissional ou sindical”, ou seja, ninguém pode ser impedido ou coagido por participar de uma associação de classe e/ou sindicato, pois é um direito garantido pela Constituição Federal Brasileira.

Ainda segundo a Constituição (1988), no art. 8º(.) III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas (...). De acordo com as leis trabalhistas nacionais - CLT - art. 513: são prerrogativas dos sindicatos:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissional liberal ou interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;

b) celebrar convenções coletivas de trabalho;

c) eleger ou designar os representantes da coletiva da respectiva categoria ou profissão liberal;

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categorias ou profissão liberal;

e) impor contribuição a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

No que se refere à atividade de pesca, na cidade de Angra dos Reis existe uma Cooperativa de Produtores de Pesca, responsável pelas contratações de pescadores para uma frota significativa de embarcações de Angra dos Reis, uma Secretaria de Pesca e Aquicultura que é administrada por um armador de pesca, um Conselho Municipal para assuntos de Pesca, que é formado pelas seguintes instituições representativas: INEA, IBAMA, FIPERJ, PROPESCAR, Associação de Maricultores, Associação de Pescadores, Sindicato dos Produtores de Pesca da Baía da Ilha Grande - Sinppebig, Colônia de Pescadores, Câmara Municipal e PMAR (Prefeitura Municipal de Angra dos Reis). Os instrumentos de controle social nesta composição são: a Associação de Pescadores, mas não fica claro se esta é destinada ao ramo artesanal ou industrial e a Colônia de Pescadores que muito embora seja uma entidade de representação dos trabalhadores, esta não representa o segmento industrial.

“As Colônias de Pescadores são criadas em assembleias convocadas para esse fim pelos trabalhadores do setor pesqueiro artesanal da sua base territorial” (BRASIL, 2008). Além disso, não me parece paritária a organização deste conselho, pois o número de entidades que representam os trabalhadores certamente está em desvantagem. Diante disso, observa-se que os interesses dos pescadores industriais não são discutidos nos diferentes espaços sociais, pois não possuem representatividade local. Existe por parte dos pescadores o conhecimento apenas de um sindicato de pescadores no Estado do Rio de Janeiro, localizado no município de Niterói, entretanto os pescadores desconhecem a participação destes no seu território.

Nos aqui, temos possibilidade de ter um sindicato, tem que ter, temos pescadores aqui, muitos, Proveta, praia da longa, bananal, Angra dos Reis, Paraty, se ajuntar todos, tirar uma taxa ai de 20,00 agente teria como pagar

um advogado, um sindicato. Esta faltando é coragem, homens levantando com coragem! Aqui teve um homem que morreu falando isso ai, e não viu acontecer. Eu posso estar errado, eu posso ate não te ver mais, mas se um dia eu te vê e você falar e ai e a pesca como está? Eu vou te dizer: Nada mudou...

Entrevista 11- redeiro, aposentado 1.

Devido a resistência que existe por parte dos empregadores, as diversas tentativas de composição do sindicato foram frustradas na localidade e esta questão ficou bastante desacreditada no meio social local o que impede que o movimento siga em frente, restando apenas um sentimento de conformismo diante da situação em que se encontram estes trabalhadores. Percebe-se que o fato da participação no movimento de classe ser reprovado pelos empregadores, desencoraja os trabalhadores, visto que temem ficar desempregado o que é evidenciado na fala deste pescador: “Esta faltando é coragem, homens levantando com coragem!”. Diante disso, “Em nome de combater o desemprego, os trabalhadores brasileiros foram colocados na posição de optar entre perder direitos ou perder o emprego” (MARCONSIN; CAETANO, 2010, p. 37).

Ninguém se importa com agente, como é lá no Sul não, que pescador tem valor, lá a pesca é organizada, lá o setor da pesca tem seus representantes. Em Itajaí tem sindicato, que briga pelos trabalhadores, então lá patrão tem que pagar o salário para os treze homens, mesmo no período de defeso. Aqui não eles desembarcam todo mundo no período do defeso e paga o seguro desemprego, porém isso prejudica a aposentadoria deles mais tarde, mas o pescador aceita né, pois é o único meio dele sobreviver nestes quatro meses de parada da pesca, que é o seguro desemprego.

Entrevista 18 – Mestre/Proeiro 5-

Percebemos que a forma com que a atividade de trabalho do pescador industrial vem sendo desenvolvida precisa ser reavaliada pelos órgãos competentes, pois o trabalhador não pode permanecer nesse *vaivém*, onde todo ano na parada da pesca ele é demitido para receber o seguro desemprego e posteriormente a este período volta a ser admitido na mesma empresa e na mesma função. Em diversas falas os pescadores referem que a pesca verdadeira é em Itajaí, porque o sindicato de classe é atuante e não permite abusos por parte dos empregadores.

O CEREST da região seria um bom parceiro neste momento, estreitando os laços com as comunidades pesqueiras da região, incluindo tanto os pescadores industriais quanto os artesanais, identificando possíveis parcerias e lideranças, criando espaços de discussão sobre a temática saúde, trabalho e ambiente, com o intuito de mobilizar estes trabalhadores, para que assim eles possam identificar as suas principais semelhanças e não suas diferenças no sentido de unir forças para juntos encontrar alternativas de superação dos problemas. Sabe-se que existe hoje uma baixa representatividade dos sindicatos de classe nos fóruns de discussão sobre saúde e trabalho no SUS. Os CERESTs teriam uma atuação fundamental neste sentido, em sensibilizar e mobilizar esses atores do seu papel, para a adoção de uma postura ativa e reativa diante das atuais condições de trabalho em que estão submetidos os trabalhadores da pesca na cidade de Angra dos Reis e em defesa de sua saúde, o que implica em melhores condições de vida e trabalho.

A partir daí, do movimento de resgate dessa consciência de classe e da organização dos trabalhadores, no âmbito das políticas públicas, deveriam ser programadas ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador com a parceria do sindicato e demais parceiros como o Ministério do Trabalho e o Ministério da Pesca, fornecendo suporte técnico e político para que estes trabalhadores possam de fato transformar sua realidade de vida e trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos ao longo deste estudo que o modelo econômico dominante trouxe consequências significativas para comunidades que como a de Provetá, praticavam a pesca artesanal e onde gradativamente tal prática foi sendo substituída pela pesca nos moldes industriais, se consolidando como a principal atividade econômica da região. Os pescadores que estão inseridos na pesca industrial estão submetidos a um processo de trabalho bastante diferenciado quando comparado à pesca artesanal. Percebe-se que o fato destes trabalhadores estarem inseridos no mercado formal de trabalho acaba mascarando o contexto de vulnerabilidade social em que a maioria se encontra. Dessa forma, os problemas relacionados ao trabalho não tomam forma aparente, permanecem ofuscados pela aparência de um trabalho formal e regulamentado. Entretanto, ao se ver de perto o que se passa na vida e no trabalho destes pescadores nos confrontamos com um trabalho precarizado – relativo às condições de emprego – que se desenvolve em um cenário de redução da produtividade, tendo em vista o aumento do controle ambiental ao qual a pesca vem sendo submetida. Além disso, a implementação dos períodos de defeso aumentou ainda mais os problemas sociais destes trabalhadores, porque muitos estão sujeitos a contratos de trabalho cuja forma de pagamento se dá pela lógica da produtividade. Existe aí uma grande controvérsia, pois se a pesca industrial tem sido controlada em termos de *uso* desse *meio* ambiente, como estes trabalhadores podem continuar recebendo de acordo com a lógica da produtividade? Ora, esse sistema de pagamento só beneficia as empresas de pesca da região, que diante da baixa produtividade, justificam o não pagamento dos salários dos trabalhadores, o que é agravado pela inexistência de um sindicato de classe e que até a presente data não foi organizado pela restrição exercida por parte dos empregadores. Desse modo, os donos do meio de produção mantêm os trabalhadores em uma situação de sujeição ao poder patronal de suas empresas. Diante deste cenário, os filhos dos pescadores não desejam mais trabalhar na pesca industrial, hoje os jovens da comunidade vislumbram a possibilidade de serem inseridos em outros ramos produtivos da região, que ofereçam mais direitos ao trabalhador, como na empresa Petrobrás, Brasfels e Eletrobrás. Logo, os pescadores industriais precisam parar de ser vistos como “os que praticam a pesca predatória”, pois, ao invés de remeter a

estes trabalhadores a culpabilização pelo cenário atual de degradação ambiental, a sociedade, assim como os governantes precisam conhecer melhor o processo e as condições de trabalho destes sujeitos e a história dessas comunidades pesqueiras, no sentido de garantir-lhes alguma proteção. Muitos desses trabalhadores trabalham sob condições análogas a de escravo caracterizada pela relação de endividamento com o empregador/empresário da pesca, logo, percebemos que o Poder Público não tem exercido seu papel fiscalizador, na figura do Ministério Público e do Trabalho, controlando a emissão das carteiras de trabalho, os contratos de trabalho e o número de concessão de seguro desemprego pela Previdência Social. Ao contrário, o cidadão e seus direitos são praticamente desconsiderados neste processo, pois o que vemos é um setor privado forte na região, que se comporta impunemente e de forma abusiva, fazendo valer as suas próprias normas de trabalho. Como resposta a esses direitos perdidos ou que jamais foram respeitados, a saúde do trabalhador local precisa atuar de forma mais incisiva em relação a este grupo de trabalhadores e os pescadores precisam se engajar em um movimento em prol da melhoria das condições de trabalho, para que assim como eles, seus filhos possam também contemplar um futuro melhor para a pesca, em harmonia com a natureza e dessa forma preservando também a cultura da pesca na região da Baía da Ilha Grande.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Sustentabilidade, Território e Justiça Ambiental no Brasil. In: *Território, ambiente e saúde*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FIOCRUZ, 2008.
- ALVAREZ, D. ; TELLES, A. L.. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: *Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*, pp. 63-90. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- ANTUNES, R. L.C. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2009.
- ATHAYDE, M. *et al.* A Perspectiva da Ergologia e o Campo da Saúde Mental e Trabalho. In: *Saúde Mental no Trabalho da Teoria à Prática*. São Paulo: Roca, p. 229-245, 2010 a.
- ATHAYDE, M. Saúde Mental e Trabalho: questões para discussão no campo de Saúde do Trabalhador. Texto original. p.1-21, 2010 b.
- BARBOSA, A. S. et al. Resolução nº 196/96 e o Sistema Brasileiro de Revisão ética de pesquisa envolvendo seres humanos. *Revista Bioética*. v. 19, n. 2, p. 223-42, 2011.
- BARCELLOS, C. et al. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.
- BEGOSSI, A.; LOPES, P. F.; OLIVEIRA, L. E. C. *Ecologia de pescadores artesanais da Baía da Ilha Grande. Diagnóstico socioambiental*. . [s.l.]: FIFO - Associação para a pesca, diversidade e segurança alimentar, 2009.
- BENDASSOLLI, P. F; SOBOLL, L. A. Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. 1ª ed. São Paulo, Atlas, 2011.
- BERLINGUER, G. Globalização e Saúde Global. v. 13, n. 35, p. 21-37, 1999.
- BIRMAN, P. O Espírito Santo a mídia e o território dos crentes. *Revista Ciências Sociais e Religião*. 8, n. n 8, p. 41-62, outubro de 2006.
- BRASIL. Ministério da saúde. Cadernos de Atenção Básica. Programa de Saúde da Família; vol.5. . [S.l.]: Ministério da Saúde. , Brasília 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Brasília. Portaria nº 2728 de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral a Saúde do Trabalhador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.brasilsus.com.br>>, acesso em: 27 de Maio de 2013.
- BRASIL. LEI nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, e dá outras

providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/817808/codigo-de-pesca-lei-11959-09>> Acesso em: 05 de Dez.2012, 20:39: 12.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Pesca Artesanal. 2010. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>>. Acesso em: 29 de out. 2012, 13: 55:50.

BRASIL. Boletim Estatístico do Ministério da Pesca e Aquicultura. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura. 2012. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br>>. Acesso em: 29 de março de 2013, 22: 05:00.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Trabalho Escravo no Brasil em Retrospectiva: Referências para estudos e pesquisas. Brasília, p.1-32, 2012.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília. 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 de outubro de 2013, 17:05: 00.

BRASIL. LEI nº 11.699 de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as colônias, Federações e Confederações de pescadores. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2014, 14:22:00.

BRASIL. LEI nº 5.452 de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis trabalhistas. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 16 de janeiro de 2014. 22:15: 00.

BRASIL. LEI nº 10.803 de 11 de Dezembro de 2003. Código penal. Estabelece pena para o crime nele tipificado e indica hipóteses que se configuram como condição análoga a de escravo. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 27 de janeiro de 2014. 19:50: 00.

BRASIL. LEI nº 8.080. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 de outubro de 2013, 22:55: 00.

BRASIL. Resolução nº 466 de 12 de Dezembro de 2012. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos. Brasília. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br>> Acesso em: 01 de Fevereiro de 2014,13: 21:00.

BRANDÃO, C.R.; ASSUMPÇÃO, R. Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular. São Paulo, Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. disponível em: <<http://www.acervo.paulofreire.org.br>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2014, 12:34:00.

BRITO, J. A Ergologia como perspectiva de análise: A saúde do trabalhador e o trabalho em saúde. In: *A Saúde do Trabalhador na Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 479-494, 2011.

BRITO, J. Saúde do Trabalhador: Reflexões a partir da abordagem ergológica. In: *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro, Ed. DP&A, 2004.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 7ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2012.

CAMPOS, G. W. DE S.; MINAYO, M. C. DE S.; JUNIOR, M. D. Tratado de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, RJ: HUCITEC, 2011.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

COUTINHO, M.C, ET AL. Identidade e Trabalho na Contemporaneidade: repensando articulações possíveis. Rev. Psicologia e Sociedade, v.19, edição especial, nº 1, p. 29-37, 2007.

CUNHA, D. M. Ergologia. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. *DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDRom. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/pdf/271.pdf>> Acesso em: 14/03/2013 às 17:20: 00.

DIEGUES, A. C. Sócio antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Rev.Etinográfica*, v 3, nº 2, p. 361-375, 1999.

DIETRICH, G.; NAYAK, N. Explorando as Possibilidades da Globalização Contra-hegemônica do movimento dos trabalhadores da Pesca na Índia e as suas interações globais. In: *Trabalhar o Mundo: Os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2005. p. 315-353.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.9, p.47-69, 2011.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E PESCA DO RIO DE JANEIRO. Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro. In: *Relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro, FAERJ: SEBRAE, p.1-200, 2009. Disponível em: <<http://www.querodiscutirmeuestado.rj.gov.br>> Acesso em: 15 de novembro de 2013: 17:25:00.

GARRONE NETO, Domingos; CORDEIRO, Ricardo Carlos; HADDAD JR., Vidal. Acidentes do trabalho em pescadores artesanais da região do Médio Rio Araguaia, Tocantins, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, Junho de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.org/scielo>> Acesso em: 06 Mar. 2014: 23:17:00.

GIULIETTI, N.; R. A. Indústria Pesqueira no Brasil. *Revista Agricultura em São Paulo*. v. 42, n. 2, p. 95-127, 1995.

GOMES, R. A. Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 21. ed. Petrópolis: VOZES, 2002. p. 67-79.

GONÇALVES, A. A. Situação da Pesca no Brasil: Ontem e Hoje. *Revista Higiene Alimentar*. v. 21, n. 154, p. 3-7, outubro 2007.

GONÇALVES, A. A. Análise de Risco no setor pesqueiro-parte II : A Pesca. *Revista Higiene Alimentar*. v. 23, n. 174/175, p. 99-103, jul. 2009.

HENNINGTON E. A. Gestão dos processos de trabalho e humanização em saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 3, p. 555-61, 2008.

HISTÓRIA DA ILHA GRANDE. Disponível em:

<<http://www.caicarailhagrande.com.br>> Disponível em 29 de Novembro, 2012. 14:21:24.

ILHA GRANDE PARAÍSO TROPICAL. História de Provetá. Disponível em:

<<http://www.ilhagrande.org/pesca-da-sardinha>> Acesso em 29 de Nov. 2012, 14:45:25.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS.

Instrução Normativa nº 128 de 26 de outubro de 2006. DOU nº 207, de 27 de outubro de 2006. Estabelece os períodos de proibição da pesca da sardinha. Disponível em: <ibama.gov.br> Acesso em: 12 de Janeiro de 2014.

LACAZ, F. A. DE C.; SANTOS, A. P. L. DOS. Saúde do Trabalhador hoje: resgatando atores sociais. *Revista Médica de Minas Gerais*. n. 20, p. 5-12, 2010.

LAURELL, A. C., & NORIEGA, M. Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário. São Paulo: Cebes–Hucitec, 1989.

MARCOSIN, C; CAETANO, M.L.M. Neoliberalismo, reestruturação produtiva e exploração do trabalho: uma ofensiva a saúde como direito. In: *Movimentos sociais, saúde e trabalho*. Rio de Janeiro, 22^a ed., p.21-43, ENSP/Fiocruz, 2010.

MARTINS. C. A. A. No Trabalho dos pescadores artesanais a lagoa dos atos vive e dá vida. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*. Universidade de Barcelona, v. 6, n. 119 (47), 2002.

MINAYO, M. C. DE S. Saúde e Ambiente no processo de desenvolvimento. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. v. 3, n. 2, p. 4-5, 1998.

MINAYO, M. C. DE S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M. C. DE S. Saúde e Ambiente: Uma relação necessária. *Tratado de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, RJ: HUCITEC, p. 93-121, 2011.

MINAYO, M. C. DE S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. v. 17, n. n 3, p. 621-626, 2012.

NAKAMURA, E. O método etnográfico em pesquisas na área da saúde uma reflexão antropológica. *Saúde e Sociedade*. V. 20, n. 1, p. 95-103, 2011.

NETO DIAS, J. C. Variações sazonais e conflito no povoado pesqueiro de Ponta Grossa dos Fidalgos, Rio de Janeiro. *Cadernos de Antropologia social*. n. 31, p. 169-187, 2010.

- NETO, O. C. O Trabalho de campo como descoberta e criação. In: *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 21. ed. Petrópolis: VOZES, p. 51-66, 2002.
- NOUROUDINE, A. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais trabalho? *Revista: Trabalho, Educação e Saúde*. v. 9, n. 1, p. 69-83, 2011.
- NUNES, M. L. T. Entrevista como instrumento de pesquisa. (con)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. Trabalho da Pesca. In: *Convenção nº 188, Recomendação nº 199*, p.1-20, 2007. Disponível em: < <http://www.oitbrasil.gov.br>>, acesso em: 21 de Fevereiro de 2014, 22:11:00.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. As boas práticas de inspeção do trabalho no Brasil: a erradicação do trabalho análogo ao de escravo no Brasil. Brasília, p.1-48, 2010. Disponível em: < <http://www.oitbrasil.gov.br>>, acesso em: 21 de Fevereiro de 2014, 22:30:00.
- OLIVEIRA, M. H. B. DE; VASCONCELLOS, L. C. F. Direito e Saúde: Um campo em construção. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
- PENA, PAULO G. L.; REGO, R. DE C. F.; RIOS, A. DE O. Doenças em trabalhadores da pesca. *Revista Baiana de Saúde Coletiva*. 35, n. 1, p. 175-88, 2011.
- PIMENTA, E. G. I Encontro Nacional sobre Segurança e Saúde na Atividade de Pesqueira. In: *Relatório Técnico*, nº 192/2003. Cabo Frio, Rio de Janeiro: Fundação Pro-UNI-RIO e Instituto UNI-LAGOS, 1999.
- POPE, C.; MAYS, N. Qualitative research in health care. Malden, Mass.: Blackwell Pub. /BMJ Books, 2006.
- QUINTERO, Antônio et al. Los pescadores del golfo de Cariaco. *INCI*, Caracas, v. 27, n. 6, jun. 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.org.br>> Acesso em: 06 março 2014. 23:22:06.
- RIGOTTO, R.M. Saúde Ambiental e Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. *Revista Brasileira de Epidemiologia*.v. 06, n. n 04, p. 388-404, 2003.
- ROSENBERG, A. A. Managing to the margins: the overexploitation of fisheries. V.1, n. 2, p. 102-106, 2003.
- SANT'ANNA, S. R.; HENNINGTONE. A. Micropolítica do Trabalho vivo em ato. Ergologia e Educação Popular: Proposição de um dispositivo de trabalhadores em saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*. v. 9, p. 223-244, 2011.
- SANT'ANNA, S. R; HENNINGTON, E. A. Promoção da Saúde e redução das Vulnerabilidades: estratégia de produção de saberes e (trans) formação do trabalho em saúde com base na ergologia. *Revista Interface Comunicação Saúde Educação*. v. 14, n. 32, p. 207-15, 2010.

SANTOS, M. Indústria e globalização da economia. In: caderno técnico SESI, nº 24, Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.miltontsantos.com.br>> Acesso em: 19 de setembro de 2012: 22:03:00.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7ª ed. São Paulo, Editora Da Universidade de São Paulo, 2012.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Rev. Brasileira de Educação*, V.12, nº 34, 2007.

SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. Trabalho e Ergologia: Conversas sobre a atividade humana. 2ª. Ed. Niterói: Editora da UFF, v. 10, 2010.

SCHWARTZ, Y. ET AL. Revisitar a atividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projeto de uma sinergia franco-lusófona. In: *Rev.Laboreal*, vol. 4, nº2, p. 19-22, 2008.

SCHWARTZ, Y. Do desvio teórico á atividade como potencia de convocação de saberes. In: *Rev. Educação Permanente*, Serviço Social e Saúde, Campinas, v.06, nº6, p. 1-20, maio 2007.

SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA DE ANGRA DOS REIS. Relato da Atividade Pesqueira no Município de Angra dos Reis: Problemáticas e propostas de melhoria para o setor. *Relatório Técnico*. Angra dos Reis, RJ: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, mar. 2011.

SILVA, W. V. DA. A comunicação interpessoal entre os profissionais de saúde e gestantes na assistência pré-natal : repercussões da gravidez no contexto cultural e emocional. Barueri, SP, Brasil: Manole, 2002.

TEIXEIRA, M.; CABRAL, E. O. Linguística da enunciação e da ergologia: um diálogo possível. *Revista Educação Unisinos*. v. 13, n. 3, p. 236-245, 2009.

TOMÁS, J. L. Desenvolvimento da Experiência e Desenvolvimento dos Conceitos: Da Atividade Sindical á Produção de um Referencial da Atividade. *Trabalho e Educação*, v. 19, n. 3, p. 49-61, 2010.

TRAD, L. A. B. Trabalho de campo, narrativa e produção de conhecimento na pesquisa etnográfica contemporânea: Subsídios ao campo da saúde. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. 17, n. 3, p. 627-633, 2012.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. In: *Rev.HISTEDBR*, Campinas, número especial, p. 93-113, ago.2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação : o positivismo, a fenomenologia, o Marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista de Saúde Pública*. v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa “**Relação saúde-trabalho da atividade de pesca industrial na comunidade de Provetá, Baía da Ilha Grande, Rio de Janeiro**”.

A participação na pesquisa é totalmente voluntária, podendo você se recusar a participar ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo a sua pessoa.

O objetivo da pesquisa é conhecer as relações saúde-trabalho da pesca industrial na localidade, dando ênfase na discussão da saúde do trabalhador. Dentre os benefícios esperados, enfatizamos o conhecimento das condições de saúde e trabalho dos pescadores da região e sua divulgação para a comunidade.

Sua participação consiste em conceder entrevista que será gravada em meio digital, para posterior transcrição e análise. Também poderão ser realizadas observações de suas atividades de trabalho. Os dados e informações produzidos nas entrevistas serão armazenados por 5(cinco) anos e após esse período serão destruídos.

As informações prestadas serão utilizadas somente para fins de pesquisa, sendo confidencial e sigilosa a identidade dos voluntários. Como participante voluntário, não terá nenhum pagamento e/ou despesa referente à sua participação no estudo e qualquer informação e esclarecimento sobre o andamento da pesquisa poderá ser solicitado em qualquer momento ao pesquisador.

O S.r. (a) receberá uma cópia deste termo, onde constam os contatos (telefone e e-mail) do pesquisador responsável, podendo sanar suas dúvidas sobre a pesquisa e a sua participação sempre que necessário. Desde já agradecemos sua participação.

Eu, _____, como voluntária (o) da pesquisa, afirmo que fui devidamente informada (o) e esclarecida (o) sobre a finalidade e objetivos desta pesquisa, bem como sobre a utilização das informações exclusivamente para fins científicos. Meu nome não será divulgado de forma nenhuma e terei a opção de retirar meu consentimento a qualquer momento.

Angra dos Reis, ___ de _____ de 2013.

Sujeito da pesquisa

Pesquisadora Responsável

Pesquisadora Responsável: Daniela Maria da Silva Amorim- tel.: 24 – 99737608 e-mails: danielamarya@gmail.com

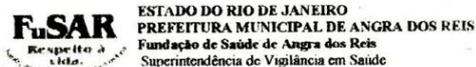
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Manguinhos, Rio de Janeiro. CEP: 21041-210 - Tel. (21) 2598-2525

Comitê de Ética em Pesquisa / Escola Nacional de Saúde Pública / FIOCRUZ
Rua Leopoldo Bulhões, 1480, Térreo – Manguinhos, Rio de Janeiro. CEP: 21041-210 – Tel.: (21) 2598-2866.

APÊNDICE B- Roteiro de Entrevista

1. Quando você iniciou seu trabalho na pesca? Fica embarcado por quanto tempo? Existe uma meta de produção (quantidade de peixes)? Para quem são vendidos os peixes? Quantas pessoas saem para pescar? Quais as funções de cada um? Como é realizada a alimentação, a higiene e o repouso a bordo? Como é a relação de trabalho com seus companheiros? Como é a relação com o armador (dono) da embarcação? É um pescador registrado? Possui carteira assinada? Você está participa de associação de pesca ou no sindicato de classe? Como é realizado o pagamento dos tripulantes? Você mora com quem? Quantas pessoas compõem sua família? Qual a sua renda mensal? Você gosta do seu trabalho? Por quê? Quais as vantagens e desvantagens da pesca embarcada? Porque não permaneceu na pesca artesanal?
2. Descreva seu trabalho com detalhes, desde que você se levanta pela manhã até o seu regresso a sua casa: (Normas antecedentes, o prescrito e o real da atividade, o debate de normas).
3. Quais as principais mudanças que você vê hoje na realização do seu trabalho? O que é diferente de quando você começou? Como e quando as frotas e embarcações mais modernas chegaram à comunidade? A pesca embarcada trouxe que benefícios para o pescador local? E quais os problemas que surgiram a partir da implantação da pesca embarcada?
4. Há quanto tempo mora na comunidade? O que mudou na comunidade e na vida das famílias e dos pescadores ao longo do tempo? A atividade de pesca mudou também? O que colaborou para estas mudanças?
5. Como é o barco em que você trabalha? Possui algum novo equipamento/instrumento de trabalho que não existia antes? Como você considera a inserção de novas técnicas e de novos instrumentos e tecnologia a bordo da embarcação para o desenvolvimento do seu trabalho?
6. Quais os principais problemas que você vivencia hoje no exercício da atividade? Você exerce outras atividades além da pesca ou quando impossibilitado de pescar?
7. Você sofre de algum problema de saúde? Toma remédio? Já foi ao médico? Quando está doente o que costuma fazer? Tem algum problema de saúde que considera relacionado ao trabalho na pesca? Do que os pescadores costumam adoecer? O que faz para se proteger, para não adoecer ou para diminuir os problemas de saúde?
8. O que você acha da fiscalização do IBAMA? E da capitania dos portos? Existe fiscalização da vigilância sanitária e de saúde do trabalhador? Como costuma ser feita?
9. Em relação à natureza, você acha que as mudanças na pesca ao longo dos anos têm prejudicado a natureza? Por que e como? O que você tem a falar a respeito da falta de peixes, vivenciada hoje pelos pescadores? Já pensou em abandonar a atividade? Deseja ensinar a atividade a seus filhos e que estes permaneçam na pesca?
10. O que fazem de lazer, nas horas vagas em que não está pescando? Você gosta do seu trabalho? Por quê? O que o trabalho de pescador tem de bom?

ANEXO A – Autorização para realização da pesquisa pela Secretaria de Saúde do Município de Angra dos Reis.



CI nº 62 /2012/CST

De: CEREST-BIG (Centro de Referência em Saúde do trabalhador da Baía da Ilha Grande)
Para: Superintendência de Atenção Básica

Angra dos Reis, 28 de Novembro de 2012.

Vimos através deste autorizar a Enfermeira Daniela Maria da Silva Amorim, matrícula 4500508 na Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, a utilizar os dados dos relatórios e documentos da Atenção Básica relativos a unidade de saúde de Provetá, assim como o transporte e o espaço físico da unidade para fins de pesquisa. Tal solicitação tem como objetivo, realizar a pesquisa de campo na comunidade de Provetá, no primeiro semestre de 2013. O título da pesquisa será: "*Saúde, Trabalho e Sustentabilidade da atividade de pesca em Provetá, na Ilha Grande, Rio de Janeiro*". Considerando, que o tema da pesquisa é de extrema relevância para a compreensão do processo saúde/doença dos trabalhadores da pesca, espera-se com este trabalho, contribuir para a melhoria das políticas públicas voltadas para a saúde, trabalho e ambiente para os pescadores na região.

Atenciosamente,


Superintendente da Atenção Básica


Presidente da Fundação de Saúde de Angra dos Reis

Handwritten note:
Angra
2012

ANEXO B - Autorização para pesquisa da Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura

OFÍCIO Nº 059/ 2012 /SPA

Angra dos Reis, 23 de Agosto de 2012.

Prezada Senhora,

Vimos através deste, autorizar a Enfermeira **Daniela Maria da Silva Amorim**, matrícula 4500508, da Fundação de Saúde do Município de Angra dos Reis, desde que informe a fonte da pesquisa, utilizar os dados dos relatórios e documentos sobre a atividade pesqueira, da Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura de Angra dos Reis, com fins de pesquisa de campo para realização de Dissertação de Mestrado pela Instituição de Pesquisa Fiocruz/Fundação Oswaldo Cruz.

O tema da pesquisa será **“Saúde, trabalho e sustentabilidade da atividade de pesca na Baía da Ilha Grande”**. Tendo em vista que a referida Enfermeira está lotada no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Baía da Ilha Grande, ao qual o Município de Angra dos Reis é considerado pólo regional, consideramos que este estudo é de extrema relevância para conhecer as principais vulnerabilidades que envolva a temática saúde, trabalho e ambiente.

Principalmente porque a atividade de pesca depende da sustentabilidade dos recursos naturais e estamos em um período de intenso crescimento econômico. Portanto, acreditamos que este estudo poderá contribuir para a construção de Políticas Públicas para o setor em nosso município.

Atenciosamente.


Humberto Martins Ramos Reis
Secretário de Pesca e Aquicultura

À
Coordenadoria de Saúde do Trabalhador da Superintendência de Vigilância Saúde
A/C: Sra. Daniela Maria da Silva Amorim
MD.: Coordenadora da Saúde do Trabalhador
Nesta